



Coleção
Documentos

46

CENTRO DE
LITTERATURAS
E CULTURAS
LUSOFONAS
E EUROPEIAS
CLEPUL
Faculdade de Letras da
Universidade de Lisboa

FCT

Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



UMA CARTILHA INFANTIL ESTADO-NOVISTA

E A PERSONALIZAÇÃO DO REGIME
ATRAVÉS DA BIOGRAFIA
ILUSTRADA DO LÍDER

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

**UMA CARTILHA INFANTIL
ESTADO-NOVISTA E A
PERSONALIZAÇÃO DO REGIME
ATRVÉS DA BIOGRAFIA
ILUSTRADA DO LÍDER**





DIRECTORA: MARÍLIA PULQUÉRIO FUTRE PINHEIRO



**BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE**

DIRETORIA

PRESIDENTE – FRANCISCO DAS NEVES ALVES

VICE-PRESIDENTE – PEDRO ALBERTO TÁVORA BRASIL

DIRETOR DE ACERVO – MAURO PÓVOAS

1º SECRETÁRIO – LUIZ HENRIQUE TORRES

2º SECRETÁRIO – RONALDO OLIVEIRA GERUNDO

TESOUREIRO – VALDIR BARROCO

Francisco das Neves Alves

UMA CARTILHA INFANTIL ESTADO- NOVISTA E A PERSONALIZAÇÃO DO REGIME ATRAVÉS DA BIOGRAFIA ILUSTRADA DO LÍDER



- 46 -



UIDB/00077/2020



Lisboa / Rio Grande
2021

Ficha Técnica

- Título: Uma cartilha infantil estado-novista e a personalização do regime através da biografia ilustrada do líder
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Documentos, 46
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Capa: Ilustração do livro *O Brasil Novo: Getúlio Vargas e sua vida para a criança brasileira*
- Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Agosto de 2021

ISBN – 978-65-89557-18-0

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019) e à UNESP (2020). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de cento e sessenta livros.



Conselho Editorial/Científico

Alvaro Santos Simões Junior (Universidade Estadual Paulista – Assis)
António Ventura (Universidade de Lisboa)
Beatriz Weigert (Universidade de Évora)
Carlos Alexandre Baumgarten (PUCRS)
Ernesto Rodrigues (CLEPUL – Universidade de Lisboa)
Francisco Topa (Universidade do Porto)
Gilda Santos (Real Gabinete Português de Leitura)
Isabel Lousada (Universidade Nova de Lisboa)
Isabel Lustosa (Fundação Casa de Rui Barbosa)
João Relvão Caetano (Cátedra CIPSH de Estudos Globais – CEG)
José Eduardo Franco (CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa)
Maria Aparecida Ribeiro (Universidade de Coimbra)
Maria Cristina Firmino Santos (Universidade de Évora)
Maria Eunice Moreira (PUCRS)
Tania Regina de Luca (UNESP)
Vania Pinheiro Chaves (CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa)
Virgínia Camilotti (UNIMEP)

ÍNDICE

Uma cartilha biográfica.....	11
<i>Getúlio Vargas e sua vida para a criança brasileira.....</i>	<i>37</i>

UMA CARTILHA BIOGRÁFICA

Durante o Estado Novo foram escritas diversas biografias a respeito de Getúlio Vargas, bem de acordo com a mitificação de sua figura, ficando articulada a partir dele a personalização do regime, de modo que conceitos como nação, pátria, Estado, governo e governante acabavam por ser articulados pelo regime em uma representação una e unívoca. Tal biografia era encarada como “um empreendimento de homologação seja do conhecimento adquirido, seja das ideias prontas sobre um homem, seja das relações entre um sistema político e a realidade”¹. Nesse sentido, os enfoques biográficos acerca de Vargas pretendiam “fazer do personagem uma ‘revelação da essência da humanidade”, de modo que, ao invés “de descrever uma vida”, buscam “reconstituir um ‘projeto existencial”².

A narração biográfica empreendida pelo aparelho ideológico e propagandístico estado-novista “assimilou a exaltação das glórias nacionais, no cenário de uma história que embelezava o acontecimento, o fato”³. Realizava-se, desse modo, uma “biografia pública, exemplar, moral”⁴. O Presidente da República era alocado junto a outros personagens, normalmente vinculados ao

¹ LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 175.

² BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 226.

³ PRIORE, Mary del. Biografias, biografados: uma janela para a História. In: AVELAR, Alexandre de Sá & SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). *O que pode a biografia*. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 75.

⁴ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janáina (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 169.

passado, cujas existências foram elevadas a um panteão cívico, de maneira que a biografia trazia o destaque às “vidas dos grandes homens ilustres, compostos como espelhos de heroicidade e exemplaridade moral”⁵. Os escritos biográficos acerca de Getúlio Vargas relacionavam suas ações com as dos “ícones de outrora”, que teriam atuado como “vetores privilegiados” no devir histórico, no sentido de “incutir a veneração dos heróis da gesta patriótica”, com “a insistência num discurso moral exemplar”⁶.

Desse modo, na propagação do getulismo, “o discurso de celebração, nomeadamente a biografia, desempenha um papel determinante”, ao construir um “personagem memorável”, que viria a ser digno do “relato histórico”⁷. Nessa linha, “uma individualidade biológica socialmente instituída” passaria a agir “como suporte de um conjunto de atributos e atribuições que lhe permitem intervir como agente eficiente em diferentes campos”⁸. A abordagem do biográfico aparecia como essencialmente “preocupada com as peripécias e as vicissitudes dos grandes homens”, em um quadro pelo qual, o “drama histórico humano” é recuperado e ressaltado através do “peso das grandes decisões dos

⁵ OLIVEIRA, Maria da Glória. Para além de uma ilusão: indivíduo, tempo e narrativa biográfica. In: AVELAR, Alexandre de Sá & SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). *O que pode a biografia*. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 59.

⁶ DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. p. 7.

⁷ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 290.

⁸ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 190.

'heróis"' e no "rol fundamental das vidas dos grandes personagens na definição dos destinos daquele drama"⁹.

As biografias empreendidas a respeito do líder máximo do Estado Novo traziam elementos constitutivos de várias tendências voltadas à construção do biográfico. Levava-se então em conta a perspectiva pela qual "durante muito tempo, da antiguidade à época moderna, o gênero biográfico teve por função essencial identificar", prestando-se "ao discurso das virtudes" e servindo "de modelo moral edificante para educar, transmitir os valores dominantes às gerações futuras". Tal conteúdo biográfico vinha a participar "de um regime de historicidade no qual o futuro é a reprodução dos modelos existentes, que devem perpetuar-se". Assim as construções de natureza biográfica inscreveram-se, "durante esse longo período, no respeito absoluto a uma tradição" que perpassou por "valores heroicos", chegando a tomar "por modelo as vidas exemplares"¹⁰.

Na antiguidade clássica, a edificação biográfica voltava-se a "desenhar o retrato de personagens representativos dos valores esperados" dos homens públicos, bem como procurar "apreciar as qualidades e a glória" de governantes e ainda "revelar os traços de destaque de um caráter psicológico em sua ambivalência e complexidade, inaugurando o gênero da vida exemplar com tons moralizantes". Ainda nessa época, havia por motivação "a ânsia de vencer

⁹ ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. La biografía como género historiográfico: algunas reflexiones sobre sus posibilidades actuales. In: SCHMIDT, Benito (org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 11.

¹⁰ DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. p. 123.

o esquecimento, a finitude da existência, e o cuidado de transmitir, imortalizar a ação humana a ser perpetuada na lembrança dos pósteros na memória coletiva”. Tratava-se também “de perpetuar pelos *exemplum* um certo número de virtudes morais”. Mais, tarde, mormente nos tempos medievais, sobressaiu-se um olhar hagiográfico sobre a biografia, em um contexto pelo qual “a hagiografia é, fundamentalmente, um discurso das virtudes e institui o primado da lógica dos lugares sobre as notações temporais marginalizadas, inseridas na ordem do imutável”. Tal versão hagiográfica “pressupõe o desaparecimento do santo e uma construção singular dos testemunhos de sua vida, com a ideia de mostrar que a própria lógica de sua existência sempre foi orientada pela intenção de sacrificar-se pelos semelhantes”. Além disso, na hagiografia, “o caráter exemplar que prevalece tem por efeito congelar o tempo num retrato”¹¹.

Mais tarde, já sob os auspícios da modernidade, passava a predominar a perspectiva da heroicidade, de maneira que “a noção de herói atravessa a história profana em vias de descristianização”, beneficiando-se “de uma transferência de sacralidade” e revisitando “a existência dos predecessores meio-homem, meio-deuses da antiguidade”. Essa “referência histórica se instala no cerne do discurso histórico e se torna um recurso precioso no tecido da intriga romanesca”. Nesse quadro, ocorre uma “valorização do herói”, o qual “cristaliza em si uma simbolização coletiva”, e cuja “existência é atestada pelo modo de enfrentar e vencer a adversidade ao preço de um sofrimento”, que pode

¹¹ DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. p. 124, 125, 128, 129 e 139.

chegar mesmo ao “sacrifício que o herói aceita em defesa de sua causa”, demonstrando o “valor que o motiva como princípio transcendente”. Tais “biografias resultam de um processo de laicização tanto quanto de uma reivindicação de identidade de uma linhagem em sua inserção no espaço e no tempo”. A partir dessa tendência, “exuma-se o heroísmo à antiga, que busca a imortalidade no reconhecimento público” e, através da “capacidade de absorver os valores coletivos, de encarná-los num percurso singular, a vida dos indivíduos” passa a encerrar “um sentido maior que a mera equação pessoal”, vindo a conquistar “uma glória duradoura aos olhos de outrem, por meio do reconhecimento”. Era o império da “concepção da biografia como *magistral vitae*”¹².

A partir do século XVII, “a narrativa biográfica se apresenta como veículo de uma farsa, de um simulacro da realidade, de uma estrutura imaginária do poder que surge como fato atestado, agora em processo de elaboração textual”. Em tal conjuntura passava-se a buscar, “no instante mesmo do acontecimento, as figuras que melhor cristalizem a identidade nova”. Com as revoluções, “concentrava-se a autodeclaração dos heróis nos mortos contemporâneos, os mártires, as vítimas da nova fé” e, “os dirigentes revolucionários sonham mesmo com um ensino da História que se reduza a simples galeria de retratos representativos dos novos valores”. O ato “heroico passa por expressão da providência”, de forma que “o indivíduo guindado ao *status* de herói é visto

¹² DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. p. 151, 152, 154 e 155.

como uma encarnação de Deus no mundo cá de baixo”, ficando, inclusive, demarcado “um verdadeiro culto ao herói”. Nesse caso, o “herói” já tem tal condição desde o berço e a “sua vida está em perfeita consonância com a missão que lhe teria sido ‘consignada pela providência’”. Falava-se assim do “homem que pode”, que “cristaliza em si as possibilidades da perfeição política”, podendo ser elevado “ao patamar supremo da nação”, possibilitando a instauração de “um governo perfeito”¹³.

Durante o Século das Luzes, “a figura do herói sofre uma crise”, passando a predominar “o elogio dos grandes homens”, os quais poderiam prestar-se “a múltiplas encarnações” e encamparem em si diversas facetas e ocupações. Nessa linha, “o quadro matricial do grande homem é, ao mesmo tempo o quadro nacional, mas a doação à pátria traz em si uma mensagem que se pretende universalizante”. Além disso, ocorreria a “proliferação de relatos biográficos que tentam articular individualidade e exemplaridade”. Já nos Oitocentos, a biografia passava a ser considerada como “um bom suporte de ensino para as crianças” e “seu uso e utilidade seriam eminentemente pedagógicos”. Entretanto, a heroificação biográfica não se fez “ausente nesse século”, pois “a história experimenta um novo ímpeto com o discurso escolar da transmissão do patrimônio nacional e da vontade de afirmação da consciência nacional”. Nesse caso, cabia “aos historiadores apresentar às novas gerações em formação

¹³ DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. p. 158, 161, 162, 164 e 165.

algumas figuras exemplares com que elas se identifiquem”, e “a biografia se torna um dos cadinhos do breviário nacional”¹⁴.

Em tal época, “um verdadeiro deslocamento de sacralidade se opera e o martírio se transforma no martírio pela causa pátria”. Esse tipo de “sacrifício pressupõe a instauração de toda uma pedagogia da solidariedade nacional”, ocorrendo um retorno ao “modelo antigo da *Historia Magistrae*, da vida exemplar de quem verteu seu sangue e que lá está como figura simbólica da inscrição de uma dívida indefinida, contraída pela comunidade” para a qual “ele se sacrificou voluntariamente”. A partir de tal premissa, “a educação e a transmissão do passado são concebidas de maneira explícita, por seus responsáveis, como instrumentos que lembram a dívida das novas gerações para com seus ancestrais”. A chegada do século XX traria um certo reforço do processo pelo qual “o herói” cede, “pouco a pouco espaço ao grande homem”, o qual foi reforçado pelo “cruzamento de identidades segundo escalas mais restritas ou mais amplas, bem com a ânsia de pacificação das relações entre os países”. Ocorre à época também uma “passagem da glorificação de valores quase divinos no terreno militar à valorização das qualidades de inovação, criação e boa gestão política”, com a busca “de novas fronteiras”, sem deixar de lado “a velha identidade nacional”¹⁵.

¹⁴ DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. p. 166, 168, 169, 173 e 179.

¹⁵ DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. p. 179, 181 e 182.

De acordo com tal perspectiva, os órgãos de propaganda do Estado Novo tiveram um cuidado especial em providenciar e/ou estimular a produção de edições biográficas a respeito de Getúlio Vargas. Nelas eram ressaltados seus supostos valores heroicos, os quais serviriam de “modelo”, por constituírem uma “vida exemplar”. O tom hagiográfico também aparece, com os seus atos sendo praticamente comparados a ações sacrossantas, surgindo como verdadeiros exemplos de virtudes morais. Ele foi também apresentado como o herói, capaz de sacrifícios pela causa pátria. Sua imagem foi ainda associada à do líder revolucionário (em relação ao movimento de 1930), constituindo mais uma vez a oportunidade para o culto unipessoal em sua homenagem. Seu nome foi mesmo associado ao elogio dos grandes homens, trazendo mais uma vez consigo a questão da exemplaridade e o vínculo ao despertar da consciência nacional. Finalmente, seu governo foi com frequência associado à modernização, à inovação e à boa administração, comparada recorrentemente com o período político-administrativo que o antecedeu.

Tal ênfase biográfica vinha ao encontro do cenário pelo qual em regimes autoritários, “a teatralização tem papel importante”, a partir de um contexto no qual “o mito da unidade e a imagem do líder atrelado às massas tornam o cenário teatral especialmente adequado para o convencimento”¹⁶. Essa perspectiva de edificação teatral aparece atrelada aos apelos de cunho emocional. Nesse sentido “a intensificação das emoções ocorre através dos

¹⁶ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67.

meios de comunicação, responsáveis pelo aquecimento das sensibilidades” e tais “sinais emotivos são captados e intensificados também através de outros instrumentos”, como “literatura, teatro, pintura, arquitetura, ritos, festas, comemorações, manifestações cívicas e esportivas”, em um quadro pelo qual “todos esses elementos podem entrar em múltiplas combinações e provocar resultados diversos”. Assim, no regime liderado por Vargas, tanto foram utilizadas “as técnicas de manipulação destinadas a provocar mudanças de sensibilidade e exaltação dos sentimentos”, quanto houve o emprego das “formas de organização e planejamento dos órgãos encarregados da propaganda política”¹⁷. Em tal conjuntura as representações biográficas tiveram papel fundamental na mitificação da figura presidencial.

Ao longo do Estado Novo houve “um número nunca visto de livros e folhetos panegíricos”, que falavam “da obra e da personalidade” de Getúlio Vargas. Tal “subliteratura, de responsabilidade do Departamento de Imprensa e Propaganda ou de editoras” que sabiam que esses impressos seriam, “em grande parte, comprados pelos governos – Federal e dos Estados”, passava a inundar “o Brasil de norte a sul”. Nesse sentido, “pela primeira vez, no Brasil, o governo custeava abertamente a sua própria propaganda”¹⁸. Em relação ao chefe máximo do regime, havia “a atribuição de qualidades excepcionais”, bem como a organização de “amplas manifestações, discursos, centenas de livros e livretos”,

¹⁷ CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 168.

¹⁸ CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976. p. 168.

nos quais “se mencionavam insistentemente os atributos intelectuais, políticos, administrativos e humanos de Vargas”. Na mesma linha, “as biografias eram inúmeras”, mantendo a estratégia discursiva e igualmente enfatizando os “inúmeros dotes intelectuais” do Presidente, os quais ficariam sintetizados “na afirmação de que Vargas era ‘homem de pensamento’, além de ‘homem de ação’”¹⁹.

A personalização do Estado Novo vinculada a Getúlio Vargas estabelecia para o “chefe um poder de controle do tempo coletivo, de modificação do passado, transformação do presente e produção do futuro”. Nesse sentido, o mito de Vargas “foi bem construído”, contendo “todos os ingredientes necessários para provocar emoção”, sendo “retratado ora como cientista, ora como ser divinizado”, de forma que “o líder solitário representou inúmeros papéis”. O Presidente “inspirou uma produção muito vasta de textos de natureza biográfica” e aqueles que foram editados ao longo do Estado Novo “tinham como objetivo enaltecer as qualidades do chefe”, com registros iconográficos trazendo “Getúlio Vargas sozinho, entre políticos ou militares, ou em destaque, no meio do povo”. Também “aparecia em desenhos, retratos pintados, esculturas, efígies em moedas ou medalhões”²⁰.

¹⁹ GARCIA, Nelson Jahr. *O Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982. p. 90.

²⁰ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 283 e 307.

Em torno da figura de Vargas coexistiam “o guia espiritual e o domador de almas”, a partir de “sua oratória e seus gestos”, os quais eram apresentados como “exemplos de equilíbrio de um chefe que nunca” teria dominado “despoticamente a massa”. As palavras do Presidente eram apontadas como “plácidas e ao mesmo tempo enérgicas e convincentes”, de maneira que, “mesmo nos momentos difíceis”, ele “nunca modificou a sua maneira de se apresentar ante as multidões, mantendo-se sempre sereno e livre de acenos teatrais”. Na “ampla literatura encomendada” pelos órgãos de propaganda, “a pessoa de Getúlio encampa o acontecer histórico como a personagem única que serve de guia para o país”, sendo ele apresentado como “o líder capaz de detectar e afastar os inimigos e criar o Estado Novo”²¹.

Nessa conjuntura, havia a intenção governamental de “criar a impressão de onipresença” de Vargas, mostrando-se que ele conhecia “a situação de todos, em todo o país, e justificar que suas decisões correspondiam às reais necessidades da nação”. Eram divulgadas “as constantes viagens do Presidente, as visitas aos órgãos, sua presença nas inaugurações, sua preocupação com informar-se a respeito dos fatos ocorridos no país”. O próprio Vargas buscava assegurar tal ubiquidade “e o fazia constantemente, quando visitava algum local onde ainda não estivera antes”, dizendo que havia “tempos queria estar lá, mas sempre soube o que ali ocorria por estar presente em pensamento, acompanhando de longe”. Também “havia a sua onipresença simbólica”, uma

²¹ LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2.ed. Campinas: Papirus; Editora da UNICAMP, 1989. 48-50.

vez que, “o rádio levava seus discursos para todo o país”. Outra estratégia era a colocação da “fotografia oficial afixada nas oficinas, nas fábricas, escolas, bares, repartições públicas, aparecia nos jornais, revistas e livros”. Tal registro fotográfico poderia ser “solene, com Vargas de casaca e faixa presidencial, ar ligeiramente sério”, mas também “havia as fotografias mais populares, com Getúlio sorridente, entre as crianças, nas ruas ou cumprimentando o povo”. Além disso, “sua efígie estava nas moedas, em selos, placas comemorativas e de inauguração, seu busto foi erigido em diversos locais, seu nome dado a ruas e logradouros públicos”. O nome do governante se fez presente na “Prova Automobilística Getúlio Vargas”, no “Avião Getúlio Vargas”, na “Canção de Getúlio Vargas”, no “Hospital Getúlio Vargas”, no “Instituto Profissional Getúlio Vargas”, na “Fundação Getúlio Vargas”, na “Avenida Getúlio Vargas” e na “Praça Getúlio Vargas”²².

Fosse através de grandes mobilizações públicas, fosse por meio de produções editoriais especializadas, o intento fundamental “era colocar Getúlio Vargas em ‘contato direto com as massas’, estabelecendo um canal de comunicação livre de intermediários entre o homem comum e o líder máximo”. Tais “momentos contribuíaam ao mesmo tempo para o enaltecimento da figura mítica do Presidente e para o fortalecimento e legitimação do regime”²³. Na literatura destinada a essa mitificação, se, por um lado “a criação da imagem de

²² GARCIA, Nelson Jahr. *O Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982. p. 89-91.

²³ OLIVEIRA, Lúcia Lippi (dir.). *Estado Novo: a construção de uma imagem*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 19.

ser superior conduzia Getúlio às alturas, distante do mundo terreno de uma população em grande parte inculta, analfabeta mesmo”, por outro, houve “todo um processo de popularização”, que “o tornava mais acessível, palpável”, transformando “Getúlio Dorneles Vargas em ‘Gegê’”. Era o próprio Presidente “que se encarregava de variar o ar solene, adotando posturas que o popularizassem”, de maneira que “o sorriso franco, aberto, às vezes gargalhada ‘espontânea’, enfraquecia qualquer barreira que se pudesse antepor entre ele e a massa”. No mesmo sentido, “por diversas vezes, Getúlio realizava passeios a pé pelas ruas e se divulgava que o Presidente precisou driblar a vigilância para fazê-lo”, vindo a sair “à revelia de seu ajudante de ordens de serviço e dos secretários”. A preocupação com o público infantil era uma constante, pois, em tais “passeios, Vargas saía com os bolsos previamente cheios de balas e moedas para oferecer às crianças que encontrasse, cujas cabeças acariciava sempre que surgisse a oportunidade”²⁴.

No seio desse esforço movido pelo aparelho do Estado em prol da criação de uma imagem mítica para o Presidente, a infância ocupou um lugar especial, inclusive no que tange à produção de biografias. Em tal contexto, “cartilhas destinadas ao público infantil traduziam a biografia do Presidente na história do menino-herói talhado para a missão que lhe fora reservada, de condutor da nação”²⁵. Nessa linha, “Getúlio Vargas paira entre palavras e imagens”,

²⁴ GARCIA, Nelson Jahr. *O Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982. p. 91.

²⁵ OLIVEIRA, Lúcia Lippi (dir.). *Estado Novo: a construção de uma imagem*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 19.

apresentado em meio ao público infanto-juvenil, interagindo com o mesmo, ao passo que “os textos são todos conclamativos e supõem sempre uma voz a comandar o leitor infantil e a incitá-lo para a ação”²⁶. Desse modo, “o culto de Vargas foi implementado pela publicação de diversas biografias” e outros meios impressos, constituindo “publicações que ressaltam a figura ‘excepcional’ de Vargas e sua afeição pelos jovens e pelas crianças”²⁷.

Assim, o regime estado-novista propiciou “uma intensa bibliografia para cultivar a personalidade de Vargas” e, em tal conjunto, “várias ‘história de Vargas para crianças’ chegaram às bibliotecas, demonstrando como desde o nascimento Getúlio estaria fadado a liderar seu povo em um grande projeto”. Também era veiculado “que Vargas, desde muito cedo, tivera a antevisão de que a política, partidos e parlamentos eram elementos espúrios, perniciosos à sociedade”. Nesse quadro, “a história de Getúlio era construída de maneira hagiográfica, ou seja, como se alguém estivesse contando a história de um grande líder espiritual, de um anjo, de um santo”. Dessa maneira, “Vargas seria veiculado junto aos jovens e às crianças como um ser superior”, como era comum à “estratégia usada pelas políticas de culto à personalidade”. De acordo com tal perspectiva, “foi durante o Estado Novo que se construiu

²⁶ LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2.ed. Campinas: Papirus; Editora da UNICAMP, 1989. p. 49.

²⁷ PAULO, Heloísa Helena de Jesus. O DIP e a juventude – ideologia e propaganda estatal (1939-1945). In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 7, n. 14, mar.- ago. 1987, p. 102.

definitivamente o mito Vargas, fruto” de um propalado “carisma do Presidente, mas também da eficiente máquina de propaganda então existente”²⁸.

A partir dessas versões biográficas, o Presidente da República “passou a representar, em nível discursivo, um modelo de conduta para o auditório infanto-juvenil”. Vargas viria a incorporar “a figura do herói”, bem como “é ‘sábio’, um ‘homem de caráter’” e “um chefe atual e presente”. Em tal conjuntura, “o Estado Novo foi sua maior realização, sendo que sua ‘predileção pelas crianças’ é exemplificada, em nível discursivo, pelas ações do regime destinadas à juventude”, além das quais, “toda a ação do governo visava ao jovem, como, por exemplo, a legislação trabalhista que o ampara indiretamente, ao beneficiar seus pais”. Dessa forma, “Getúlio é o modelo e o guia”. Tal “argumento visava a que o exemplo de Vargas, tomado pelo jovem, antecipasse um paradigma de comportamento a ser reproduzido no futuro” e, nesse sentido, “suas biografias, na verdade, apresentavam-se como premonições biográficas para os jovens do Estado Novo”. Dentre tais biografias destinadas às crianças, esteve “*O Brasil Novo – Getúlio Vargas e sua vida para a criança brasileira* um livro infantil ilustrado”, constituindo “a mais cuidada em termos de publicação” em meio às do mesmo gênero que foram editadas no período estado-novista²⁹.

Tal cartilha associava ao texto a imagem, um atrativo fundamental para a conquista do público alvo da publicação. Além desse fator atrator, as fartas

²⁸ D'ARAUJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 36.

²⁹ PAULO, Heloísa Helena de Jesus. O DIP e a juventude – ideologia e propaganda estatal (1939-1945). In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 7, n. 14, mar.- ago. 1987, p. 107-109.

ilustrações serviram para melhor difundir o conteúdo ideológico do regime, uma vez que “a imagem, como uma mensagem visual composta de diferentes tipos de signos, equivale a considerá-la como uma linguagem e, portanto, como um instrumento de expressão e de comunicação”. Ao levar em conta “a imagem como uma mensagem visual compreendida entre expressão e comunicação”, ela passa a ter uma função específica, refletindo “o seu horizonte de expectativa e os seus diferentes tipos de contexto”³⁰. Nessa linha, “o significado das imagens depende do seu ‘contexto social’”, incluindo-se no mesmo “o ‘contexto’ geral, cultural e político, bem como as circunstâncias exatas nas quais a imagem foi encomendada e também seu contexto material”, ou seja, “o lugar físico onde se pretendia originalmente exibi-la”³¹.

Nessa publicação editada pelo aparelho propagandístico governamental, há uma articulação entre a construção textual e a imagética, uma vez que ambas “cumpram funções complementares”, integrando-se mutuamente. A partir de tal perspectiva, texto e imagem podem ser interpretados “de acordo com as tendências ideológicas de cada meio”³². Levando em conta o contexto estado-novista, “a utilização das imagens como dispositivos discursivos de propaganda atendia a finalidades políticas muito claras, que os próprios teóricos do poder não escondiam”, em um quadro pelo qual “sua intenção era espalhar”

³⁰ JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Lisboa: Edições 70, 1999. p. 55 e 69.

³¹ BURKE, Peter. *Testemunho ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Editora UNESP, 2017. p. 267.

³² GONZÁLES, José Antonio Moreiro & ARILLO, Jesús Robledano. *O conteúdo da imagem*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2003. p. 121 e 123.

uma “carga emotiva e sensorial, de modo a atingir facilmente o público receptor, detonando respostas emotivas que significassem, politicamente, estados de aceitação, contentamento, satisfação”, ou seja, “reações passivas e não críticas”³³.

Ao contrário do material produzido pelos órgãos de propaganda do Estado Novo, que, “raramente vinha acompanhado de ilustrações, mesmo no caso dos textos de natureza didática, destinado a crianças”³⁴, a cartilha *O Brasil Novo – Getúlio Vargas e sua vida para a criança brasileira* constituiu uma edição especial, impressa em cores e fartamente ilustrada ao longo de suas cento e uma páginas. Editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, em 1941, e impressa em São Paulo, pela Cia. Litográfica Ypiranga, a obra apresentava uma encadernação em capa dura e um formato de álbum, com 16 X 23 cm. O livro acompanhava a existência de Vargas, desde a infância, passando pela juventude e os primórdios da carreira política, no Rio Grande do Sul, para vir a abordar a ascensão do homem público à esfera federal, com a chegada à Presidência da República e tendo o estabelecimento do Estado Novo como o ponto alto da jornada varguista. O intento fundamental da edição era apresentar um esboço biográfico de Getúlio Vargas, no sentido de que suas ações viessem a servir de inspiração moral e cívica para as crianças, bem como para buscar o

³³ LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2.ed. Campinas: Papyrus; Editora da UNICAMP, 1989. p. 16.

³⁴ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 45.

convencimento dos futuros adultos, potenciais apoiadores da continuidade do regime, sustentando o escopo de perpetuação no poder, mantido desde 1930.





A gravura da capa era reproduzida logo na página de abertura do livro, contendo quatro crianças, duas meninas e dois meninos, todos brancos que, sentados a um banco de praça, utilizavam seu tempo de lazer, ao contrário do normal, que seria promovendo brincadeiras naquele espaço público, para lerem atentamente o livro que se encontrava à sua frente. A publicação trazia o formato de álbum, conforme o próprio livro em questão, mas atingia dimensões muito grandes, ao ponto de encobrir os corpos dos leitores, aparecendo apenas as suas cabeças e pés, além das mãos de dois deles. Esse tamanho desproporcional do livro trazia a ideia da relevância simbólica do objeto, como designação da sabedoria e da aquisição de conhecimento, buscando demonstrar o significado daquela leitura acerca de Vargas para a infância brasileira. Assim, *O Brasil Novo – Getúlio Vargas e sua vida para a criança brasileira* era apresentado como verdadeira leitura obrigatória no âmbito infanto-juvenil, a partir da concepção do ensinamento de preceitos cívicos, por meio dos propalados exemplos que estariam contidos nos traços biográficos daqueles que eram considerados como “grandes vultos” da formação brasileira, aparecendo o líder do Estado Novo como protagonista em tal contexto.



O livro e seu significado voltado à aquisição do conhecimento apareciam mais uma vez nas páginas de abertura. Emoldurado pelas fitas com as “cores pátrias”, que marcariam o conjunto da obra, a publicação trazia em suas páginas os créditos para a sua confecção, identificando Romero Filho, como desenhista e Bandeira Duarte, como legendador. Ficava expressa também a informação de que o conteúdo do livro fora baseado no texto do livro *Getúlio Vargas*, da lavra de André Carrazzoni. Não há informações quanto a Romero Filho, ao passo que Oto Carlos Bandeira Duarte Filho (1904-1964) foi um dramaturgo, ator e escritor, autor de várias peças teatrais e de diversos livros. Já André Carrazzoni (1897-1982) foi um jornalista nascido no Rio Grande do Sul, que chegou a frequentar a Faculdade de Direito de São Paulo, interrompendo o curso universitário para ingressar na carreira jornalística, atuando no jornal *Correio Paulistano*. Trabalhou nos periódicos *Diário de Notícias* e *Correio do Povo* (ambos de Porto Alegre); *Jornal de Notícias, Liberdade* e *A Hora* (todos de São Paulo), e *O Radical* e *Folha Carioca* (os dois do Rio de Janeiro). Quanto o jornal carioca *A Noite* foi incorporado ao patrimônio nacional passou a dirigir tal publicação, que atuava em apoio ao governo estado-novista. Publicou vários livros como *Horas perdidas*, *Depoimentos* e *Sob o fogo invisível*. À época do Estado Novo, foi um dos biógrafos do Presidente da República, escrevendo *Getúlio Vargas* (1939) e *O perfil do estudante Getúlio Vargas* (1943)³⁵.

³⁵ ABREU, Alzira Alves de et al. (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. v. 1, p. 1149.

O conteúdo da biografia escrita por André Carrazzoni, intitulada *Getúlio Vargas*, serviu de base para a elaboração dos textos que acompanhavam as ilustrações da cartilha *O Brasil Novo – Getúlio Vargas e sua vida para a criança brasileira*. O livro de Carrazzoni foi editado em 1939, pela Livraria José Olympio Editora e acompanhava a vida do político gaúcho, desde a infância até a edificação do Estado Novo. O autor explicava que, com aquela biografia, pretendia “retratar o homem, no espaço e no tempo, da infância sonhadora ao clímax do poder, como encarnação de uma força considerável na via e na história do Brasil dos dias atuais e dos dias vindouros”. O escritor reforçava a expressão “força considerável”, acrescentando a ela o qualificativo “infalível, desde o sorriso perene, que ilumina o rosto de Vargas, no seu melhor gesto diante do povo, até as reações de extraordinária coragem física e moral, em face das crises dramáticas do Estado e da própria nação”³⁶.

Em tom panegírico, louvando a figura do Presidente da República, Carrazzoni afirmava que “o poder, que é, para muitos, a melancolia, a solidão e a primeira sombra do crepúsculo, opera nele diferentemente”, vindo a ser “o clima de sua alta inteligência, a maravilhosa estação do seu gênio político”. O autor discutia a “responsabilidade criadora do indivíduo” e o papel “do agente individual humano no processo da história”, vindo a referir-se à “predestinação” de Vargas, pois, “elegeu-o o destino” e tal “eleição patenteia-se na sua capacidade de agir como instrumento” da “inspiração coletiva”. Ainda a respeito do mesmo enfoque, dizia que “numa fórmula admirável, a intuição e a lucidez

³⁶ CARRAZZONI, André. *Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939. p. 7.

coexistem”, de maneira que, “desde o momento em que compreendeu o seu destino, Getúlio Vargas tirou, do que parece ser estático ou imutável no destino, as razões dinâmicas de sua missão histórica”³⁷.

Segundo o biógrafo, “a quem consulta a carreira política de Getúlio Vargas, do vozeio da fações, em S. Borja, aos dramas silenciosos do exercício do poder, não surpreende a linha de coerência que corre entre os dois pontos extremos do itinerário”. Considerava ainda que Vargas, “nas palavras e nos atos, entre as inconstâncias da política e as traições humanas, consegue ser fiel a si mesmo”, de modo que “a sua obra-prima” era apontada como a sua “radiosa fidelidade, fruto de disciplina interior, graças a qual não se despersonaliza, sendo um homem de governo impessoalíssimo, e mercê da qual ainda logra impor o seu diapasão na orquestração dos sucessos”. O autor fazia ainda referência à “sonoridade secreta” e à “vibração do espírito onipresente” do biografado, a partir das quais conseguira estabelecer “ordem na revolução, equilíbrio no caos, clarividência no governo, harmonia dos contrários na política”³⁸.

De acordo com Carrazzoni, “o mais rico documento que os historiadores” poderiam encontrar “no estudo da época getuliana” seria “o próprio homem, diverso e igual, múltiplo e uno”. Explicava ainda que, “o que realmente fascina na biografia é o seu segredo da humanização da história – processo vivo e não processo mecânico”, no qual “o homem, não sendo um deus nem Deus, se move, para e avança, sob um estro providencial ou misterioso”. O autor também

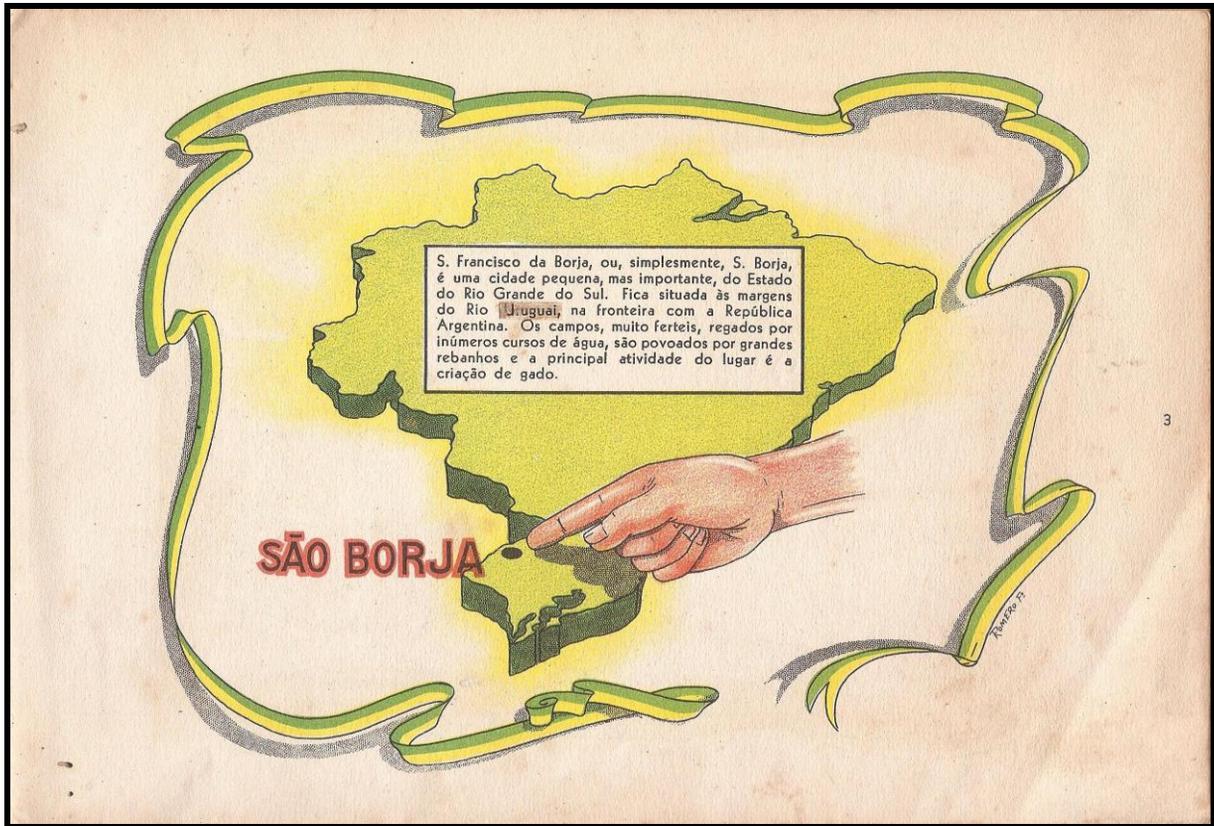
³⁷ CARRAZZONI, André. *Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939. p. 8-9.

³⁸ CARRAZZONI, André. *Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939. p. 9-10.

definia que seu livro era “muito menos do que uma biografia, na despreensão do plano e na modéstia da execução”, argumentando que sua obra poderia “singelamente representar” uma “crônica de um destino”. Para ele, tratava-se da abordagem de “um destino sob cujo signo se alternam a tristeza, a glória, a beleza, a poesia, o heroísmo e a magnanimidade peculiares às vidas ilustres”³⁹. Tal característica laudatória que marcava a biografia escrita por André Carrazzoni estava plenamente em consonância com o modelo empregado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda em direção ao processo de mitificação e personalização do regime em torno do Presidente da República, de modo que fragmentos do texto de sua lavra viriam a servir muito a contento para a confecção das legendas que acompanhavam as gravuras da cartilha *O Brasil Novo – Getúlio Vargas e sua vida para a criança brasileira*.

³⁹ CARRAZZONI, André. *Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939. p. 10.

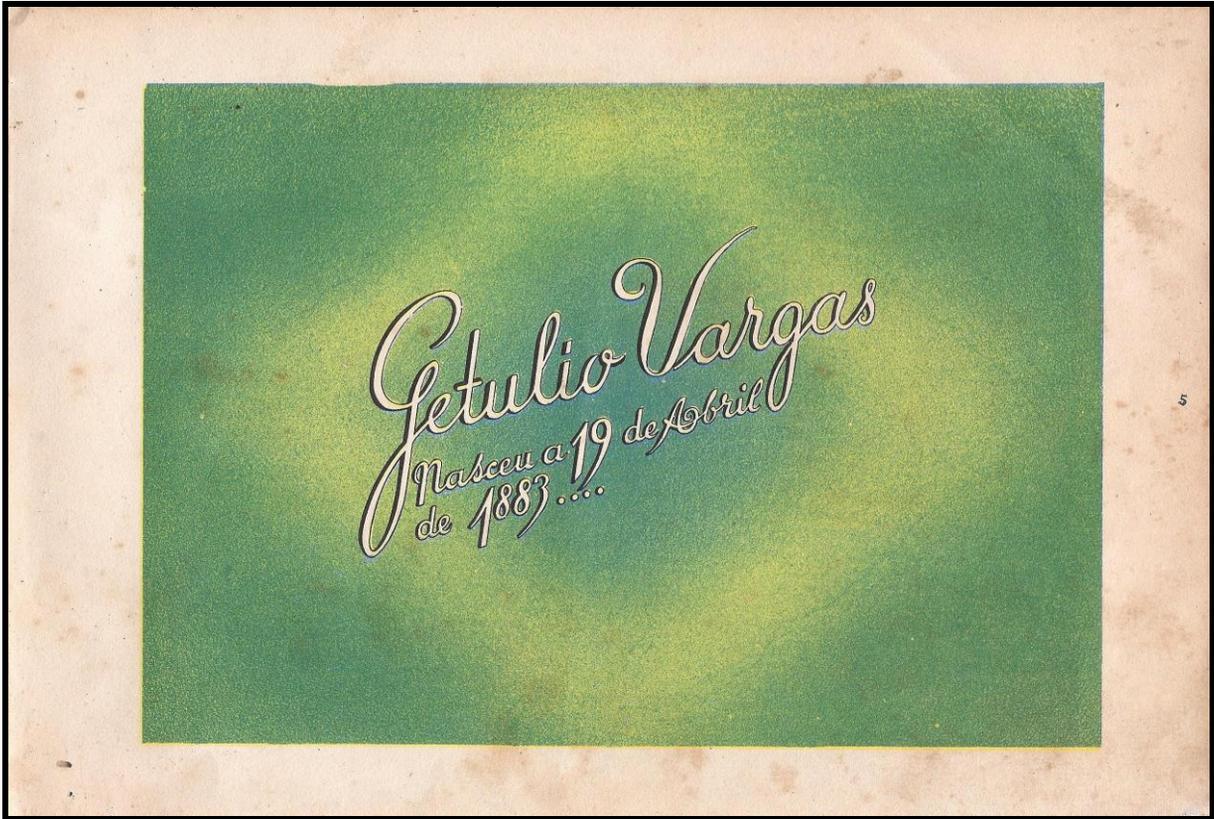
***GETÚLIO VARGAS E SUA VIDA PARA A
CRIANÇA BRASILEIRA***



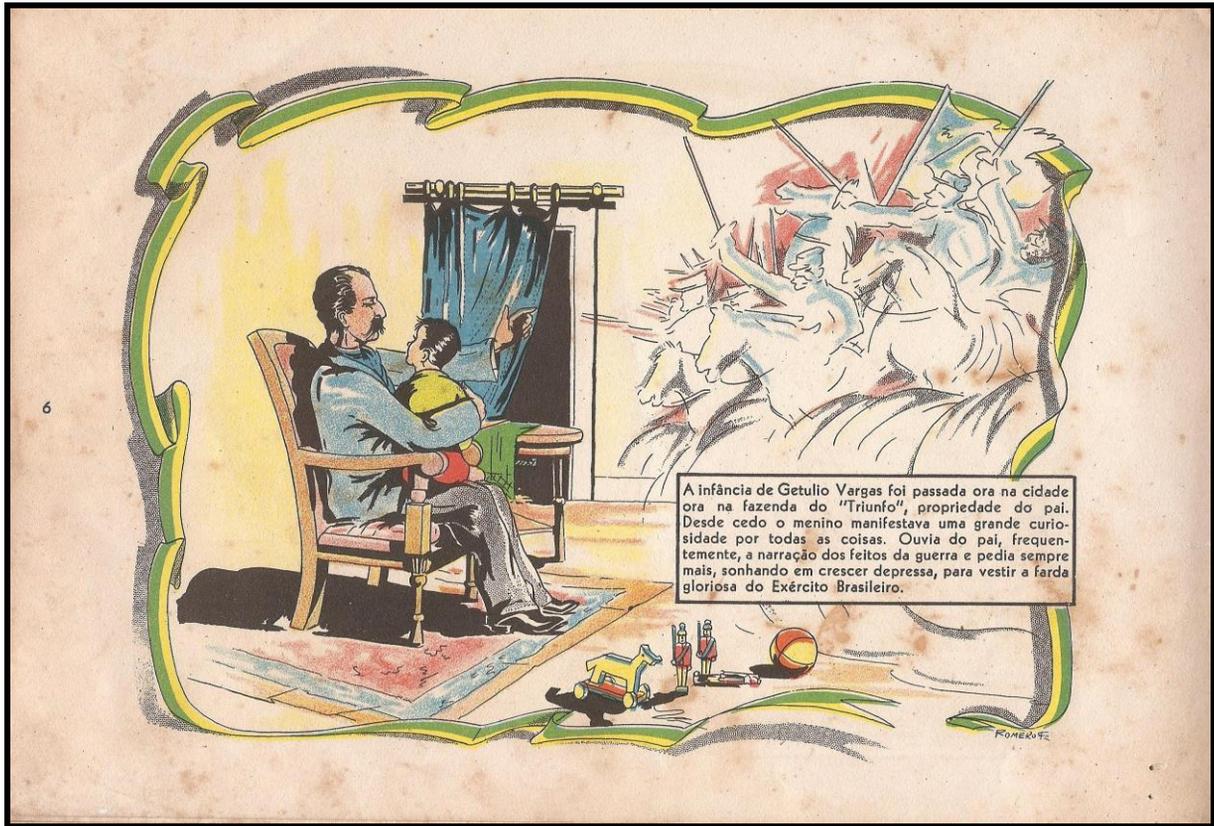
A localização geográfica do lugar de nascimento do Presidente da República foi a primeira preocupação do livro, mantendo o tom didático concernente aos seus objetivos. Além disso, os níveis de conhecimento das mais longínquas localidades do Brasil, com seu imenso território, eram precários de região para região. Nesse sentido, uma pequena municipalidade localizada nos rincões da zona fronteira sul-rio-grandense deveria ser desconhecida para muitos brasileiros, de modo que seria necessário demonstrar graficamente, através do mapa, a cidade natal de Vargas, explicando algumas de suas principais características. O intento era também trazer a ideia de unidade, tão cara ao Estado Novo, na perspectiva da criação de identidades entre os tão longínquos lugares do Brasil.



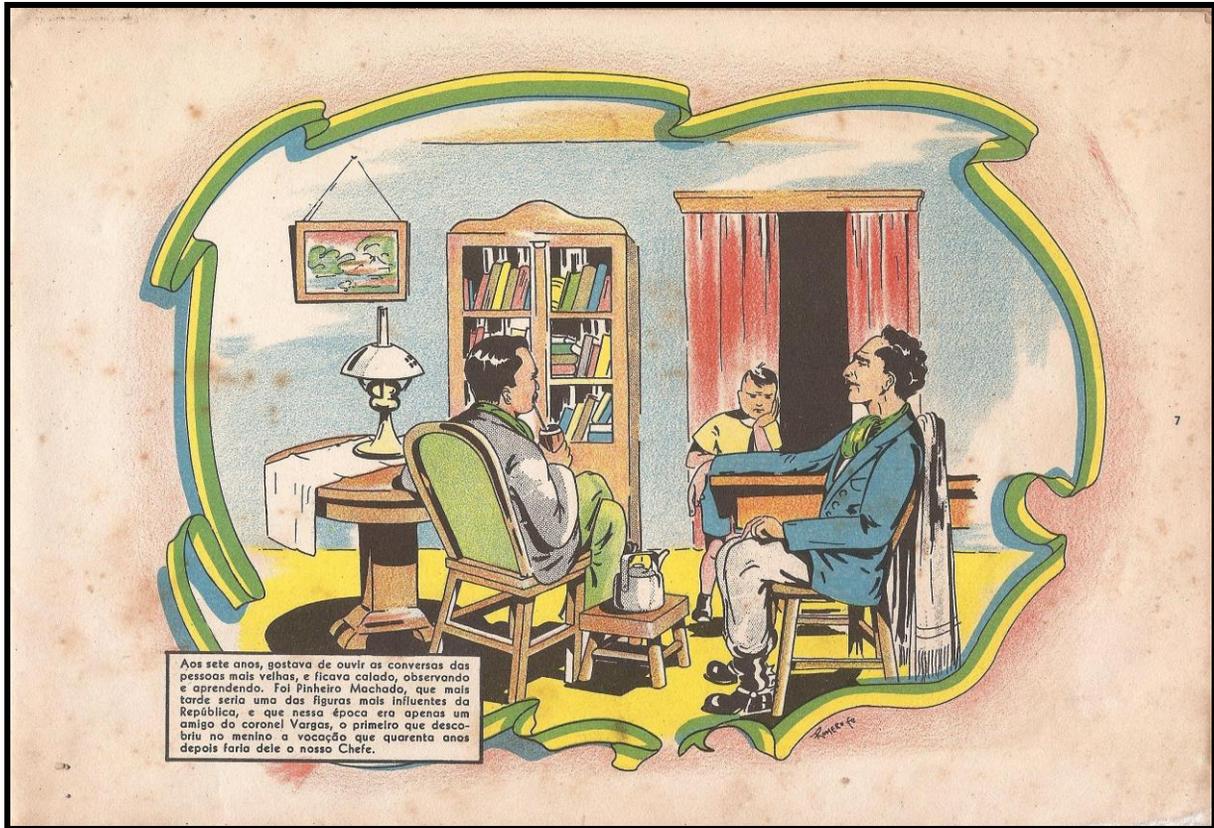
Em seguida à localização mais ampla, mostrando São Borja como um ponto ao sul do Brasil, na zona limdeira com a Argentina, aparecia uma paisagem típica de tantas localidades brasileiras, cujo acanhado centro se estabelecia em torno da praça principal. Além da residência onde nascera Getúlio Vargas, havendo a intenção de identificar a sua paternidade. Tal identificação já trazia consigo a busca de heroicizar o progenitor do Presidente, apontado como “homem de grande influência” na vida local e regional, bem como autor de atos de “bravura” à época da Guerra do Paraguai, evento histórico que renderia tantos dos “vultos” elevados ao “panteão dos heróis nacionais” durante o Estado Novo. A legenda dessa gravura terminava em reticências para anunciar a data de nascimento de Vargas.



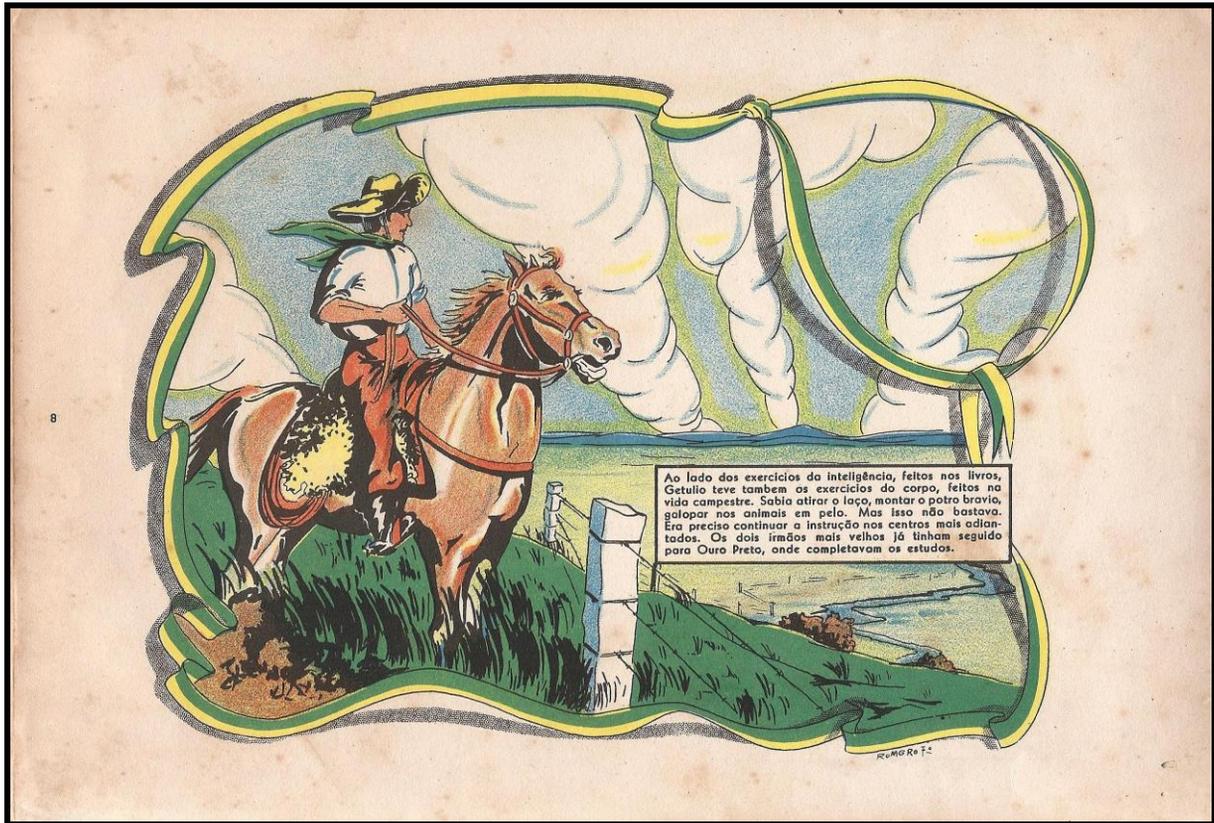
A escritura sobre o nascimento de Vargas ganhava relevo na edificação do livro, tanto que não havia gravuras ilustrando o acontecimento retratado, com a preferência por centrar a atenção do leitor apenas no episódio demarcado. Além disso, a inscrição aparecia estampada sobre uma bandeira brasileira estilizada, intentando demonstrar a identificação do líder do Estado Novo com a nacionalidade, desde o seu natalício. Ficava evidenciada também a perspectiva de concentrar a narração no enfoque biográfico/laudatório, não havendo a mínima reflexão quanto ao contexto histórico que cercava aquela data, como a crise do Estado Monárquico, que se avolumava, ou mesmo, na conjuntura regional, o surgimento do movimento republicano, em 1882, e do primeiro periódico de propaganda antimonárquica no Rio Grande do Sul, em 1884, revelando a ascensão do castilhismo-borgismo, regime que dominou a vida sul-rio-grandense ao longo de toda a República Velha, e cujos preceitos exerceriam forte influência na formação política do próprio Getúlio Vargas. O 19 de abril foi abertamente utilizada pela propaganda estado-novista, chegando a ser guindado como uma das datas cívicas nacionais, com direito a grandes comemorações pelo “Dia do Presidente”, no qual o Departamento de Imprensa e Propaganda não poupava esforços para realizar diversificadas atividades alusivas.



Um retrato de convívio familiar era utilizado para caracterizar a infância de Getúlio Vargas que, ainda criança, aparecia sentado ao colo do pai, deixando de lado os brinquedos ao chão, para ouvir as histórias paternas, em frente a uma janela aberta, simbolizando o contato com a realidade externa, em um misto entre a proteção domiciliar e os riscos do ambiente exterior. Era descrito que o crescimento de Vargas dera-se entre o âmbito urbano e o rural, na busca de demonstrar as amplas experiências que o político tivera desde os primeiros tempos de sua existência. Compunha ainda a ilustração um vislumbre de uma cena de batalha da Guerra do Paraguai, em alusão às histórias paternas, quanto ao conflito internacional no qual havia participado. A legenda demarcava que o pequeno Getúlio, já nessa época, manifestava sua intenção de vir ingressar nas Forças Armadas.



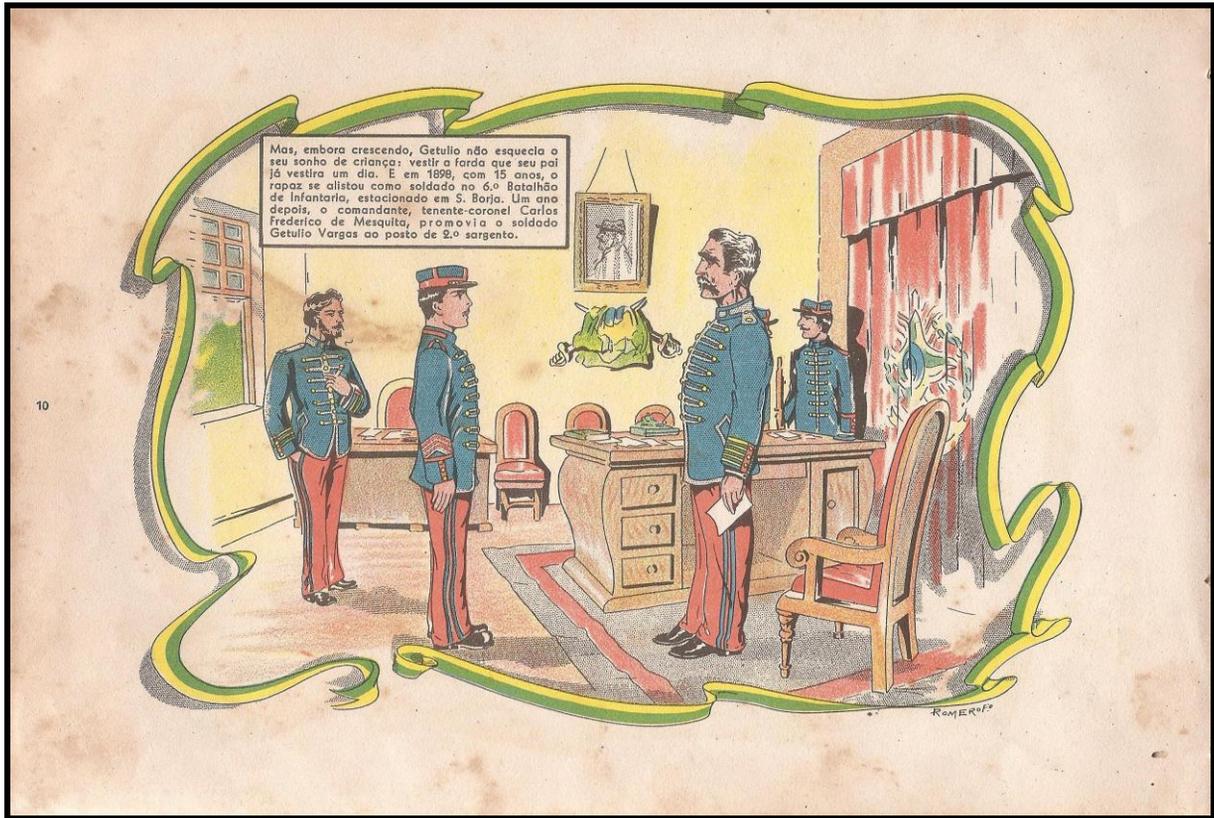
O pai de Vargas, sorvendo o chimarrão, bebida tradicionalmente consumida pelos gaúchos, aparecia em mais uma gravura, na qual conversava com uma das proeminentes figuras da vida política gaúcha. O menino Getúlio assistia a tal conversação, com grande atenção, como se estivesse ávido por aprendizado. De acordo com a legenda, o personagem político em questão, José Gomes Pinheiro Machado, que tivera um papel proeminente no contexto partidário e parlamentar regional e nacional, teria sido o “primeiro a descobrir” a “vocação” de Getúlio Vargas, quatro décadas antes de sua ascensão à Presidência. Mais uma vez não havia referência ao contexto histórico da época retratada, que coincidia exatamente com o ambiente da transição Monarquia – República, o qual marcava o Brasil da época.



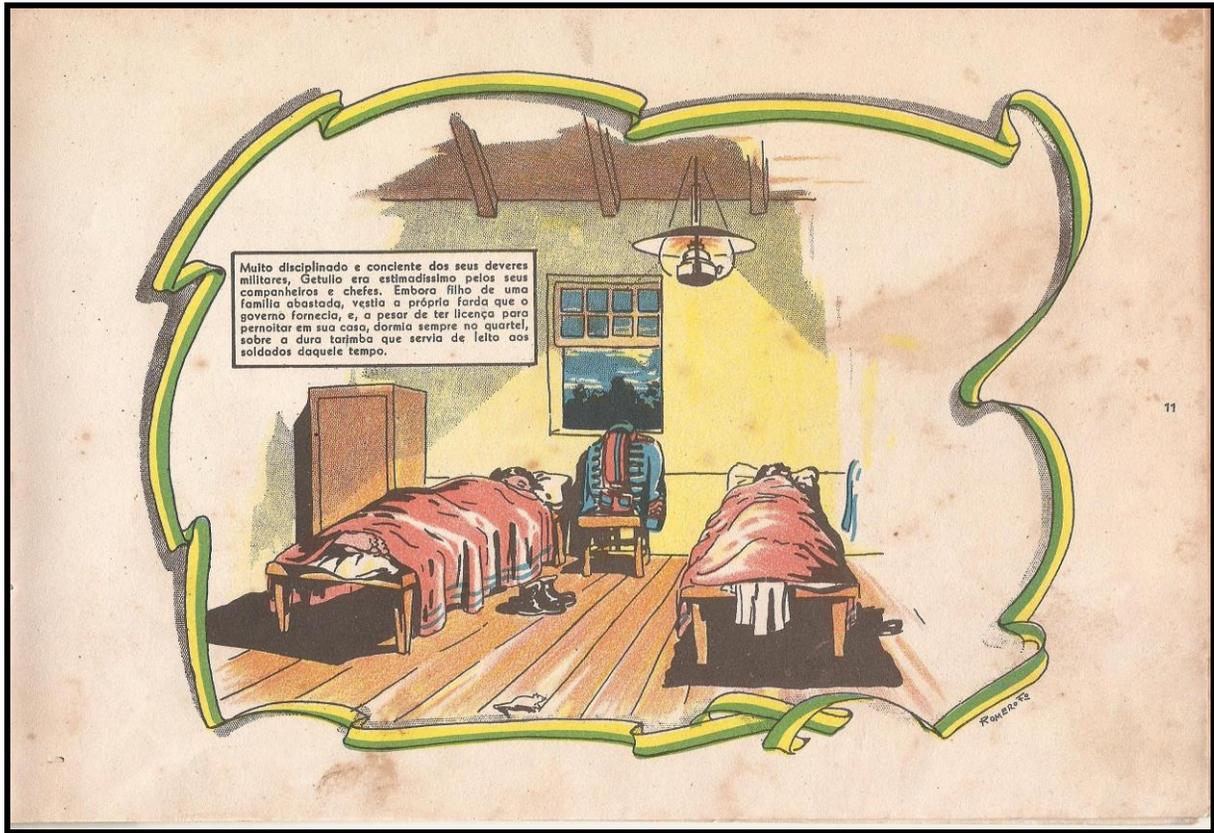
Um jovem Getúlio, montado em um cavalo, observa a largueza do horizonte, parado junto à cerca que demarcava os limites das terras familiares. Na gravura, a representação de Vargas trazia uma evidente identificação com a figura típica do gaúcho, de chapéu, camisa, bombacha e botas e, conforme a simbologia das figuras equestres, dominava a sua montaria, assim como aquele que domina o ambiente que o cerca. Detalhe interessante fica vinculado à coloração do lenço do personagem, nem branco – símbolo dos castilhistas/borgistas, situacionistas, durante grande parte da República Velha –, nem vermelho, símbolo dos oposicionistas históricos, vinculados aos federalistas. O verde do lenço trazia mais uma vez a inspiração do nacionalismo. A legenda deixava evidente que, além das lides campeiras, Getúlio Vargas não descurara de sua formação educacional.



A busca da identificação de Getúlio Vargas com o todo nacional era retomada ao apresentar o jovem Getúlio promovendo seus estudos em Minas Gerais, onde os seus irmãos também haviam realizado sua instrução. Ao usar “suas primeiras calças compridas”, em sentido de estar atingindo sua jovial maturidade, a cena apresentava o contato de Vargas com o coração da região central brasileira, ponto de contato entre os tempos coloniais – o passado – e a contemporaneidade – o tempo presente e, fundamentalmente, trazendo consigo a memória “dos inconfidentes”, em clara referência ao espírito revolucionário que teria marcado a formação brasileira, indicando que o mesmo teria iniciado no século XVIII e encontrado sua culminância com a Revolução de 1930, de acordo com a versão dos vencedores. Outro ponto relevante da representação iconográfica/biográfica estava ligado a uma espécie de prematuro contato de Getúlio Vargas com Minas Gerais, Estado de participação fundamental na formação da Aliança Liberal e na deflagração da Revolução de 1930.



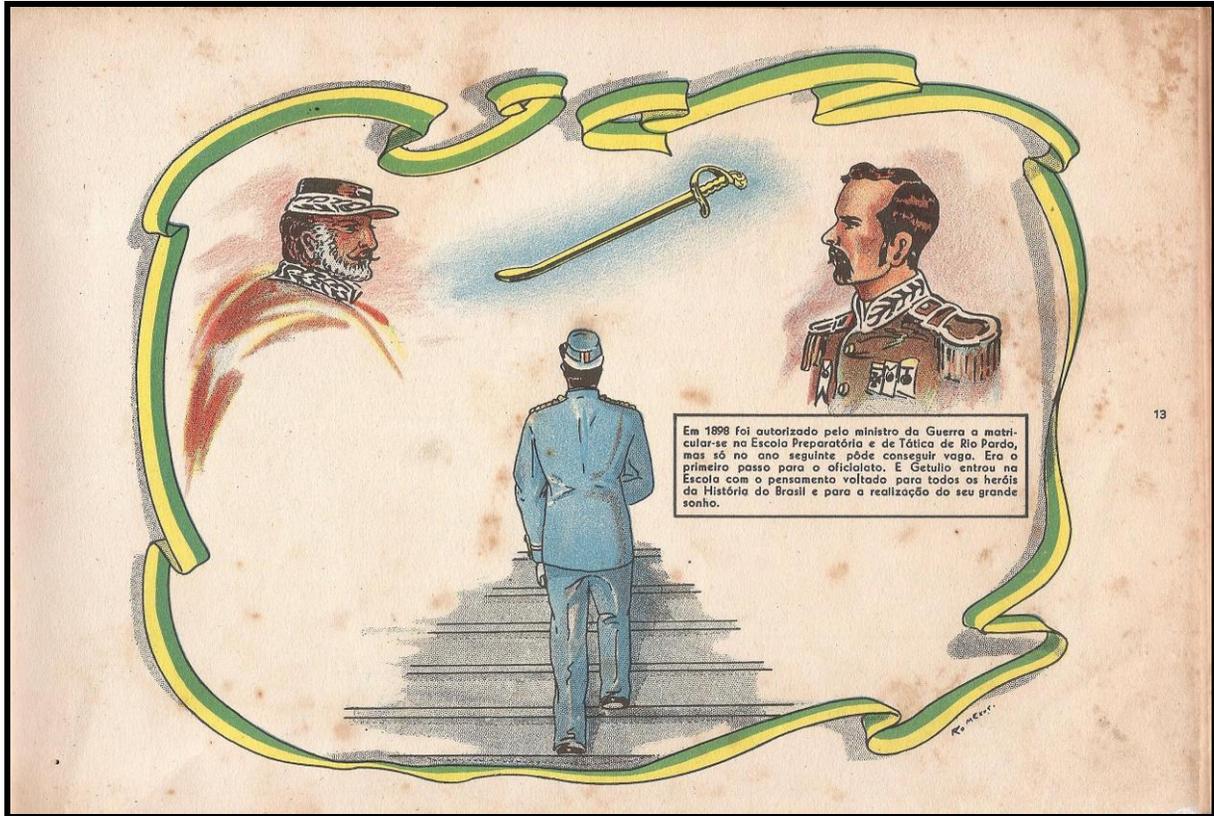
Ao lado das atividades vinculadas à vida rural e aos estudos, o livro não deixava de mostrar as experiências de Getúlio Vargas no meio militar. Na gravura, o jovem Getúlio aparecia uniformizado, ao ingressar nas Forças Armadas, atendendo a um chamado considerado como vocacional, fundamentalmente no intento de seguir os passos do pai. A identidade do regional com o nacional ficava mais uma vez expressa, ao apresentar o Vargas militar, que trazia consigo as tantas vivências dos sul-rio-grandenses voltadas ao meio castrense e aos enfrentamentos bélicos, idealizando mostrar os gaúchos como “baluartes avançados”, em defesa da nacionalidade, mormente nos confrontos com os “inimigos da pátria”. Suas supostas “qualidades” já ficariam evidenciadas nesse momento, com a promoção rapidamente obtida em seu batalhão.



Na ilustração, o jovem Getúlio Vargas aparecia em um dormitório militar, cercado pela simplicidade, com pouco conforto e precárias instalações. A legenda informava que, apesar de sua linhagem endinheirada, Getúlio deixava de passar as noites em sua residência, para compartilhar o singelo aposento, com os companheiros de farda. A ideia da representação era demonstrar que, desde a juventude, Vargas se acostumara a “viver em meio ao povo”, preferindo a convivência com os demais soldados, em detrimento dos confrontos de sua casa abastada. A imagem do “homem simples”, afeito ao convívio com as massas populares, era construída como uma predestinação da vida do político, ainda que estivesse sendo tratado um período que se dera algumas décadas antes do início de sua vida pública. Os elogios não faltavam na legenda, ao considerar o noviço militar como “disciplinado” e “consciente dos deveres”, além de “estimadíssimo” pelos companheiros de farda.



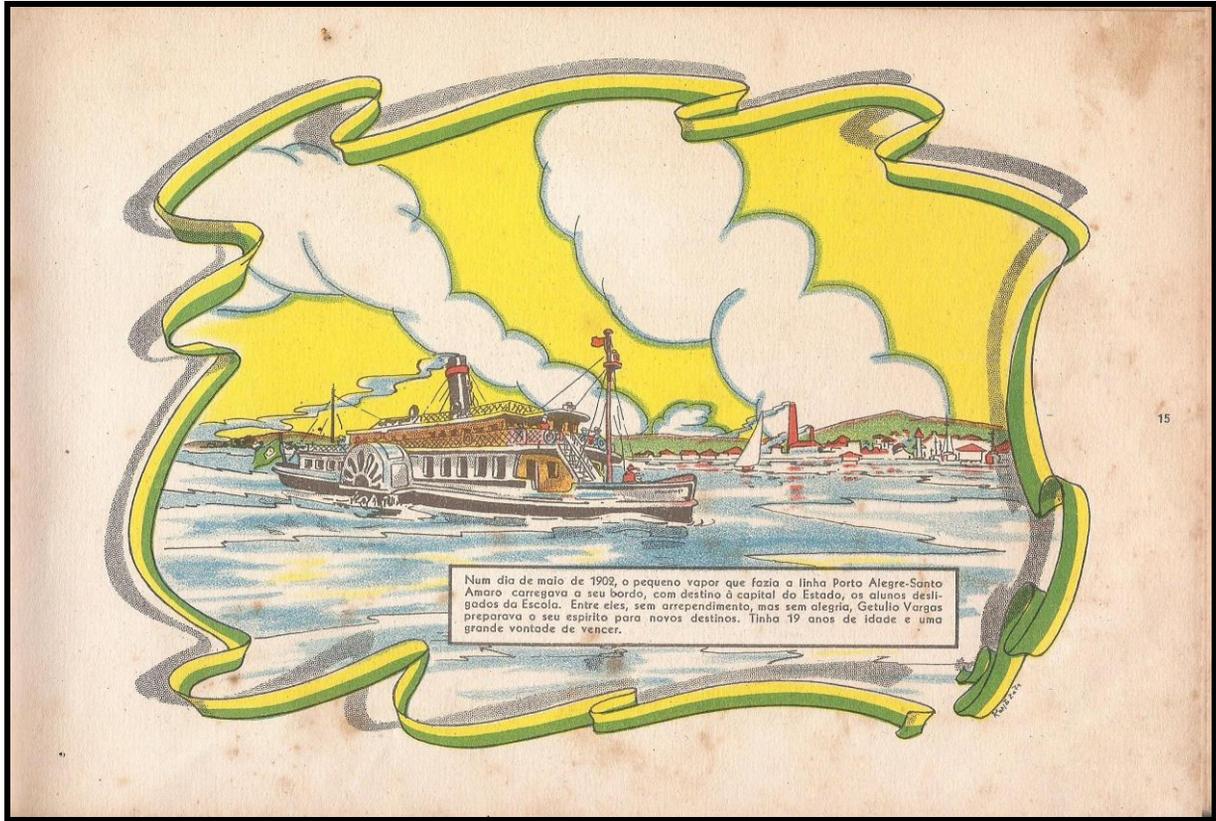
A busca pela criação da identidade de Getúlio Vargas voltava a se manifestar no trecho que o mostrava, em meio aos seus colegas de farda, aproveitando os divertimentos de uma festa, na qual as pessoas conversavam e dançavam animadamente. Era mais uma faceta estabelecida para o personagem, pois, ao lado do campeiro, do estudante, do militar, aparecia também o indivíduo que convivia com os hábitos dos “homens comuns”, promovendo a interação e compartilhando desse estilo de vida. Havia, entretanto, o destaque a uma ressalva, que serviria para caracterizar a moderação de Vargas, desde os primeiros tempos de sua formação, a partir do esclarecimento de que, apesar do convívio festivo como os companheiros, Getúlio agia sem incorrer em “exageros” e sem o prejuízo de “seus afazeres”. A pretensa popularidade do líder estado-novista também era demonstrada como presente desde a sua juventude, a partir da asseveração de que ele “atraía a simpatia de todos”.



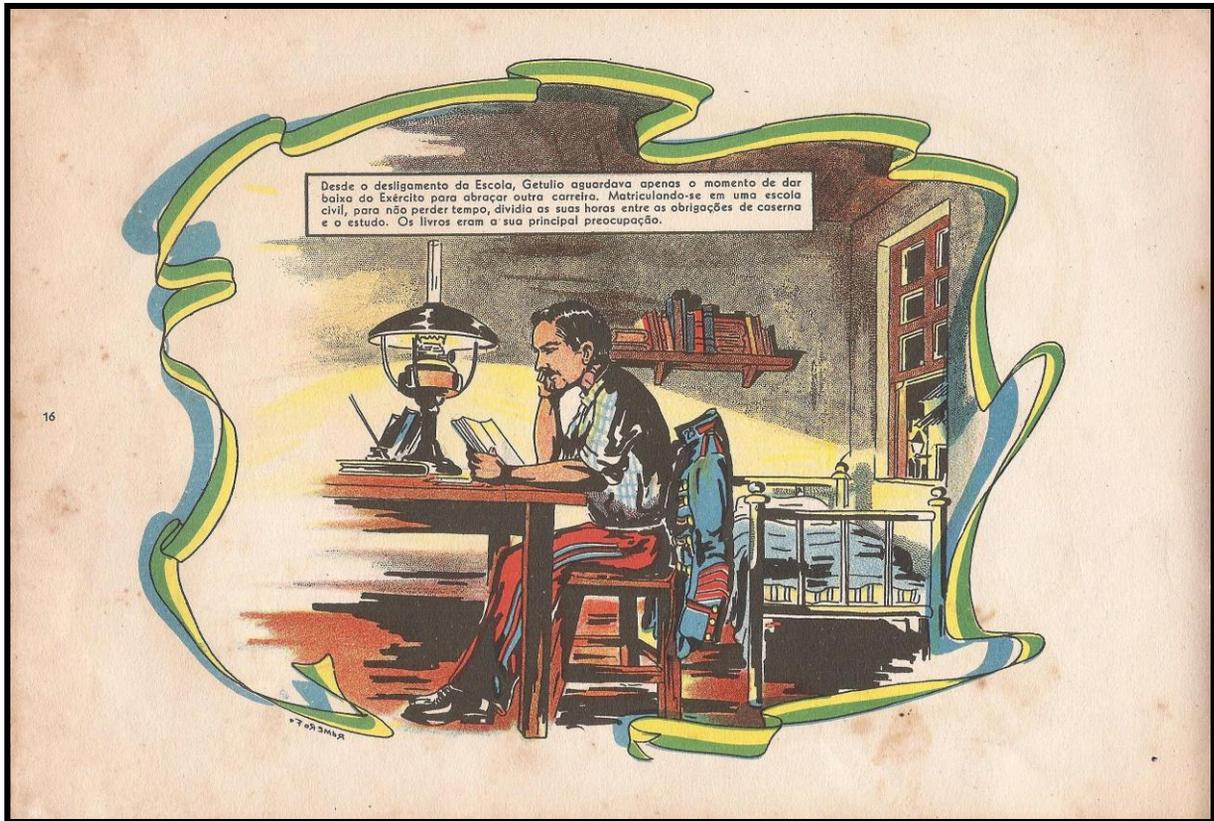
13

A persistência era alocada como uma das tantas virtudes do jovem Getúlio, ao mostrá-lo avançando na carreira militar, obtendo autorização para cursar a escola militar, apontada como caminho em direção ao oficialato. Getúlio Vargas aparecia vencendo os primeiros degraus de uma escada, em alusão à ascensão que pretendia trazer à sua existência, ao trilhar a carreira militar. Ao alto da escada, pairava uma espada, como símbolo do poder e da vida castrense, meta a ser atingida pelo novel militar. Além disso, surgia a efígie do general Osório, militar gaúcho, com ativa participação na vida pública regional e nacional, e com intensa participação nos enfrentamentos que caracterizaram a Guerra da Tríplice Aliança. A outra efígie pertencia ao marechal Floriano Peixoto, que também lutou na Guerra do Paraguai e, mais tarde, participaria dos destinos políticos do país, tornando-se Presidente da República. A presença de tais personagens se referia à propalada vocação de Vargas para as lides militares, a partir da inspiração oriunda de “todos os heróis da História do Brasil”.

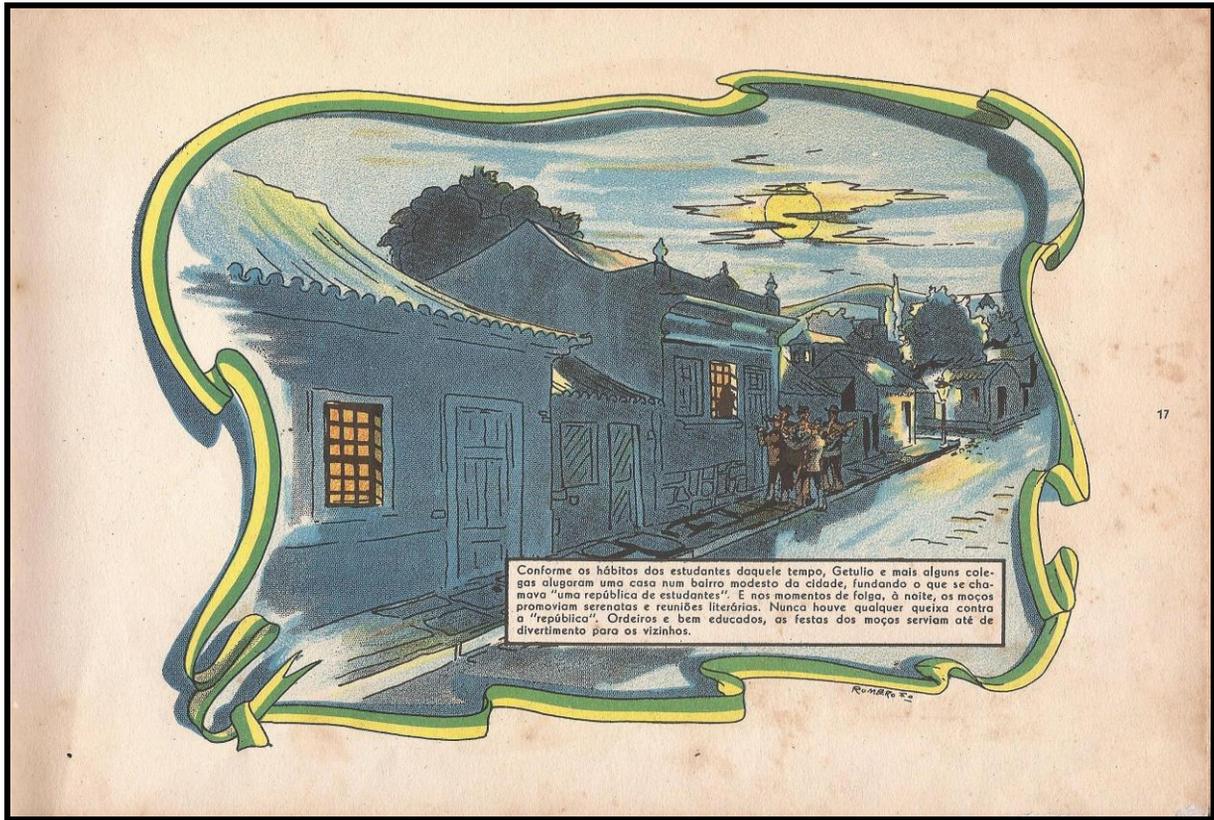
Um regimento militar em posição de sentida, observando as recomendações de um superior constituía o cenário de outro momento retratado da vida de Vargas, correspondendo ao seu afastamento das lides castrenses. O episódio era apresentado como uma “fatalidade do destino”, que não teria permitido ao jovem levar em frente o seu intento vocacional. Tratava-se da punição de um grupo de cadetes insubordinados, com o esclarecimento de que, apesar de estar isento de culpa, Getúlio não abandonara os colegas e, “solidário”, aceitara o destino do desligamento. A versão entabulada transformava um fato que poderia ser encarado como negativo, em algo positivo, qualificando a atitude do futuro Presidente como um “gesto de grandeza moral”, que estaria a revelar os “valores” de Vargas, já manifestos em sua juventude.



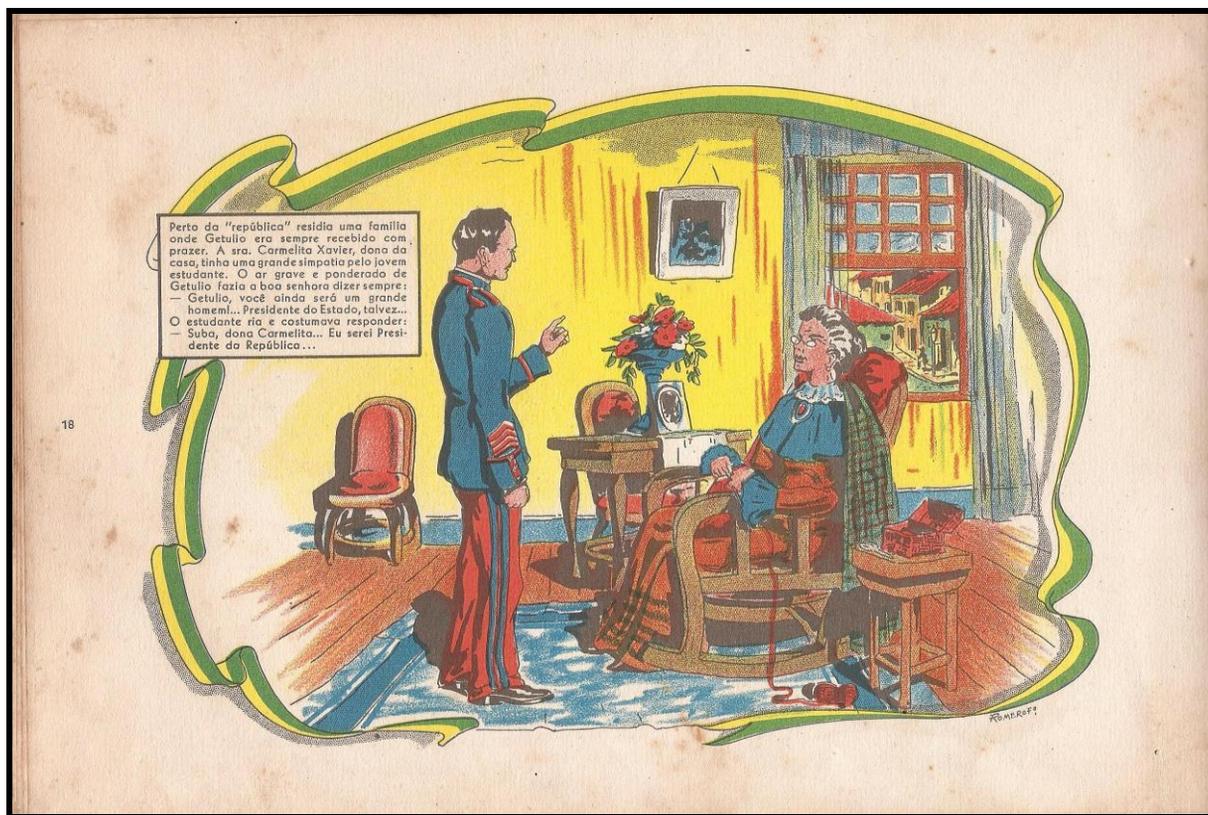
O desligamento da vida vinculada ao desejo vocacional pela formação militar era representado no livro a partir da suavidade de uma embarcação deslizando pelas águas, no sentido de dar ao episódio um caráter de transição tranquila e natural. No navio estariam os alunos da escola militar punidos com o afastamento, dentre eles, Getúlio Vargas, que teria ficado entristecido, mas “sem arrependimentos”, reforçando a ideia da sua absolvição diante de qualquer possibilidade de culpa pelo ocorrido. Aparecia assim aquele como um momento de progressão na vida do rapaz, que, a partir dali, buscaria outros rumos para a sua vida, diferentes dos traçados até então, mas, nem por isso, de menor relevância, permanecendo ele como portador de “uma grande vontade de vencer”.



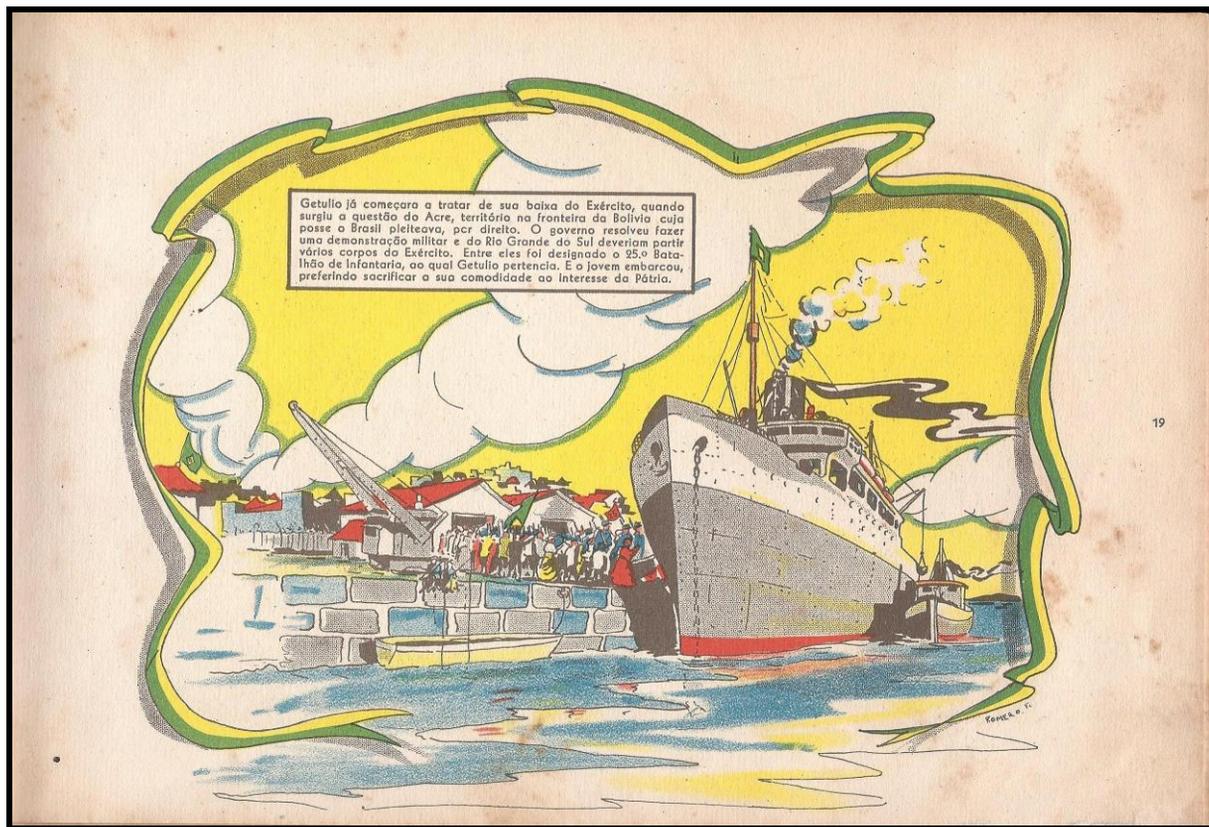
Em lugar do Vargas militar, era realocada e reforçada a figura do Getúlio estudioso, ao aproveitar o tempo que o separava da ruptura definitiva dos vínculos com a vida castrense, para dar continuidade à sua formação educacional. Surgia assim um Getúlio Vargas aficionado pela leitura e por adquirir conhecimento, características que muitas vezes lhe seriam atribuídas, quando já ocupava o cargo de primeiro mandatário da República, com condições não só de opinar, mas também de administrar diretamente questões envolvendo as mais variadas áreas do setor público. De acordo com tal concepção, se o Brasil estava a perder um militar, ganhava um administrador carregado de conhecimento de causa, adquirido a partir de uma incessante ação como leitor, uma vez que os livros tornaram-se “a sua principal preocupação”.



O Vargas como “homem do povo” era mais uma vez representado, com a indicação de que, à época dos estudos, ele morara de aluguel em um “bairro modesto” e ao lado dos colegas em uma “república de estudantes”. Era a recorrente tendência de mostrar um Presidente da República que tivera um passado de simplicidade, optando pela convivência em comum com os demais, mantendo a simplicidade, em lugar do luxo e da ostentação. O desenho trazia uma cena noturna, mostrando residências, entre as quais alguns jovens promoviam uma serenata, conforme indicava a legenda, segundo a qual Getúlio, além de coabitar com jovens estudantes, também compartilhava com eles os momentos de divertimento, com a ressalva de que o grupo não era formado por baderneiros, e sim por jovens “ordeiros e bem educados”, que contava com a aquiescência e até a participação dos moradores locais.



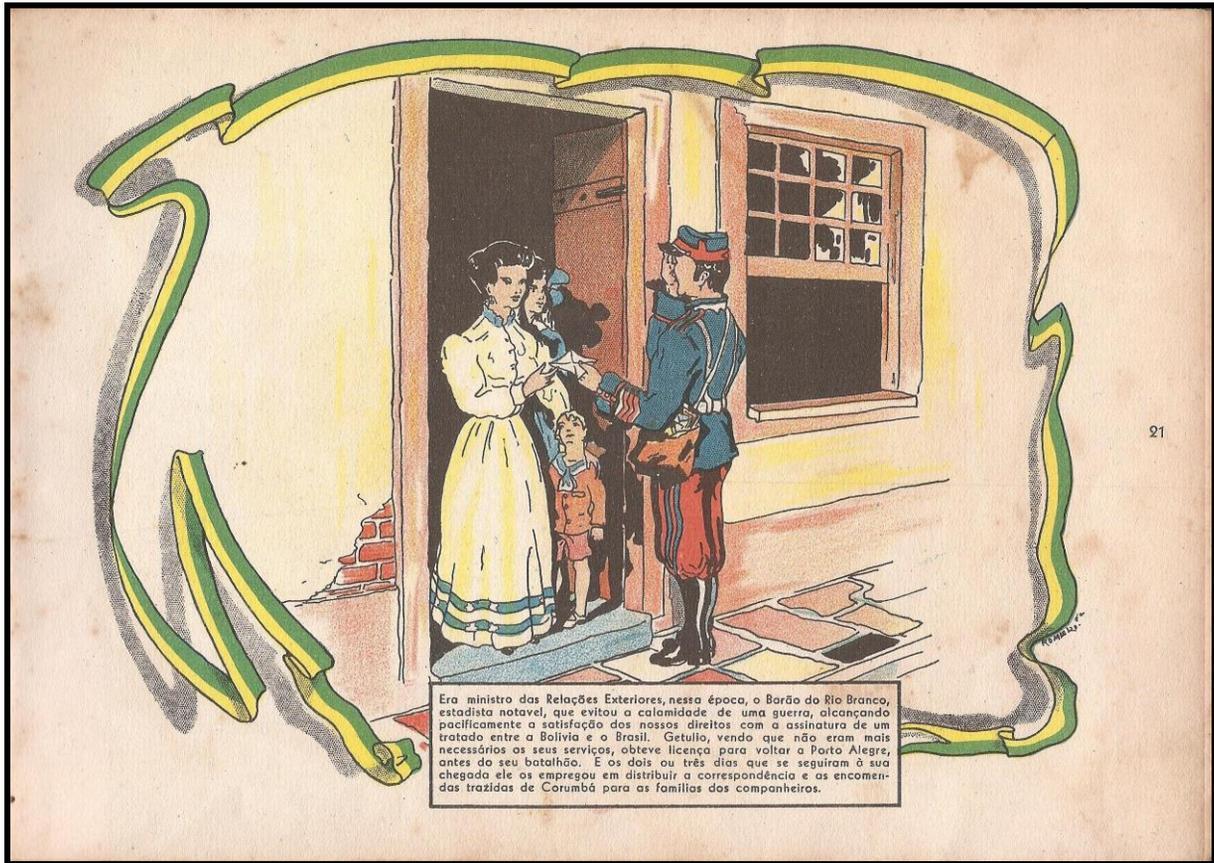
A articulação entre passado e futuro ficava bastante articulada em outro desenho do livro que fazia menção a um lance pitoresco atribuído à vida de Vargas. O jovem militar, ainda de uniforme, visitava uma senhora que nutria “grande simpatia” para com ele, de modo que ambos travavam conversas entre si, buscando revelar o contato do político, desde a juventude, com os mais velhos, no sentido de absorção de experiências de vida. Uma espécie de futurologia acontecia no momento em que a anciã previa um brilhante futuro para o estudante, imaginando que ele poderia chegar à Presidência do Rio Grande, o que viria efetivamente a acontecer, em 1928; ao que ele respondia que chegaria, isto sim, à Presidência da República, o que se confirmaria em 1930.



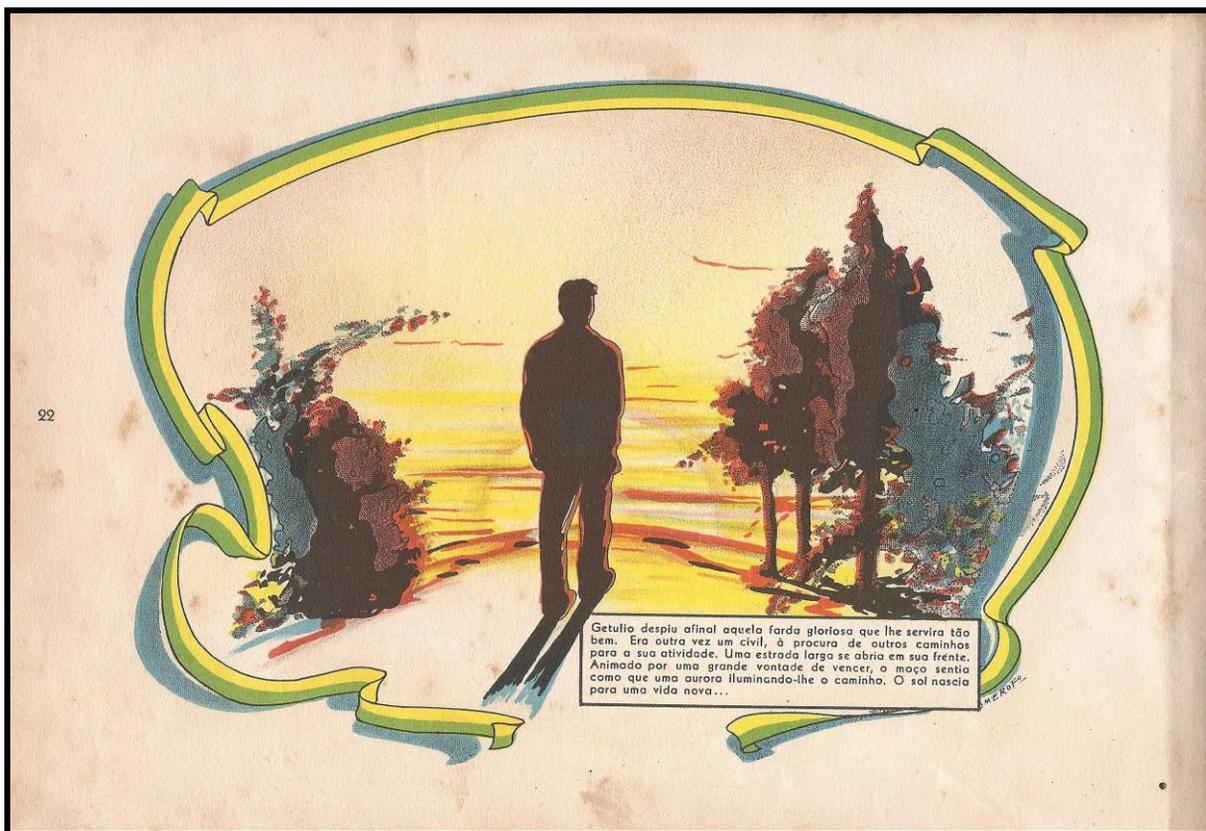
A oportunidade para ressaltar um Vargas “heroico e patriota” surgia na abordagem sobre uma possível participação de militares gaúchos em um enfrentamento bélico que poderia realizar-se no extremo-norte brasileiro. Tratava-se das disputas territoriais com a Bolívia pela região do Acre, para o qual haviam se deslocado vários trabalhadores brasileiros, principalmente nordestinos, para trabalhar na extração do látex. A querela internacional envolveu até mesmo uma revolta dos brasileiros, a entrega, por parte do governo boliviano, dos direitos de exploração a empresas multinacionais e até o anúncio de uma intervenção militar por parte do Brasil, o que viria a não se confirmar, com as tratativas diplomáticas e a assinatura do Tratado de Petrópolis, que pôs fim ao conflito fronteiriço. A simples eventualidade de participar de uma guerra servia para a construção textual e imagética com a função de confirmar as supostas “coragem” e “determinação” do jovem Getúlio, que, prestes a dar baixa, optara por permanecer na ativa, para, com “sacrifício”, engajar-se pela “causa pátria”. A inspiração nacionalista não deixava de se fazer presente, com a presença do pavilhão nacional tanto no alto da embarcação, com em meio ao público que saudava os soldados.



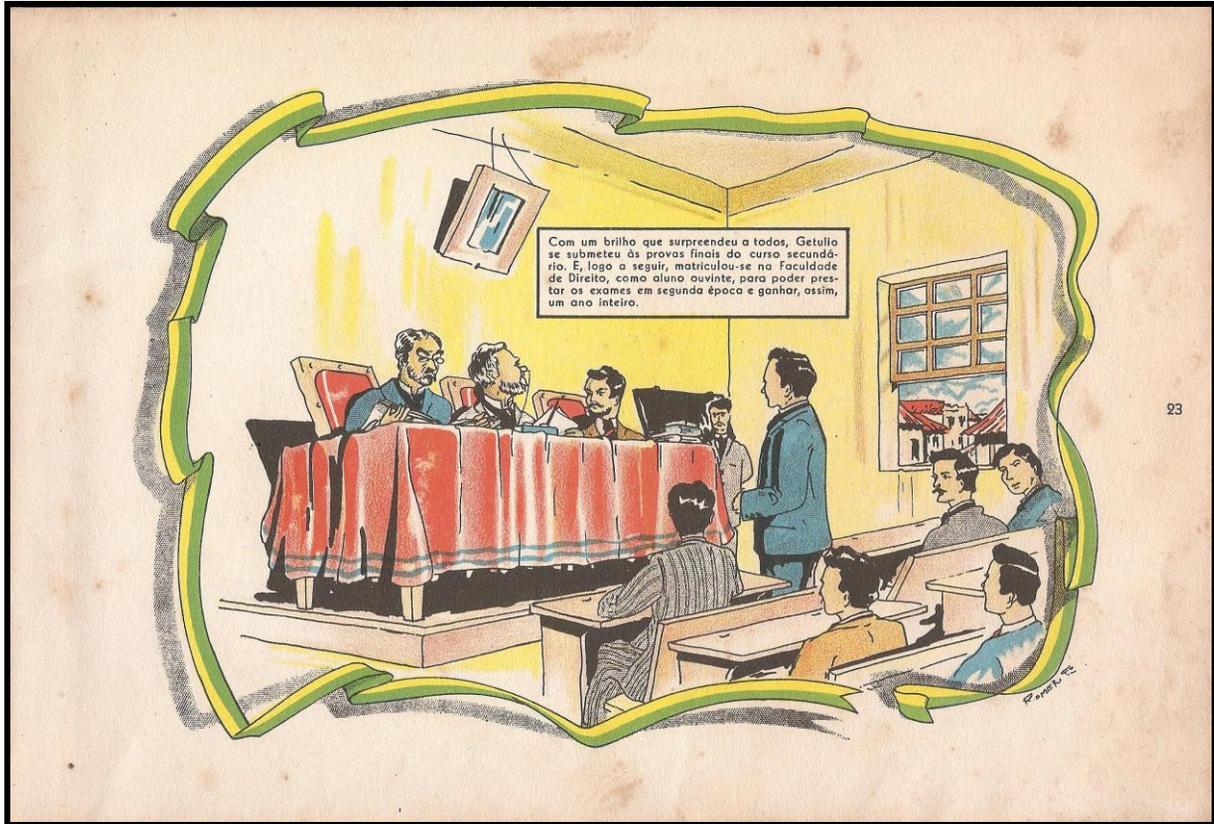
A perspectiva de “sacrificar” os interesses pessoais, em nome da defesa dos interesses nacionais, em nome do patriotismo, foi reforçada não só pela intenção de Vargas em participar do confronto bélico, como também nas dificuldades enfrentadas na viagem em direção ao extremo-norte, ao ponto de vir a festejar seu aniversário em pleno acampamento. A gravura era de forte inspiração nacionalista, com a tropa perfilada diante do pavilhão nacional. A versão de um passado “heroico” para Getúlio Vargas parecia carecer de um episódio militar, de modo que os fundamentos biográficos de cunho laudatório não iriam perder tal oportunidade, vindo a transformar um deslocamento de tropas em um ato prenhe de “bravura” e “abnegação”, em “defesa da pátria”. Além disso, a presença do líder máximo do Estado Novo, ainda na juventude, no Estado do Mato Grosso, trazia mais uma das antecipações tão recorrentes nas páginas da cartilha, no caso em referência à Marcha para o Oeste, proposta estado-novista de ocupação das regiões de baixa densidade demográfica no centro do país.



Outra benignidade atribuída à figura de Getúlio Vargas foi vinculada ao altruísmo. Ao esclarecer que o confronto bélico no qual sua tropa iria participar fora evitado a partir de um acordo diplomático, a narração mostrava o soldado Getúlio visitando famílias de porta em porta, tratando de distribuir cartas e encomendas enviadas por seus colegas de farda. Nesse sentido, o personagem era cercado de mais uma atitude positiva, preocupando-se com as necessidades dos outros, até mesmo acima da sua própria, naquilo que seria uma “prova” de suas intenções “altruísticas”, as quais viriam a ser lançadas em direção ao “bem público”, nas ocasiões em que ocupou cargos administrativos. Na gravura ainda havia outra qualidade recorrentemente atribuída ao chefe do Estado Novo, ou seja, o político que atendia às necessidades de mulheres, jovens e crianças, exatamente as figuras que compunham o cenário, em alusão às práticas assistencialistas realizadas pelo governante em relação a tais segmentos da sociedade brasileira.

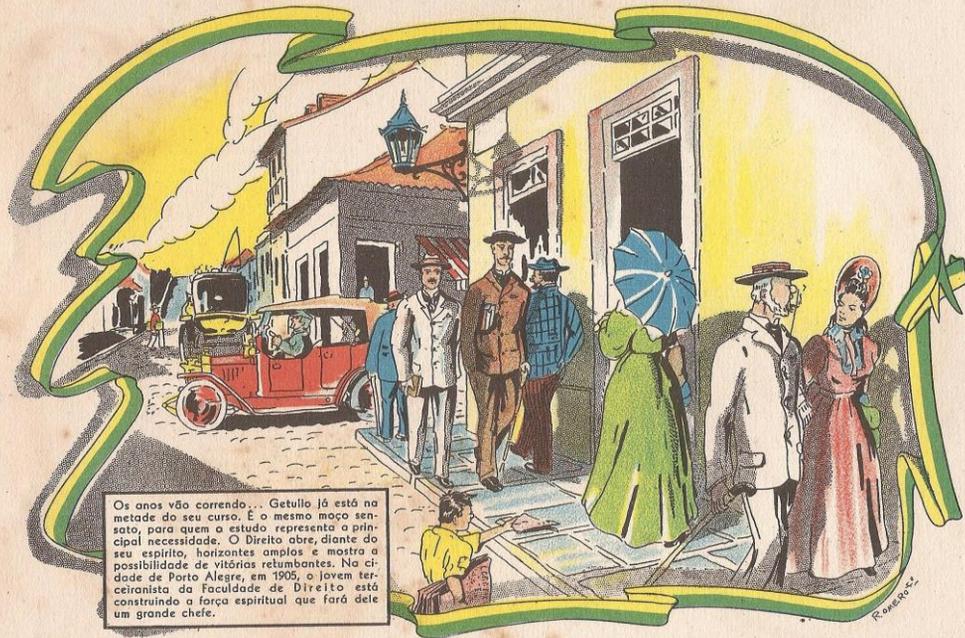


No momento em que Vargas deixava de vez a vida militar, a cartilha tratava de criar uma imagem cheia de simbolismo, mostrando apenas a silhueta do personagem caminhando em direção ao nascer do dia, com o sentido de uma virada em sua existência. Agora, como “um civil”, viria a cruzar novos caminhos, sempre levando em conta a sua “grande vontade de vencer”, que viria a orientá-lo na empreitada a ser realizada. A biografia dava a entender que o itinerário do jovem seria calcado em “progressos sucessivos”, contando com a orientação solar que o levaria a traçar “uma vida nova”. A “estrada larga” que se abria à sua frente era uma alusão à vida política que empreenderia a partir de então, a qual traria uma ascensão bastante considerável, para, em tempo relativamente curto, alçar uma carreira na esfera estadual e desta para a federal.

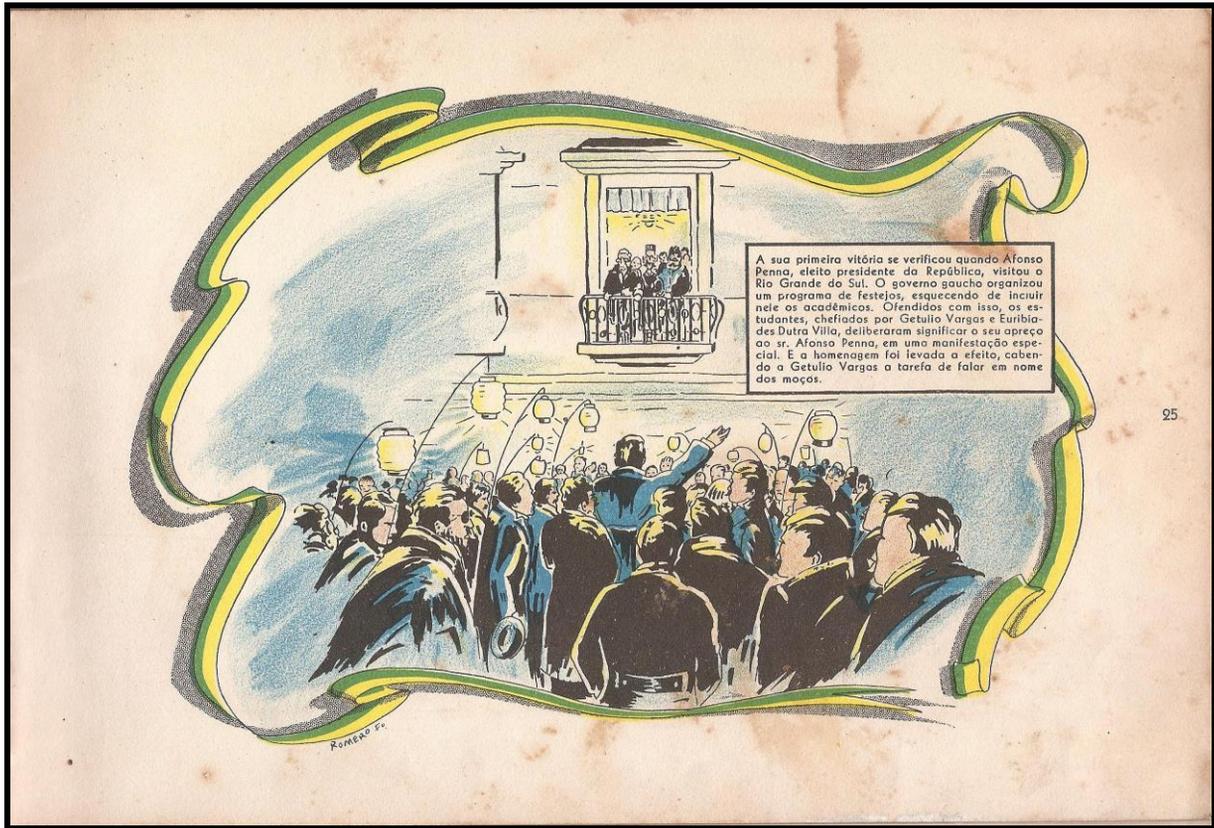


O Getúlio Vargas estudioso voltava ao texto e à imagem, dessa vez prestando os exames correspondentes à conclusão do secundário. Para mostrar o seu “valor”, não só teria realizado aquela etapa da sua vida educacional com sucesso, como já antecipava seu ingresso no Curso Superior, na condição de ouvinte, visando a um adiantamento em seus estudos. Era assim apresentado como o homem cheio de “brilho”, além de convicto e decidido, que não se detinha diante de obstáculos, estando sempre pronto para vencer as fases sucessivas que se antepunham, sem titubear no enfrentamento às mesmas. A gravura mostrava tanto professores quanto colegas admirados com o desempenho de Getúlio. Tais atitudes, tomadas na vida privada, segundo o esboço biográfico-ilustrado, viriam a se repetir nas ações públicas de Vargas.

24



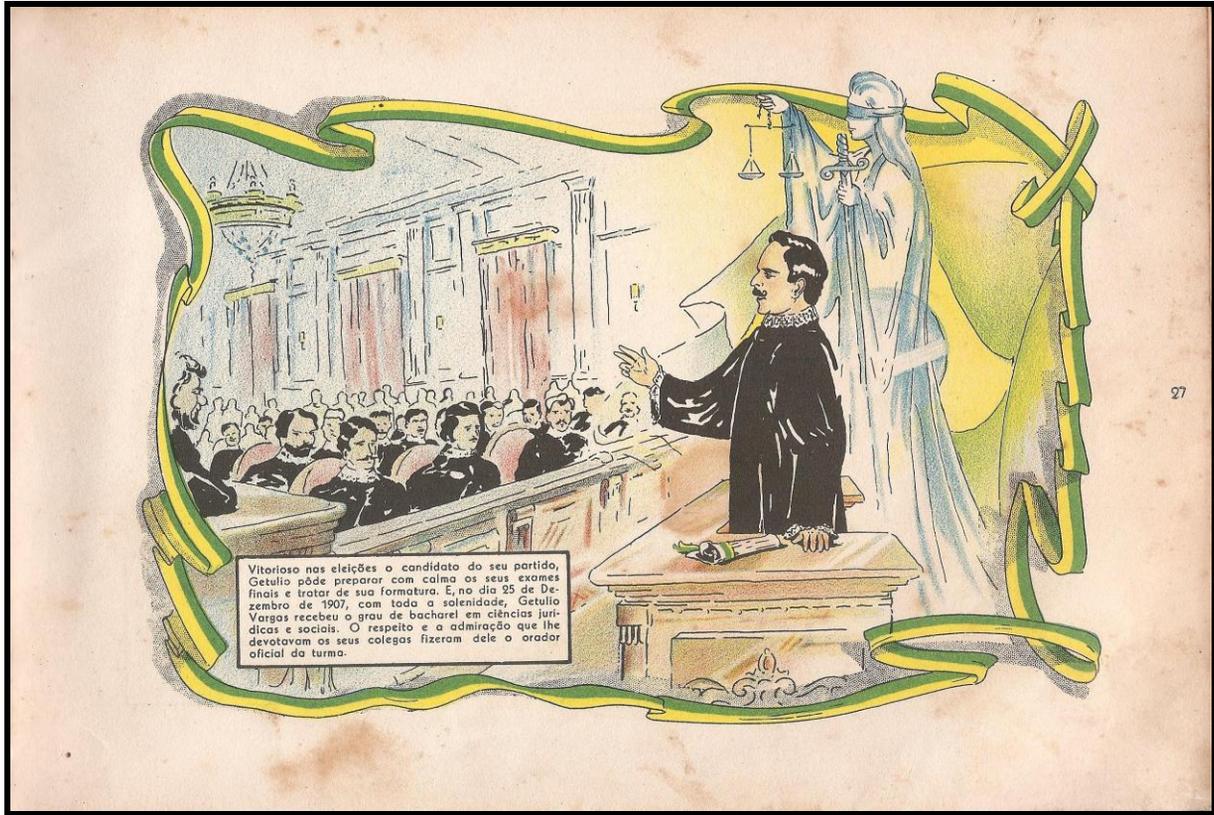
Com o texto dando uma ideia de avanço temporal, com os “anos correndo”, era apresentada uma cena do cotidiano citadino, com o movimento nas ruas centrais da urbe, contendo damas, cavalheiros e um jornaleiro, e nela aparecia um Getúlio Vargas confiante no futuro. Qualificado como “moço sensato”, o jovem continuava cursando a Faculdade de Direito, curso que teria servido para preparar “seu espírito” para uma ampliação de horizontes, estando já a anunciar-se “vitórias retumbantes”, em relação aos seus progressos profissionais e pessoais. As atividades no Curso Superior que escolhera estariam a dar-lhe um descortino todo especial, surgindo uma espécie de “visionário” que vislumbrava suas ações vindouras, ou seja, que adquiria a “força espiritual”, da qual afloraria “um grande chefe” de Estado.



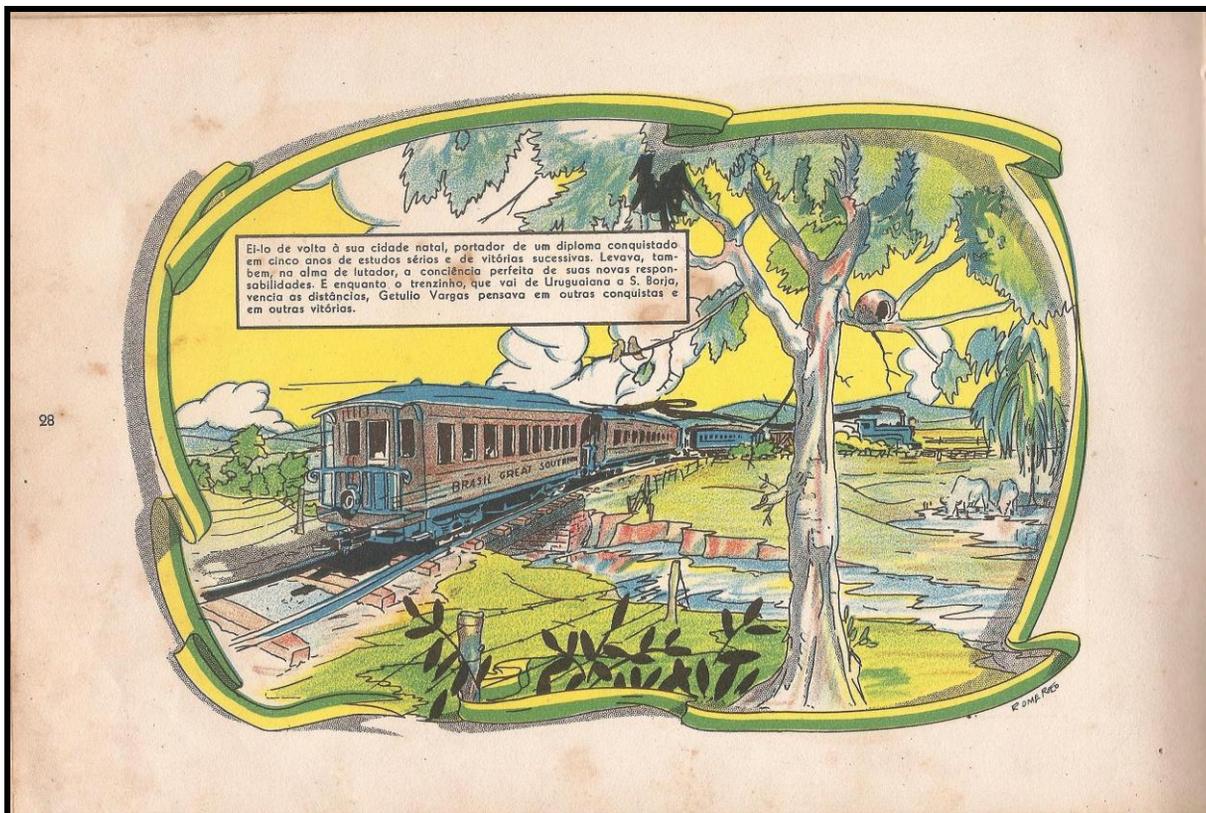
A liderança como característica inerente às vivências de Vargas, de acordo com a biografia traçada, já teria nascido à época das lides estudantis. A provável comprovação de tal assertiva se dava pela descrição de uma oportunidade em que um Presidente da República da época comparecera a Porto Alegre, não tendo sido estendido o convite aos acadêmicos de Direito para comporem os grupos que prestariam homenagens ao Chefe de Estado. Revelando o espírito de insatisfação e buscando sobrepujar a adversidade, os estudantes tomaram a providência de realizar o seu próprio preito, oportunidade em que Getúlio Vargas assumiria o papel de líder da contestação, expondo-se, acima dos outros, ao agir como porta-voz dos colegas. O cenário mostrava os alunos saudando o homem público com palavras e lanternas, em um ato que foi apontado como a “primeira vitória” de Getúlio Vargas.



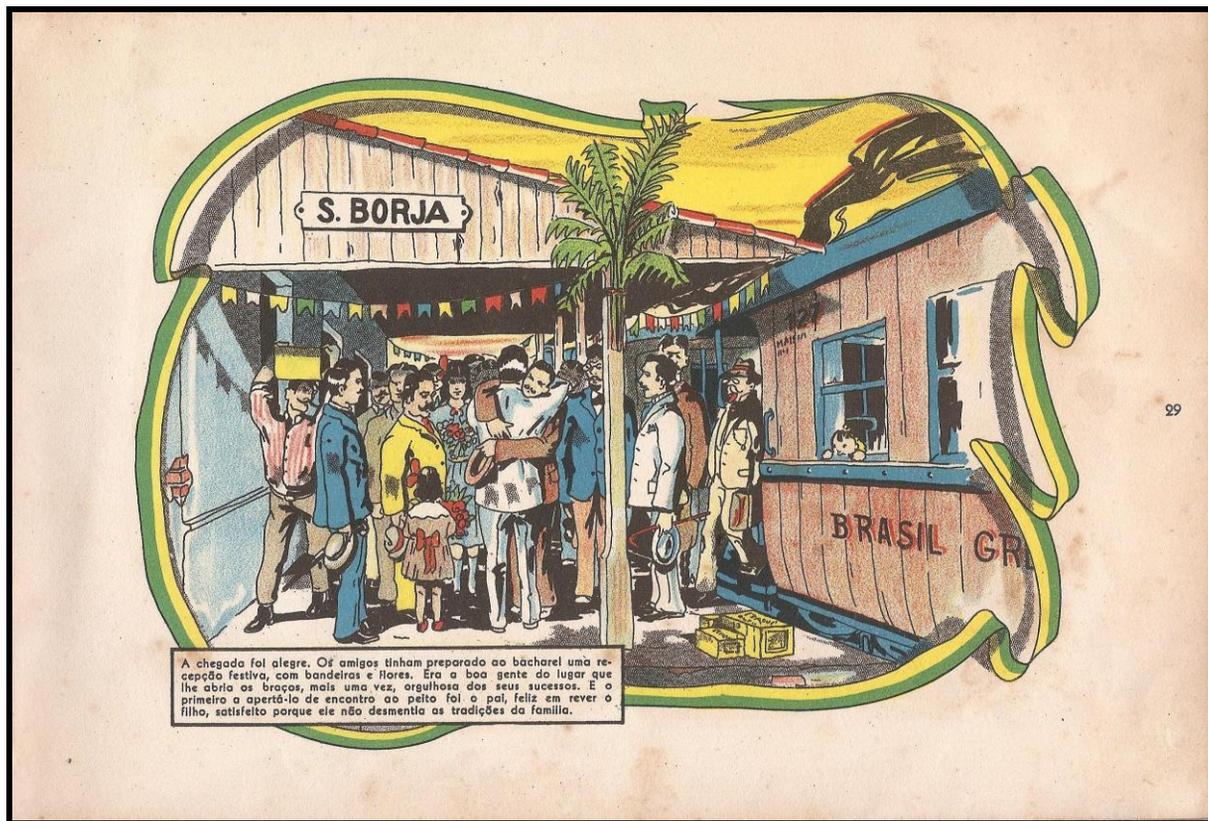
À imagem do Vargas campeiro, estudioso e militar viria a somar-se outra, levando em conta aqueles tempos de convívio com os bancos acadêmicos, ou seja, o Getúlio que se envolveu com as práticas jornalísticas. Era a época de eleições no Rio Grande do Sul, nas quais se apresentava uma candidatura de oposição ao candidato situacionista, com a formação de mais uma leva de dissidentes do Partido Republicano Rio-Grandense. Tratava-se do Bloco Castilhista, frente de jovens que pretendia defender a corrente governista, dando ênfase ao papel do “notável político”, que fundara a República no Rio Grande do Sul. Na oportunidade, ele se juntaria a vários colegas que viriam a constituir personalidades da vida brasileira no pós-Revolução de 1930. Era representada a edificação do periódico *O Debate*, em cujas oficinas, o formando Vargas e os companheiros apareciam debatendo as circunstâncias políticas de então.



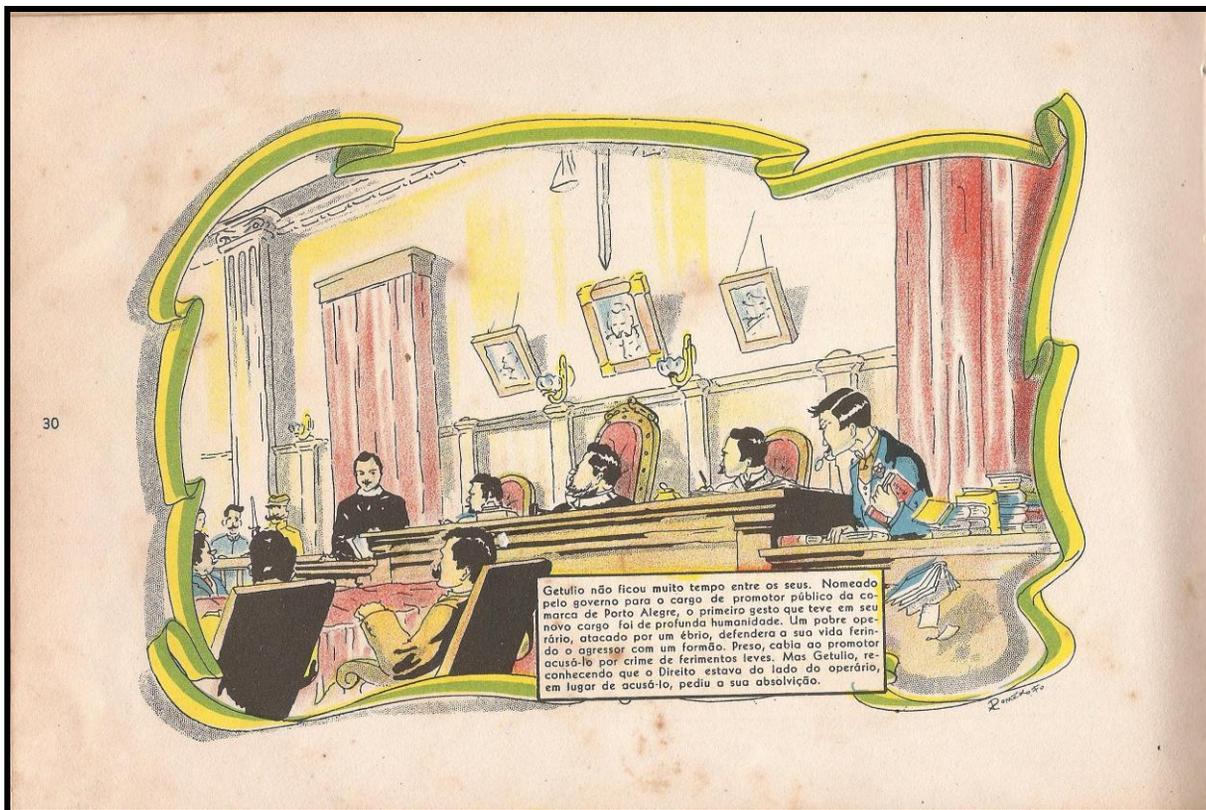
A ilustração trazia Getúlio Vargas de toga, discursando diante dos colegas, pois, após prestar as provas finais, viria a sua formatura em Direito e, no sentido de demonstrar a continuidade de seu espírito de liderança, a cartilha apontava para o fato de ele ter sido escolhido como orador entre seus pares, dos quais estaria a contar com “respeito e admiração”. A gravura trazia ainda a figura tradicional da justiça, como a dama de olhos vendados, com a espada e a balança em cada uma das mãos – simbolizando tanto o curso no qual o personagem se formava, como a propalada inspiração que o nortearia em suas ações, mormente as de cunho social – , enquanto, ao fundo, aparecia a bandeira do Brasil, presença recorrente nesse tipo de solenidade, mas que não deixava de corresponder ao sentido da nacionalidade. Ao formar-se em Ciências Jurídicas e Sociais, a publicação voltada ao público infantil propunha que Vargas estaria pronto para defender os direitos e conhecer os meandros sociais da comunidade brasileira.



A perspectiva do deslocamento especial/temporal era mais uma vez representada por um veículo em movimento. Nesse caso era um trem, no qual Vargas retornava para São Borja, carregando aquilo que foi denominado como “vitórias sucessivas”, adquiridas à época dos estudos universitários. Diante disso, a cartilha dizia que se impunham “novas responsabilidades”, para as quais ele já estaria preparado e plenamente consciente. O itinerário serviria novamente para novas reflexões do personagem, que já estaria se preparando para outras “conquistas” e “vitórias” que se anunciavam para o porvir. A perspectiva da teatralização característica do aparelho de propaganda estado-novista ficava expressa na imagem dos avanços sucessivos na linha férrea que serviriam como um avanço para o futuro, no qual Getúlio Vargas poderia colocar à prova a sua “alma de lutador”.

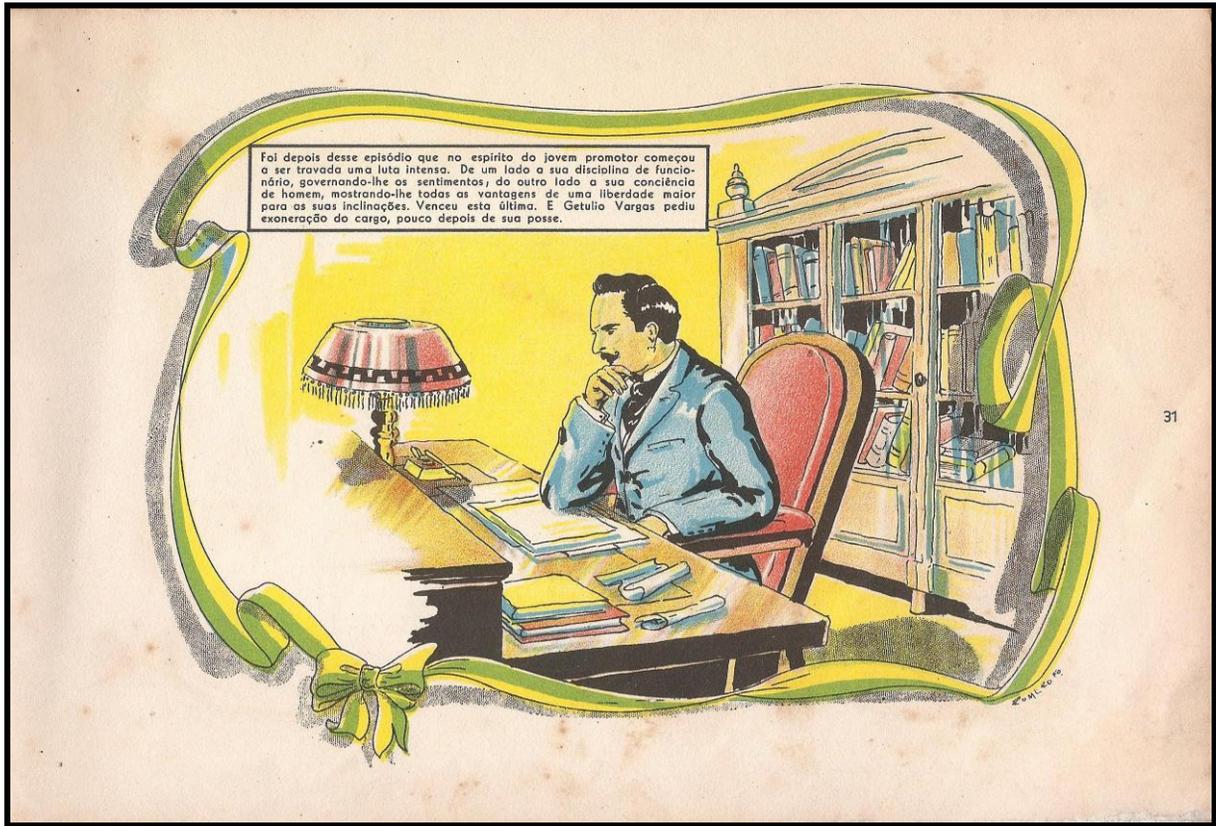


O retorno de Getúlio Vargas a São Borja foi apresentado como um evento no seio da comunidade e da família, mostrando certa agitação promovida por ocasião recepção dedicada ao “filho da terra” na pequena localidade. Em meio ao embandeiramento, ao transporte de mercadorias e o afluxo de pessoas, Getúlio vencera a longa viagem da capital até a fronteira e se via diante de uma coletividade que estaria “orgulhosa dos seus sucessos”. Como era comum denominar à época, era um novo “doutor” que chegava ao interior. Novamente aparecia a inspiração de Getúlio Vargas em meio ao povo, sentindo-se à vontade em meio a todos, fosse qual fosse a sua situação social, perspectiva que se tornaria lugar comum nas aparições do líder político após a sua ascensão ao poder, em 1930 e mormente durante o Estado Novo.



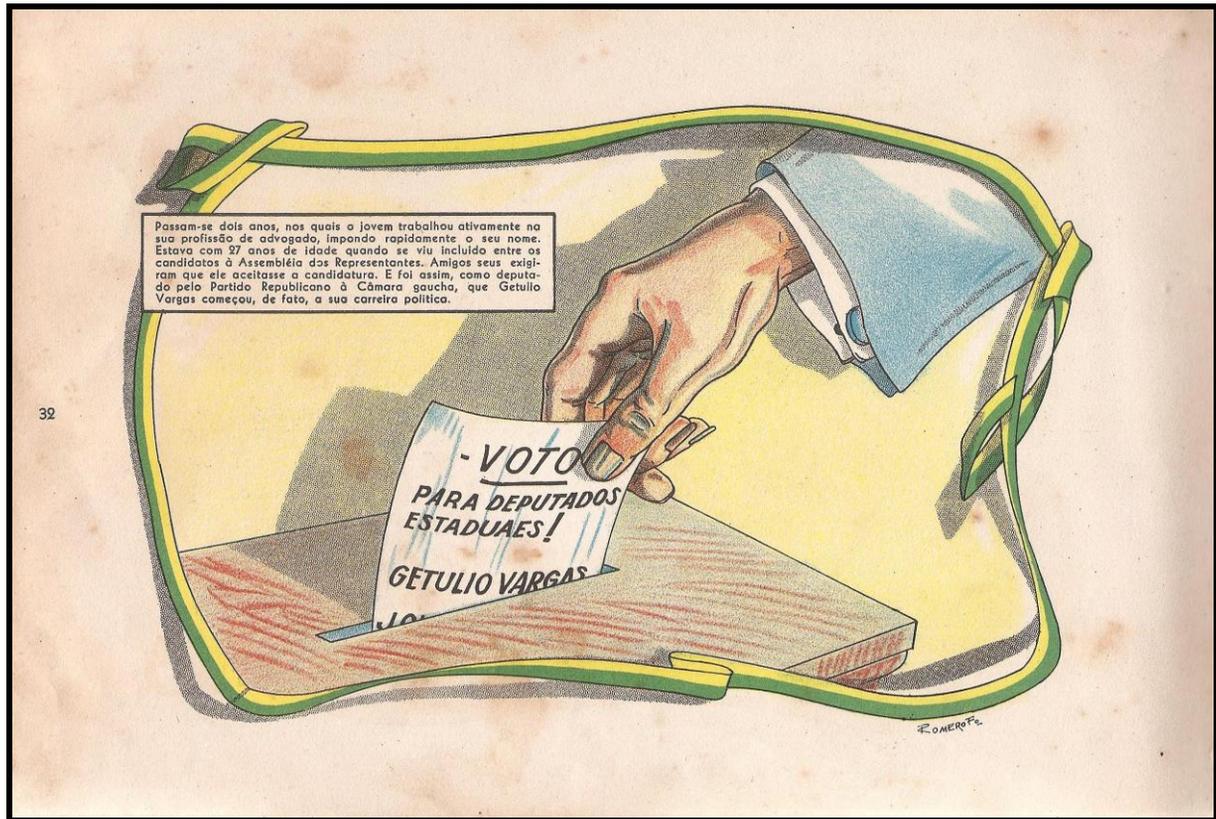
O cenário de um tribunal correspondia à nova gravura, voltada a ambientar a atuação de Vargas como promotor público. Não há qualquer referência à estratégia desenvolvida para a obtenção do cargo público, normalmente vinculada às relações de clientelismo ou às questões partidárias, surgindo apenas a observação de que ele fora nomeado pelo governo, demarcando a proximidade com a conjuntura situacionista sul-rio-grandense. Ainda que atuasse como promotor e, portanto, fosse responsável pela acusação dos réus, era ressaltado um episódio em que Getúlio Vargas, deixara de lado as incumbências de seu posto, para supostamente seguir os rumos da justiça e defender a causa de “um pobre operário”. Era a invocação de outra adjetivação alocada para a figura de Vargas, a de defensor dos pobres e dos trabalhadores, corolário que se tornaria recorrente na sua carreira política.

Foi depois desse episódio que no espírito do jovem promotor começou a ser travada uma luta intensa. De um lado a sua disciplina de funcionário, governando-lhe os sentimentos; do outro lado a sua consciência de homem, mostrando-lhe todas as vantagens de uma liberdade maior para as suas inclinações. Venceu esta última. E Getúlio Vargas pediu exoneração do cargo, pouco depois de sua posse.

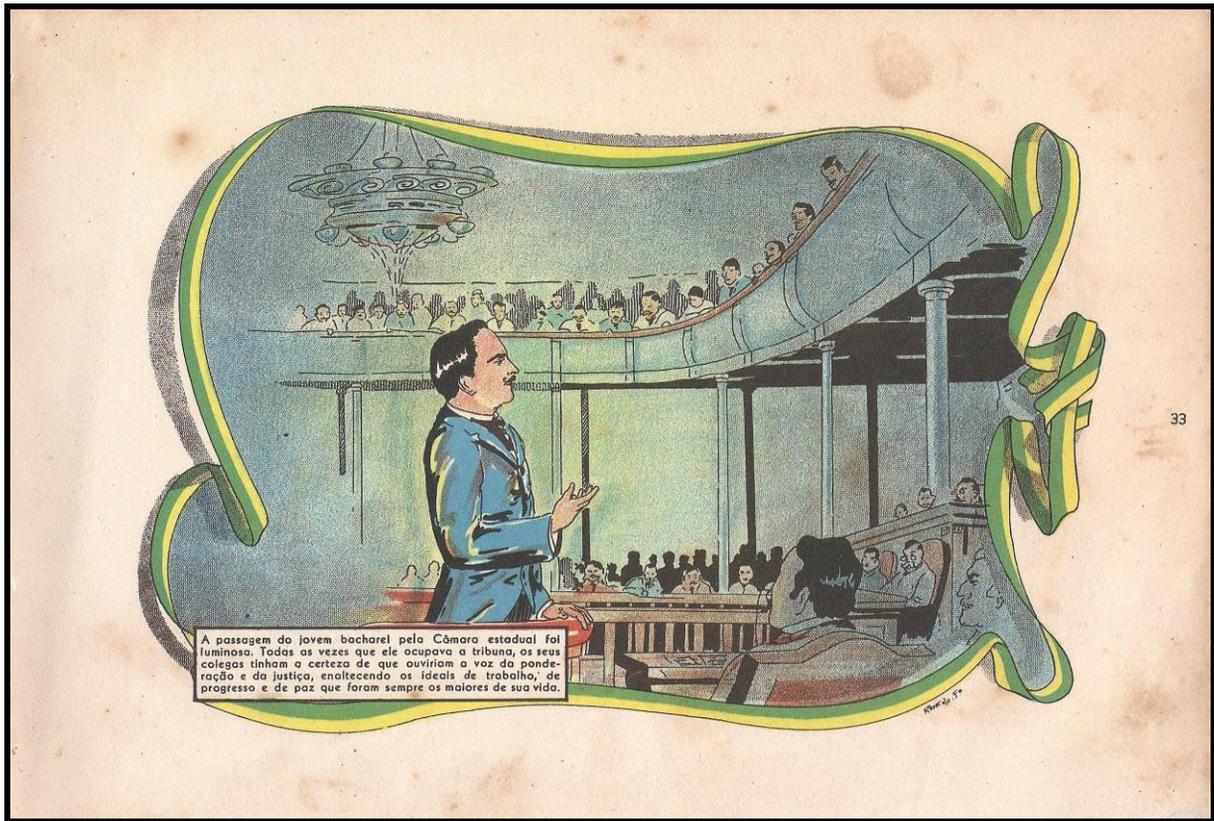


31

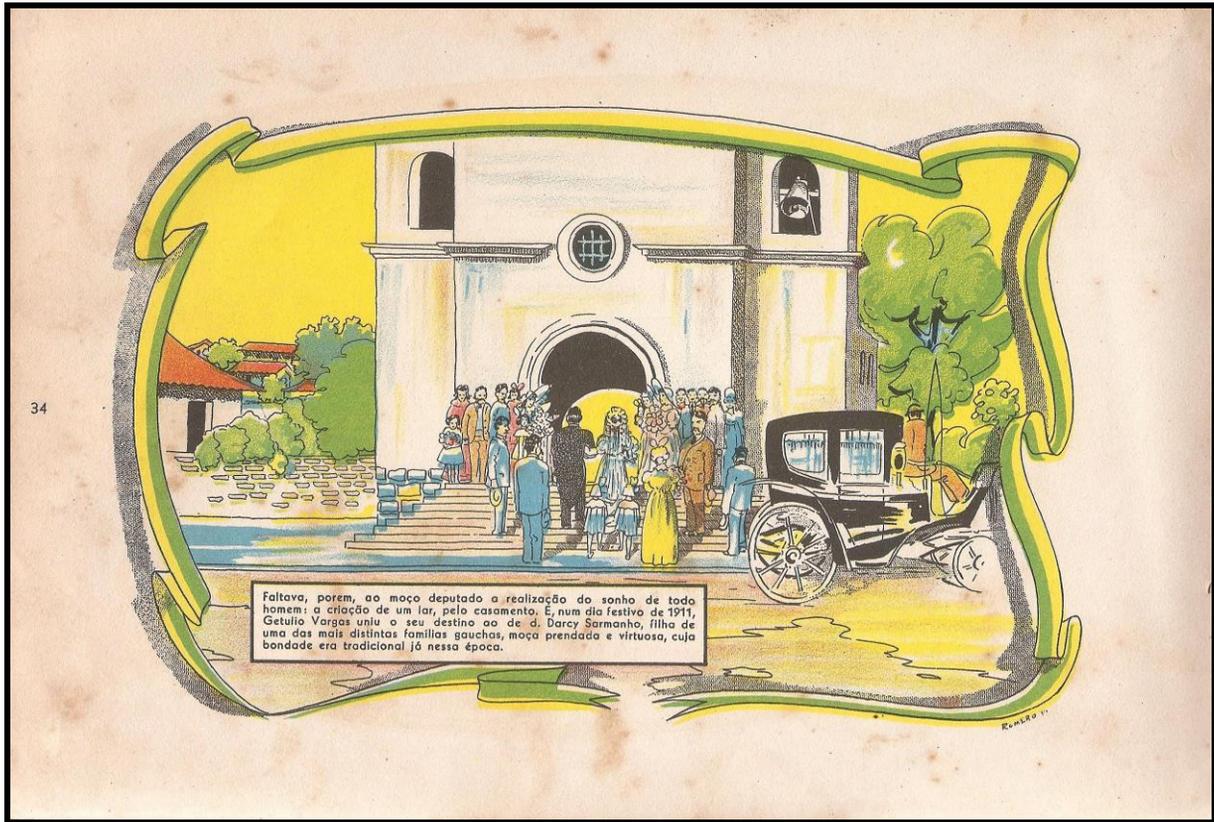
Um Getúlio, ainda jovem profissional, aparecia cercado de livros, em seu escritório, sentado à escrivaninha, tecendo profundas reflexões acerca da continuidade de sua carreira. A defesa do operário teria despertado a dúvida quanto ao prosseguimento na função junto à promotoria, surgindo a incerteza quanto a abraçar estritamente os ditames do funcionário público, ou a seguir os conselhos da consciência, no sentido de usar seu conhecimento para defender determinadas causas. A perspectiva do “homem predestinado” apareceria mais uma vez, vindo a cartilha a apontar que Vargas preferira dar curso à sua jornada com base em suas considerações conscienciais, afastando-se do cargo público, em busca da “liberdade” de promover suas próprias “inclinações”. Reforçava-se assim a imagem do político que, “altruisticamente”, estaria a preferir atuar em direção aos interesses da coletividade, em detrimento dos seus próprios.



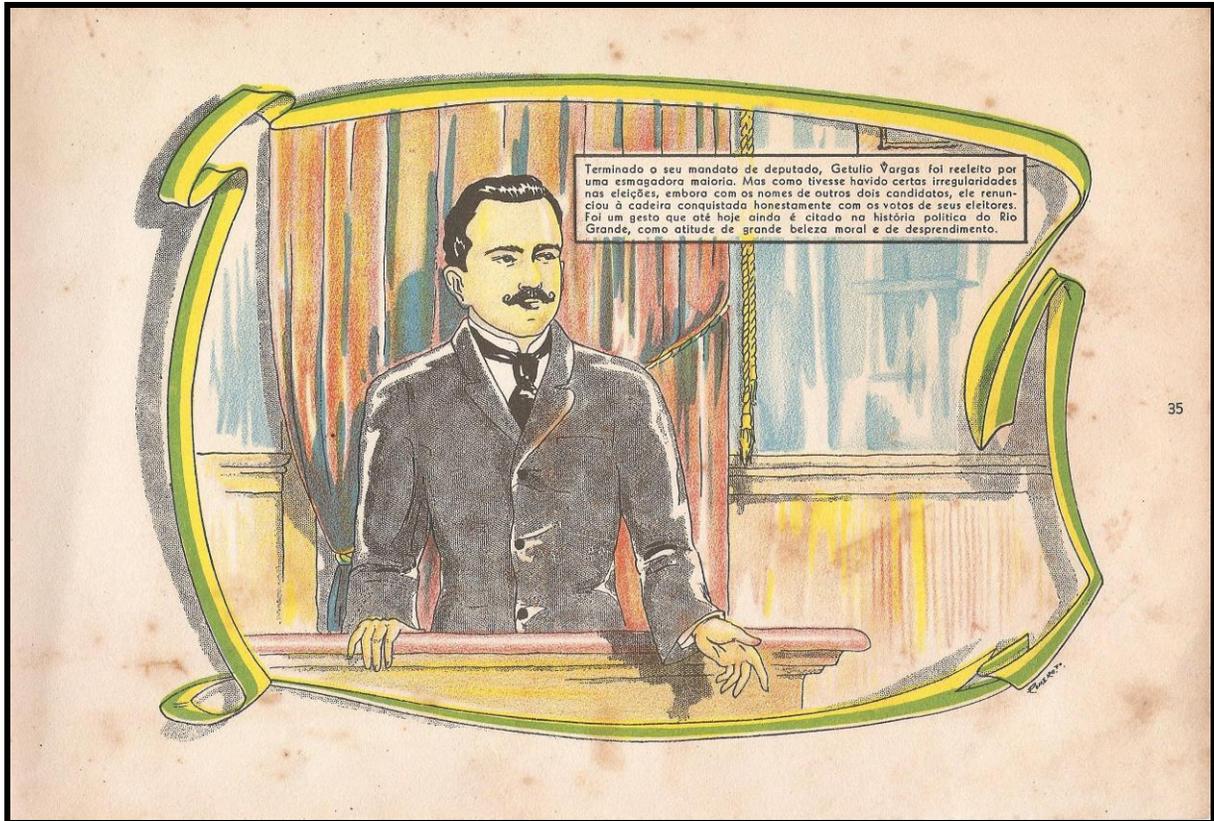
Os primeiros passos de Getúlio Vargas na vida político-partidária foram iconograficamente representados pela ação eleitoral, ou seja, aparecia a mão de um indivíduo que depositava seu voto na urna, contendo o nome do personagem em questão. Tal representação fazia notar uma das marcas mais recorrentes da atuação política de Vargas, na tentativa de demonstrar certo desinteresse pelas disputas eleitorais, só envolvendo-se nas mesmas para atender a ideais coletivos. Nesse sentido, as ambições e vontades pessoais e político-partidárias eram suprimidas da biografia traçada, tudo em nome de um suposto altruísmo do personagem, ou seja, “amigos” teriam exigido a sua candidatura, como algo que estivesse acima da sua vontade. O fato de lançar sua candidatura pelo partido governista, com o qual manteve algum tipo de vínculo desde a época dos bancos acadêmicos, e mesmo antes, por razão das ligações de seu progenitor, era deixado de lado na abordagem.



Vargas discursando em reunião da Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul foi a próxima cena estampada pelo livro. A narração prosseguia em termos laudatórios, sem que fossem poupados adjetivos para qualificar a atuação do jovem político. Dessa maneira, sua trajetória na casa parlamentar foi classificada como “luminosa”, com o pronunciamento de discursos calcados na “ponderação” e na “justiça”, contando admiração da parte de seus colegas. Eram também impressas características com as quais se buscou guindar a ação do político como um todo, ao demarcar-se que a mesma seria embasada em pressupostos como “trabalho”, “progresso” e “paz”, palavras de ordem que prosseguiriam na carreira política do então deputado estadual. Não há qualquer alusão ao fato de que se tratava de uma assembleia apenas de “representantes” e não “legislativa” e, portanto, com poderes extremamente limitados, diante da preeminência do Executivo, conforme o modelo autoritário vigente, a partir do ideário castilhistas, bem como demarcaria algumas das características do Estado Novo.



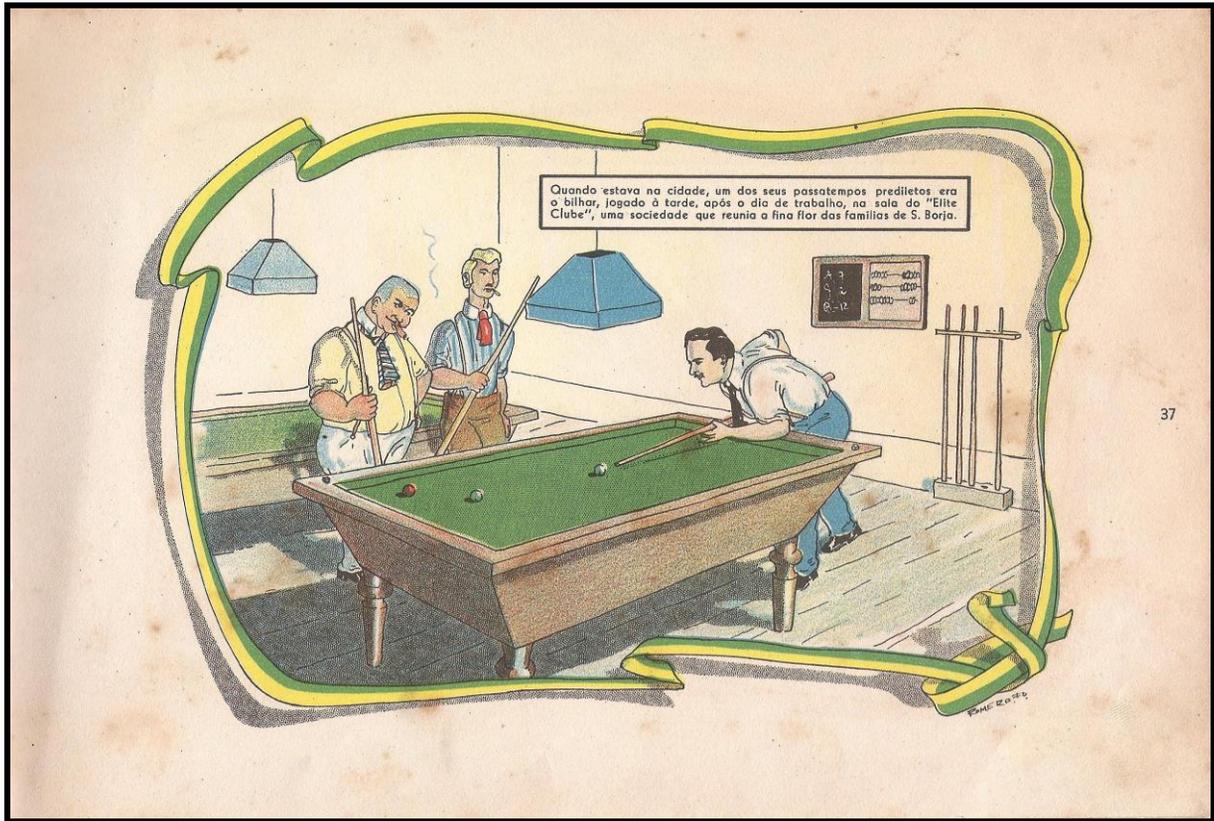
Das predominantes cenas da ação pública, a abordagem passava a um lance da vida privada de Vargas, mostrando o episódio de seu casamento, com os noivos e convidados postados à porta da igreja. Como membro da tradicional família brasileira, segundo os padrões então predominantes, Getúlio estaria a realizar o “sonho de todo homem”, ou seja, estabelecer “um lar” através do matrimônio. A escolha da esposa recaía sobre uma moça que pertencia a uma “distinta família gaúcha”, ou seja, fazia parte da oligarquia sul-rio-grandense, com o pai vinculado às lides pecuárias e mercantis, de modo a manter a linhagem, uma vez que Getúlio também pertencia à família abastada. Para a jovem esposa eram alocados atributos como “prendada”, “virtuosa” e “boa”, características que viriam a ser confirmadas nas representações da época em que Darcy assumiria o posto de primeira dama do Brasil.



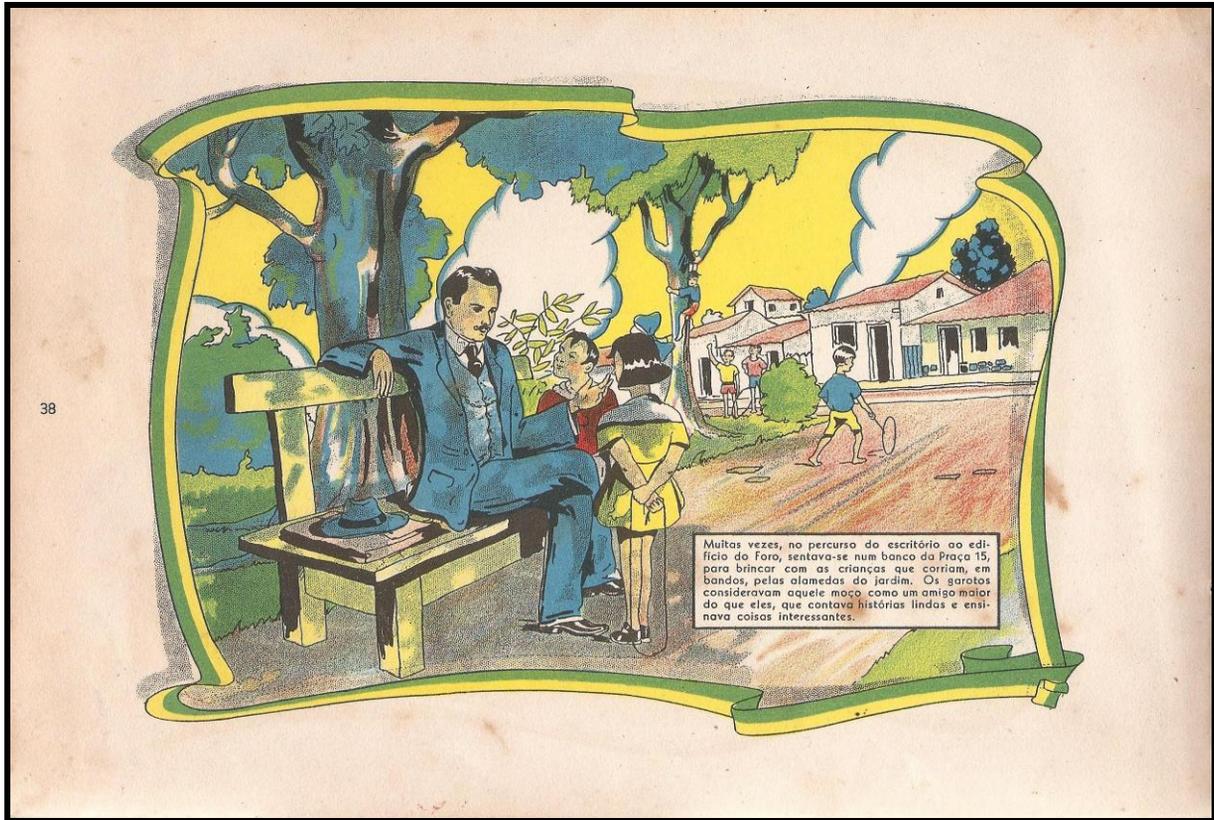
A figura de Getúlio Vargas discursando no parlamento gaúcho voltava a ilustrar o livro, trazendo a demonstração de seu sucesso eleitoral, com o anúncio de sua reeleição com “esmagadora maioria”. O texto trazia uma ideia de ruptura com o sistema político vigente, a partir de sua discordância para com “certas irregularidades” ocorridas no processo eleitoral. Aparecia mais uma vez a imagem do Vargas “altruísta”, ao abandonar a carreira de deputado, “conquistada honestamente”, de modo que sua ação teria contado com amplo reconhecimento, identificada como “atitude de grande beleza moral e de desprendimento”, ou seja, o político que estaria a colocar os interesses públicos acima dos individuais. Além disso, ficava demarcado o prenúncio da ruptura com o modelo tradicional da política oligárquica típico da República Velha, a qual ocorreria a partir da Aliança Liberal, mas que, até então, era compartilhado pelo político gaúcho.



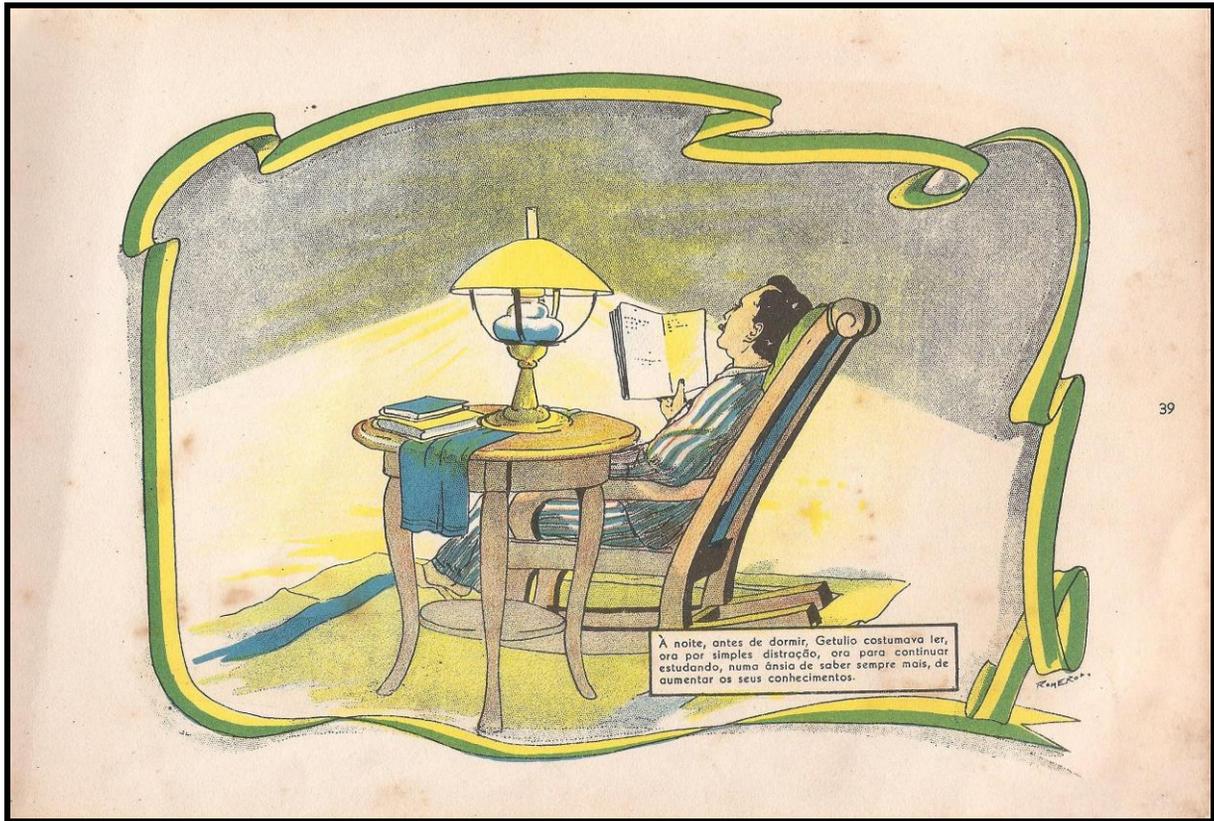
Um cenário bucólico dominava o ambiente de outra imagem, com a ação do homem rural em suas lides na agricultura e na pecuária. A versão especificava que Vargas, ao abrir mão de sua vida pública, dedicara-se ao papel de advogado, retornando à sua terra natal. Ainda assim, ele não teria se transformado em um indivíduo exclusivamente citadino, estando sempre disponível para o retorno às atividades campeiras, em uma propalada volta às suas origens. Getúlio Vargas aparecia com os trajes tradicionais do gaúcho, desta vez com o lenço vermelho, talvez menção ao futuro revolucionário de 1930. Além disso, ele conversava e cumprimentava um homem que trabalhava a terra com uma charrua. Em linhas gerais, o personagem mostrava-se um homem apto a conviver no âmbito urbano e/ou rural, sempre pronto a “gozar a vida saudável do campo”, bem como a estabelecer “contato com a gente simples”. Em outras palavras, era mais uma vez a representação de Vargas em pleno convívio com o povo, tão ao gosto da propaganda estado-novista.



Trabalhar como advogado, sem descurar das atividades agropastoris, trazia a ideia de um Vargas múltiplo em termos de ações, bem como um indivíduo que estabelecia vasto conhecimento acerca das diferentes realidades do país, levando em conta as distinções entre o rural e urbano. O desenho e a legenda buscavam revelar a imagem do homem que compartilhava com os hábitos do “cidadão comum”, ou seja, também abria espaço de sua existência para o entretenimento, no caso, para um frugal jogo de bilhar, divertimento bastante comum entre os brasileiros. Apesar da perspectiva de cristalizar uma idealização de popularidade para a figura do homem público, o nome do clube e o fato reunir “a fina flor” da sociedade local revelavam a posição social dos frequentadores do estabelecimento em pauta, segmento com o qual Getúlio Vargas esteve vinculado desde o nascimento.



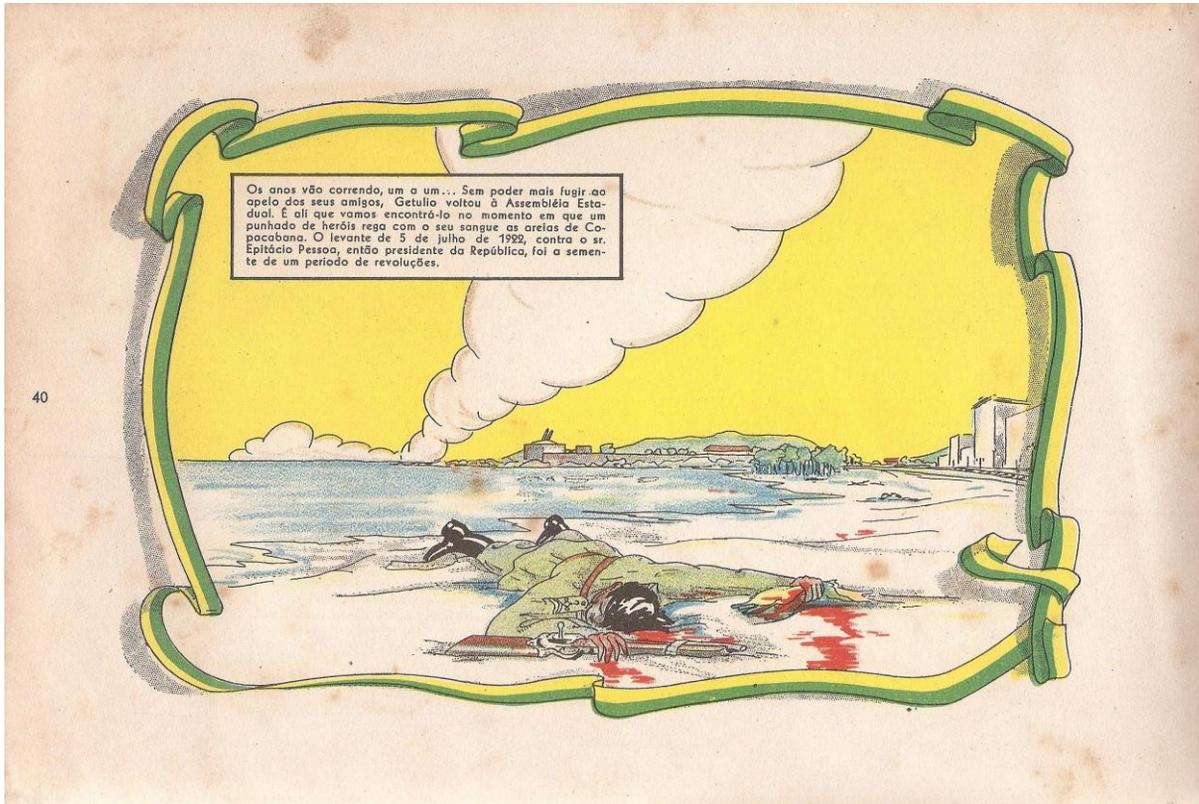
Essa inserção antecipava ainda para a existência do jovem Getúlio uma das ações publicitárias que o aparelho ideológico-propagandístico do Estado Novo mais insistiu, voltada a plasmar uma profunda identidade do Presidente da República com a infância. Vargas foi um dos homens públicos brasileiros que mais se deixou fotografar em meio às crianças, com a clara intenção de demonstrar uma suposta preocupação governamental com os infantes, havendo a apresentação de um governante que, ao se ocupar de tal segmento social, estaria também cuidando do futuro do país. Não é para menos que expressões que visavam a criar certas identidades entre Getúlio Vargas e as crianças, normalmente apontando-o como amigo delas, viriam a se popularizar, inclusive nos títulos de publicações patrocinadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, além de também demarcar a edição da própria cartilha em pauta.



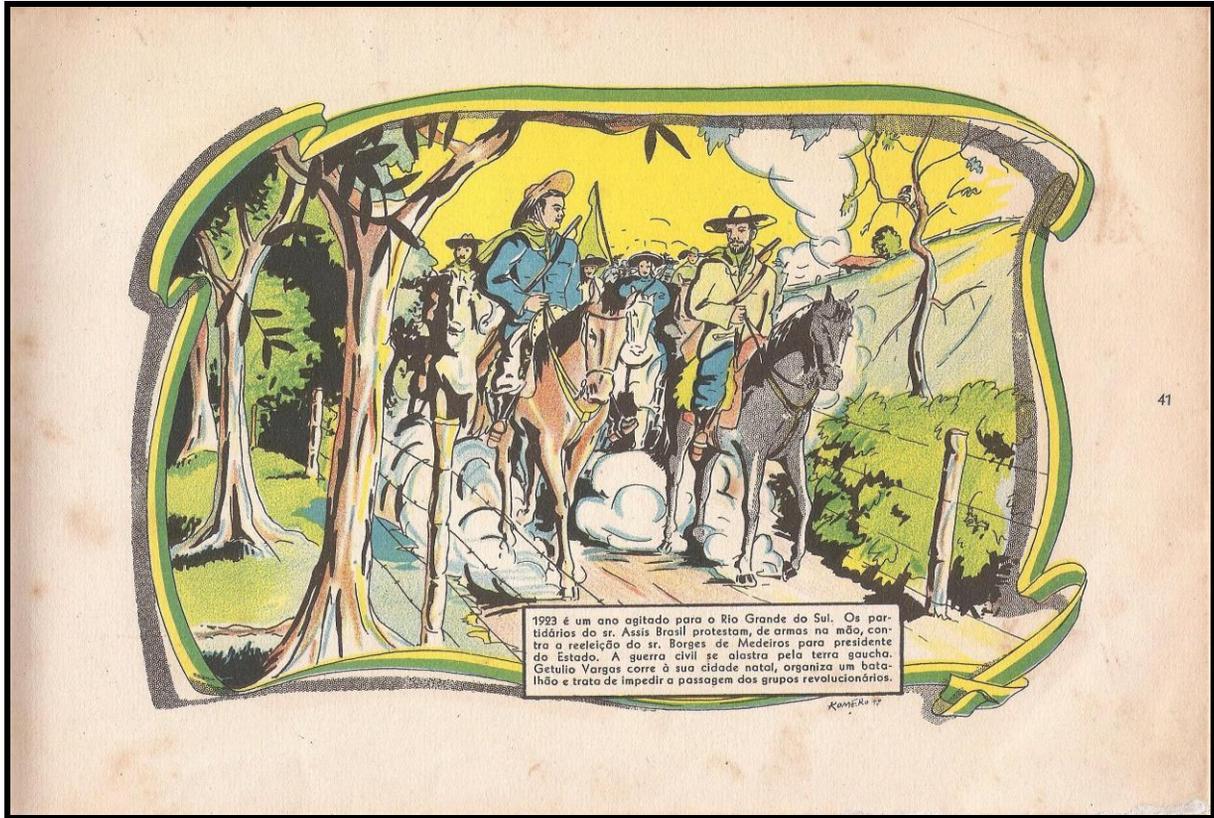
39

À noite, antes de dormir, Getúlio costumava ler, ora por simples distração, ora para continuar estudando, numa ânsia de saber sempre mais, de aumentar os seus conhecimentos.

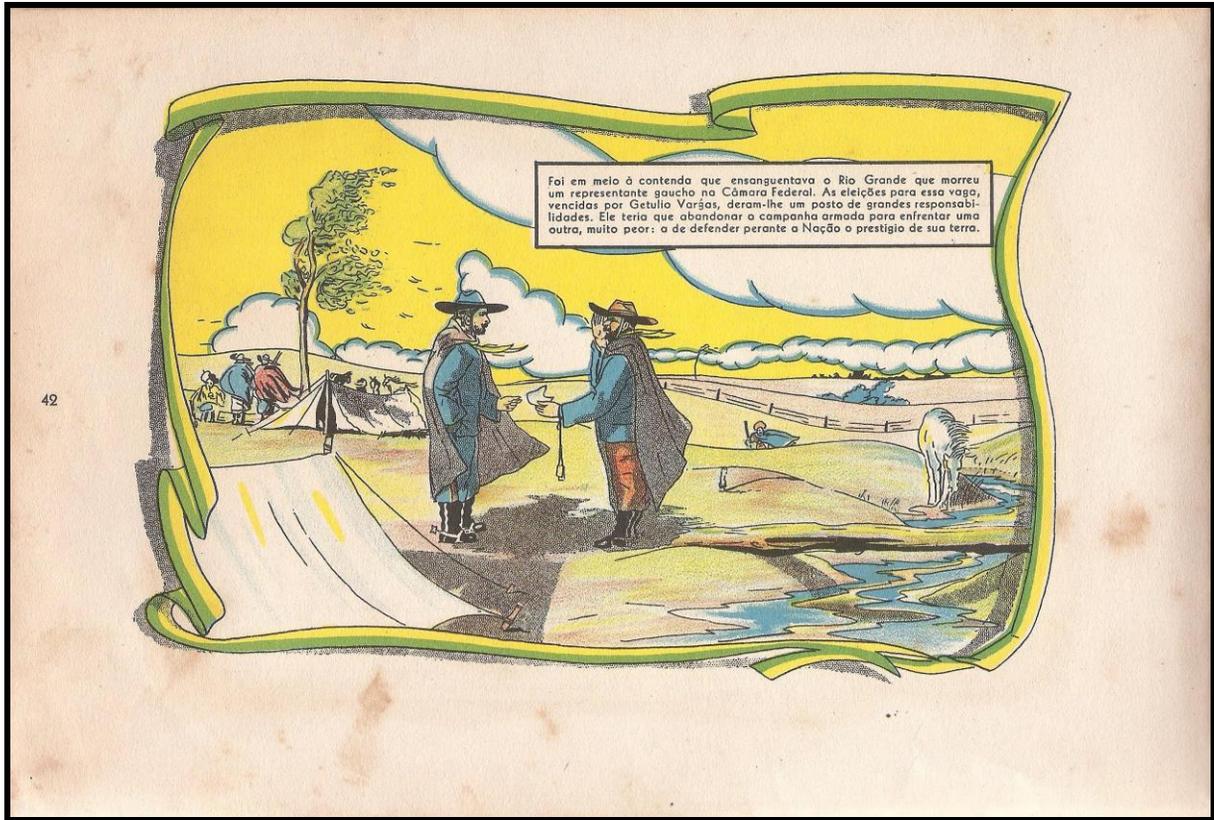
O Getúlio Vargas intelectual não deixou também de aparecer na sua biografia ilustrada. A cena mostrava o personagem que encontrava tempo em sua agenda de tarefas para dedicar-se exclusivamente à leitura, relaxando em uma cadeira de balanço, para apreciar um livro, sob a luz de um candeeiro, enquanto outras obras permaneciam sobre a mesa, talvez na fila para uma próxima leitura, ou ainda, para representar outros livros que já haviam sido lidos. Nesse sentido, era criada a representação de que, mesmo nos momentos de descanso, o personagem não deixava de trabalhar, ainda que fosse o intelecto. O intento de inculcar um nível elevado de intelectualidade para o Presidente prendia-se à perspectiva de apresentá-lo como um “homem completo” e, portanto, pronto, para enfrentar todas as circunstâncias. Especificamente quanto a esse pretensão conteúdo intelectual, o esforço publicitário e a concentração de poderes em torno do mandatário viriam a ser coroados com a sua escolha para integrar a Academia Brasileira de Letras.



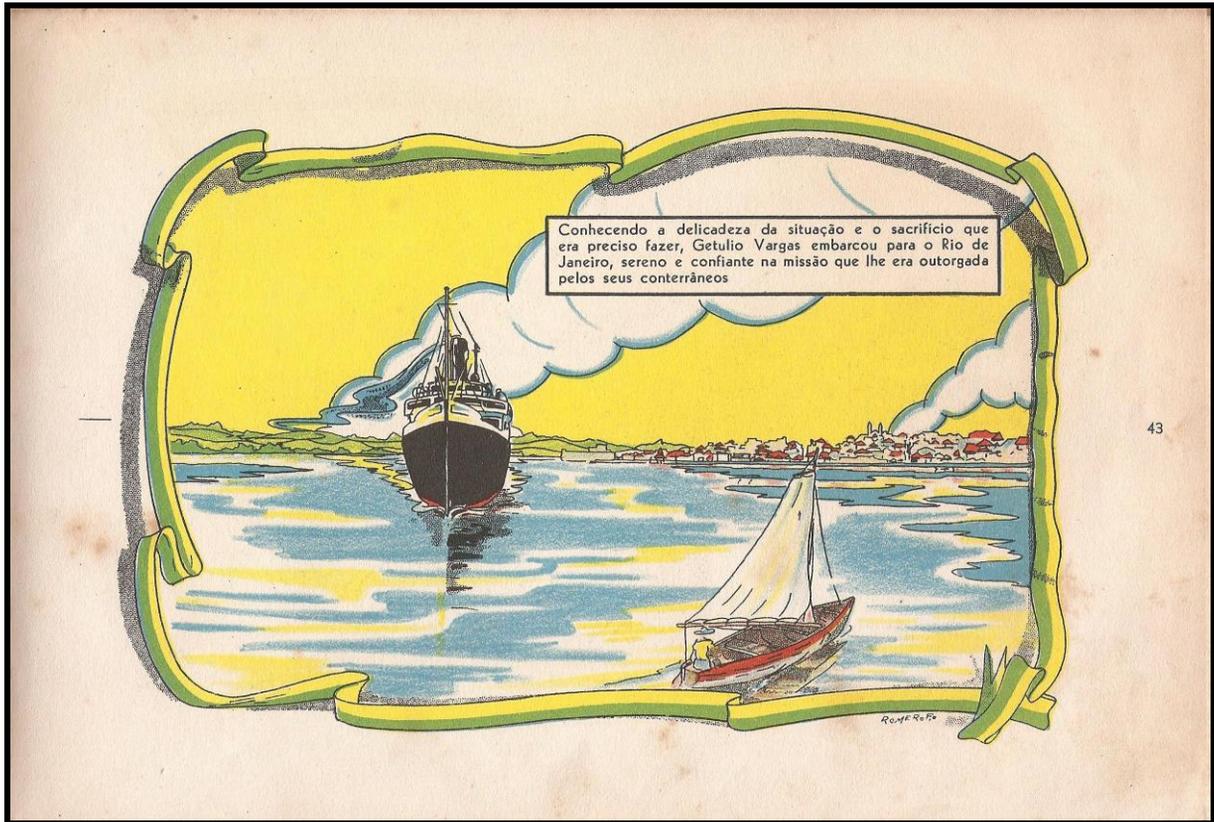
Essa representação iconográfica trazia um conteúdo bastante denso e funesto em se tratando de uma publicação destinada ao público infantil, com a presença de um soldado morto e sangue espalhado pela praia. O conteúdo cívico-patriótico da representação ficava bem marcado na gravura, tendo em vista que o militar perecerá de arma em punho, conservando-a, ainda que caída, à mão direita, ao passo que, à esquerda, permanecia firmemente segurando a bandeira nacional. A presença do pavilhão nacional, também ensanguentando simbolizava o sacrifício pela causa da nacionalidade, o qual não poderia limite, segundo os ditames da fé patriótica, podendo levar até mesmo à perda da vida. Além da ilustração, o texto também apela para a heroicização dos tenentes, no primeiro movimento por eles levantado, na luta contra o regime oligárquico. Vargas ficava ausente do desenho, mas aparecia na legenda, ao assumir novamente um lugar na Câmara dos Representantes sul-rio-grandense, mais uma vez não seguindo a vontade própria, mas sim aquiescendo ao “apelo dos seus amigos”, em uma estratégia discursiva utilizada largamente pelo getulismo, segundo a qual, o personagem, mais do que tudo, seria um altruísta e abnegado, ao deixar de lado os interesses privados, em nome da causa pública.



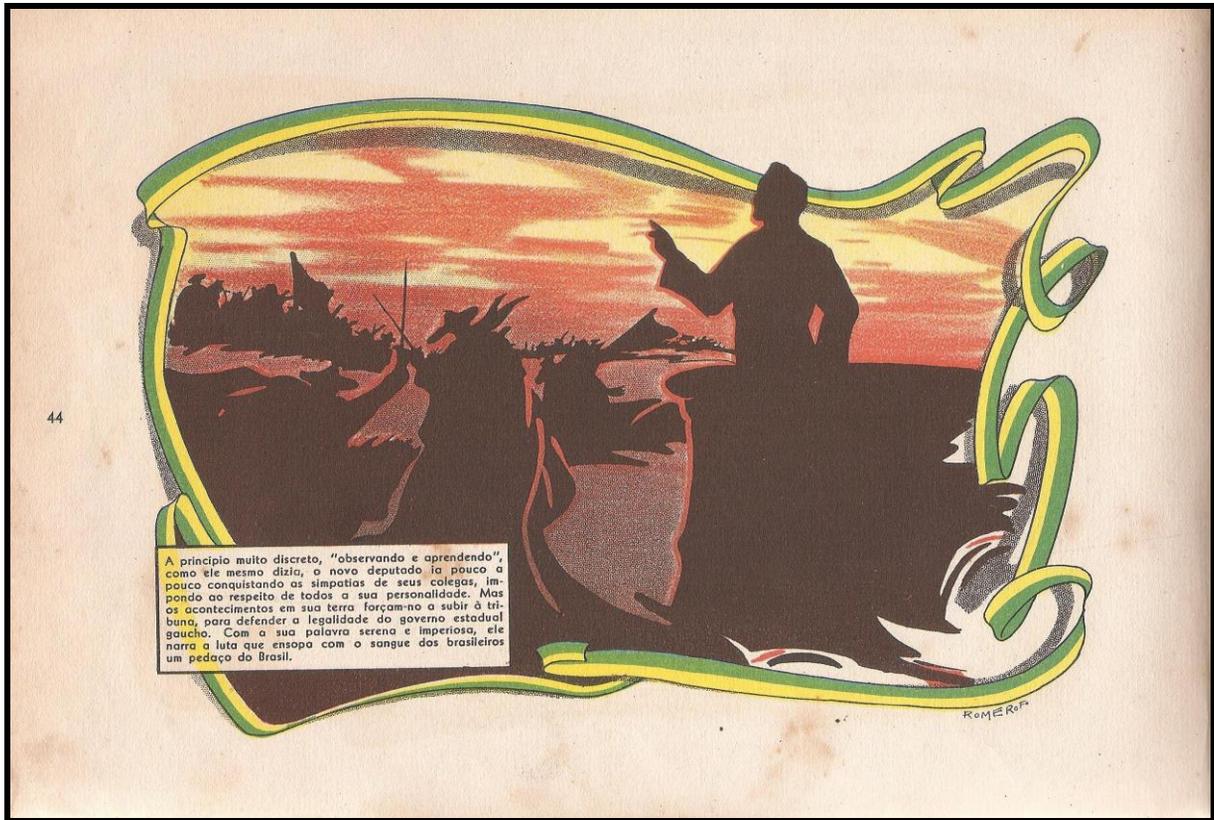
Embora a historiografia oficial negasse peremptoriamente a existência do caudilhismo no Rio Grande do Sul, nessa passagem Getúlio Vargas estaria assumindo exatamente o papel de caudilho, ao deixar a vida civil para transformar-se em soldado de uma causa. A intenção da cartilha, entretanto, era apresentar Vargas como um “valente gaúcho”, fiel a uma determinada causa, ainda que esta fosse a bandeira do castilhismo-borgismo, regime autoritário que dominou o governo rio-grandense durante praticamente toda a República Velha, e que constituiu uma das fontes de inspiração do futuro Presidente da República. Assim, provando essas provaladas “valentia” e “fidelidade”, Vargas teria se armado para impedir o avanço da revolução, no sentido de manter a ordem legal, um dos pressupostos fundamentais da ideologia estado-novista, mesmo que vários daqueles sediciosos viessem a tornar-se aliados da Revolução de 1930, como o caso do citado Assis Brasil, que chegaria a ser um dos ministros do Governo Provisório.



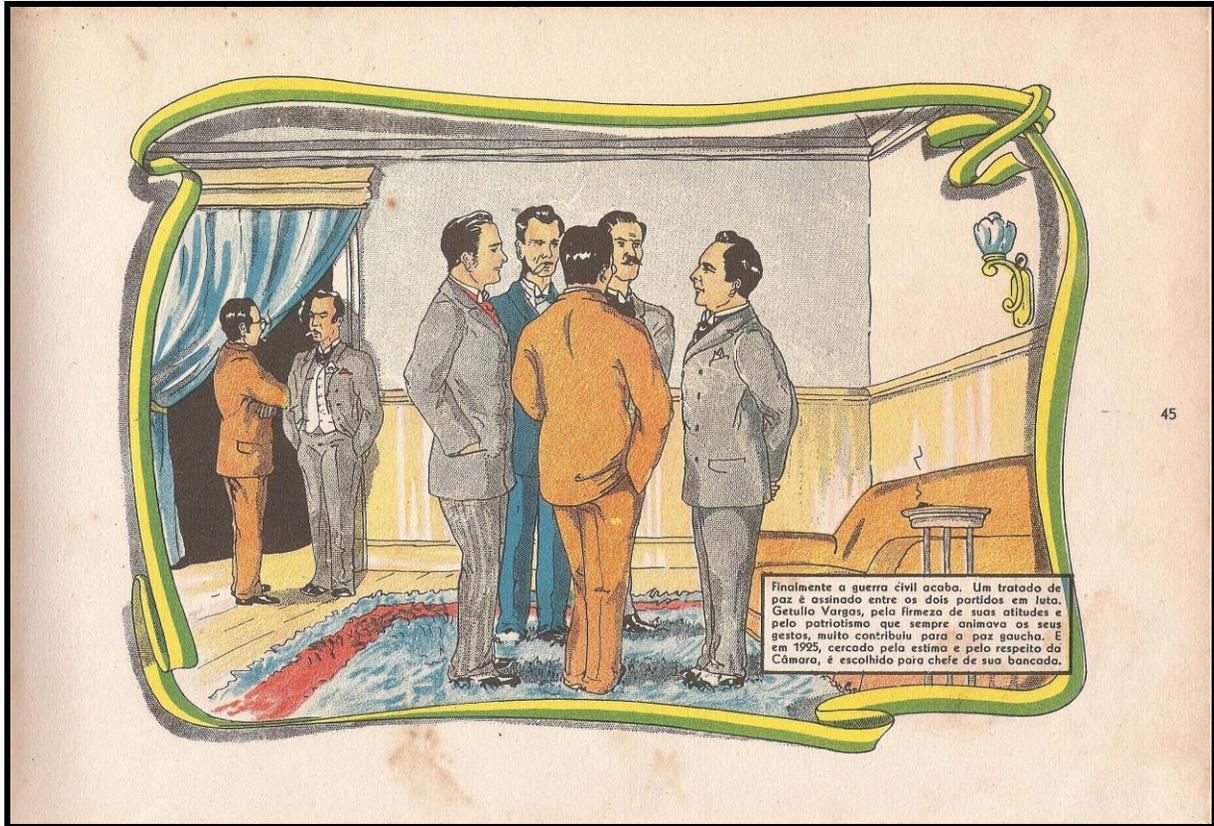
A gravura mostrava um Getúlio Vargas paramentado como um típico gaúcho, com chapéu, lenço, bombacha, botas, esporas e um estilizado poncho, em pleno acampamento militar, ainda por ocasião do enfrentamento contra os revolucionários de 1923, em mais uma das tantas guerras civis gaúchas. A cena e o texto transformavam a chegada do homem público ao cargo de deputado federal, como um ato épico, carregado de coragem, pois em pleno contexto bélico, pronto a colocar a vida em risco, ele recebia a mensagem que indicava seu novo destino, ou seja, ele deixaria a batalha pelas armas, para assumir a luta pela palavra no parlamento. Tal enfrentamento político era considerado ainda pior do que o da guerra em si, em referência ao olhar crítico com o qual os intérpretes do Estado Novo enfocavam o modelo oligárquico da República Velha, mais uma vez sem levar em conta que Vargas estava plenamente inserido no mesmo, tanto que o confronto do qual participava era exatamente na defesa da causa situacionista rio-grandense-do-sul.



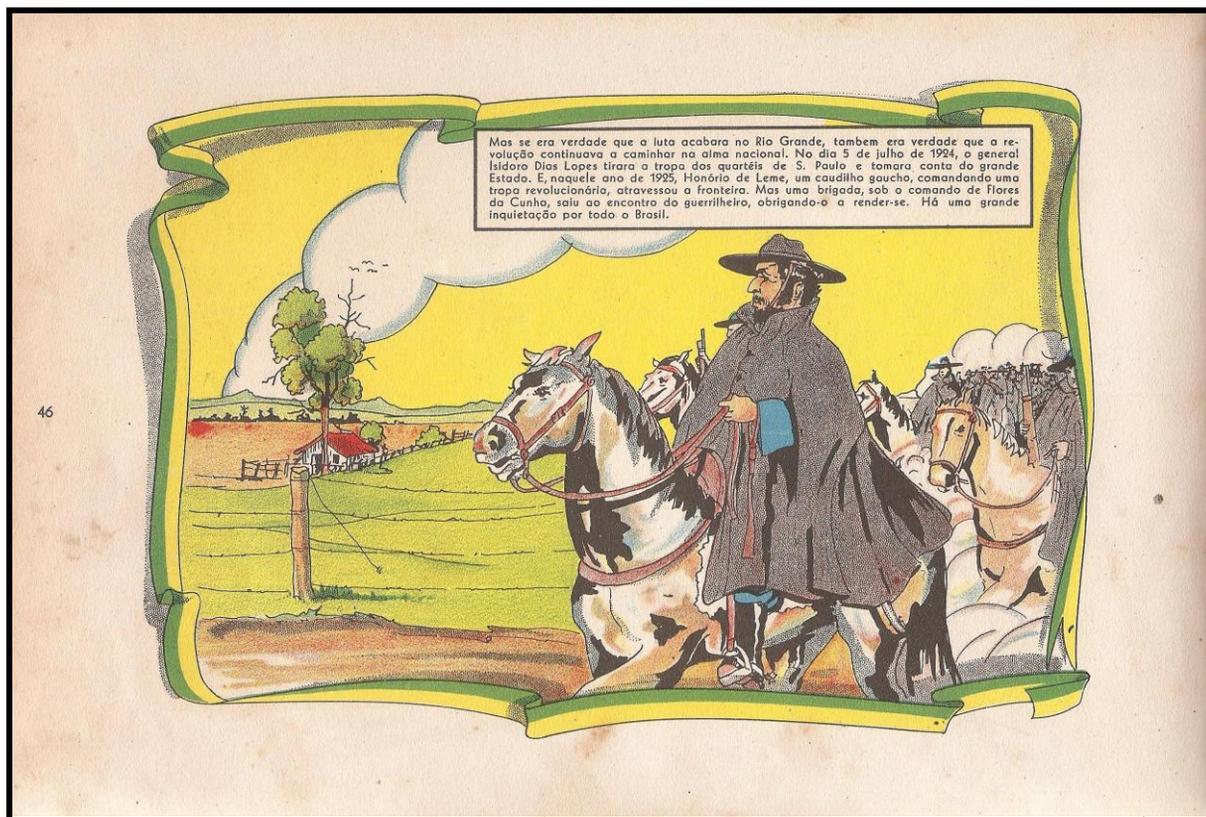
A figura de Getúlio Vargas em si foi suprimida dessa ilustração, permanecendo apenas a imagem de que ele estaria embarcado no navio que singrava as águas em direção ao centro do país. Assim, a viagem para a capital federal, voltada à posse de um político rio-grandense na Câmara de Deputados, era transformada pela cartilha em um ato carregado de altiloquência. Uma outra vez, o político era apresentado como o “ser abnegado”, que deixava de lado sua vida privada para enfrentar um “sacrifício” pela causa gaúcha e em ato de “profunda estima” pela nacionalidade. Como em tantos outros momentos, quem partia para servir ao Rio Grande do Sul e à Pátria, seria um Vargas prenhe em desambição, pronto a cumprir uma “missão” delegada pelos “conterrâneos”, ou seja, supostamente colocando os interesses da coletividade acima de seus próprios.



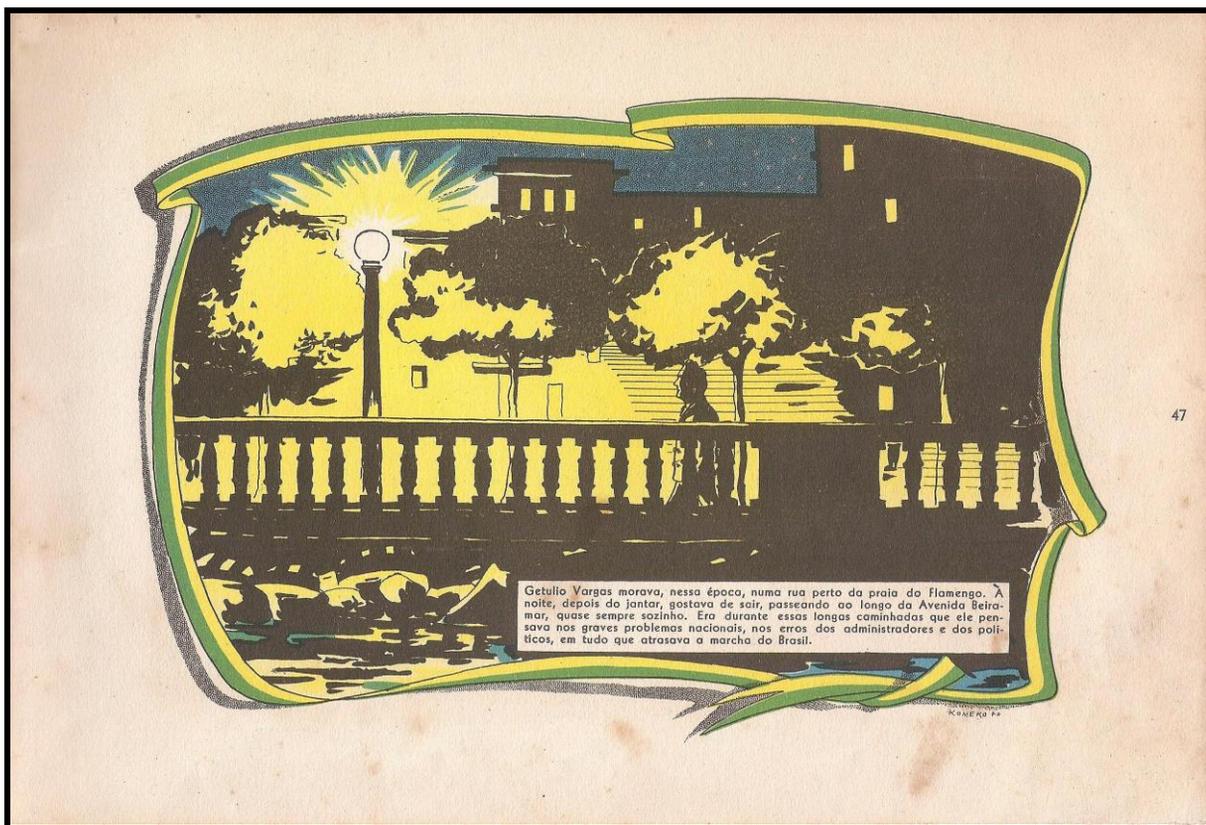
Apresentando apenas silhuetas, o desenho mostrava Getúlio Vargas discursando à tribuna do parlamento nacional, enquanto à sua frente desencadeava-se mais um enfrentamento bélico no Rio Grande do Sul, assolado por outra guerra civil. A perspectiva fundamental vinha ao encontro da ideia de que, apesar de afastado de sua terra natal, cumprindo sua “missão” na Câmara dos Deputados, Vargas não esquecia o seu pago, mantendo a atenção e a preocupação para lá voltadas. O texto detalhava os primeiros passos do político no Congresso Nacional, que teria sido com discrição, mas já marcando posição, com “simpatias” e “respeito” para com a sua “personalidade”. Quanto ao contexto sul-rio-grandense, ficava enfatizado que as manifestações do deputado se davam em defesa do partido situacionista sulino, bem de acordo com a filiação partidária com a qual Vargas conviveu desde o berço.



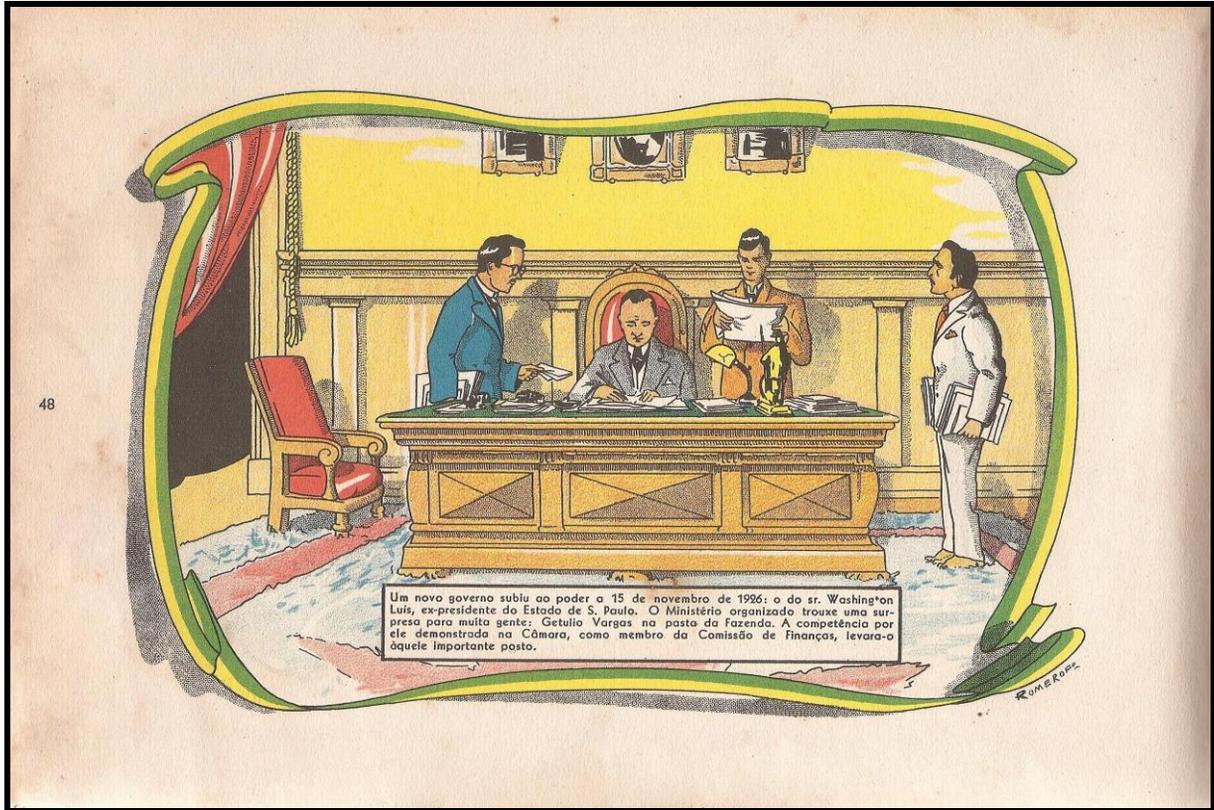
Nesse cenário, Vargas conversava tranquilamente com seus colegas parlamentares, mas, ao fundo, aparecia um outro político, com feições suspeitas, talvez tramando alguma falcaturia, vindo ao encontro de uma das concepções pelas quais se intentaria legitimar a instalação do Estado Novo, ou seja, o combate à política tradicional e aos políticos desonestos. Nesse sentido, Getúlio Vargas, que participou ativamente do modelo político vigente à época da República Velha, era retratado como isento das práticas que tanto criticaria a partir de 1929-1930. Há também um destaque para a sua ação política na conjuntura regional e federal, ao tornar-se líder de sua bancada na Câmara dos Deputados, além de ter sido a ele atribuído um relevante papel na pacificação do Rio Grande do Sul, graças ao que foi denominado como “firmeza de atitudes” e pelo “patriotismo”, bem ao gosto da fé cívica, patriótica e nacionalista que serviram como pano de fundo à ditadura estado-novista.



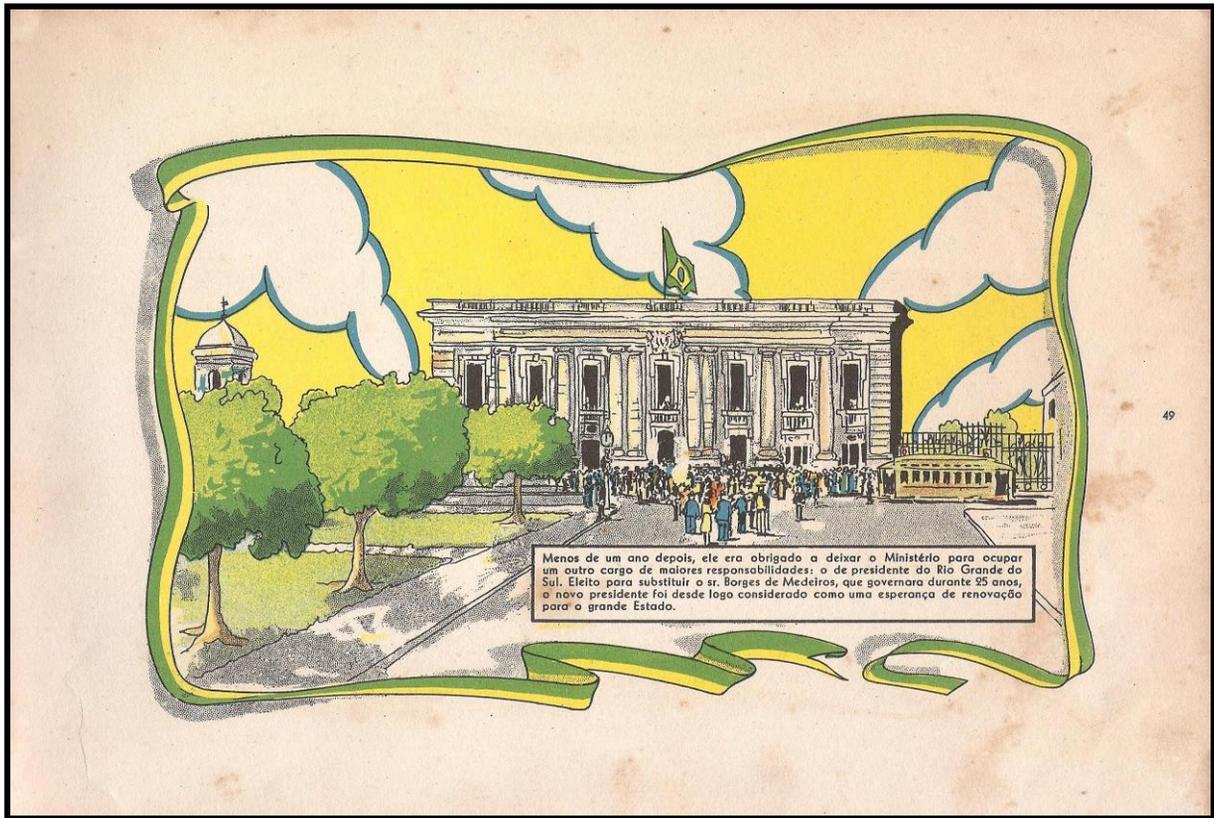
A agitação característica da Crise dos Anos 20 era o tema dessa inserção, com a referência à segunda grande manifestação do movimento tenentista, por meio da deflagração da Revolução Paulista de 1924 e do espocar de mais um foco revolucionário no Rio Grande do Sul. Para o caso da revolta paulista, o texto ficava em aberto, não se referindo ao resultado final do conflito, com a derrota dos rebeldes. Já no que tange à rebelião no contexto rio-grandense-do-sul, retratada na ilustração com o deslocamento das tropas de gaúchos cavalarianos pelos campos sulinos, ficava demarcado o combate de parte das forças legalistas ao indivíduo que foi qualificado com “caudilho” e “guerrilheiro”, imputando-se a ele a culpa pela deflagração da guerra civil, e aplaudindo a reação governamental, mais uma vez em consonância com a filiação partidária de Vargas à época.



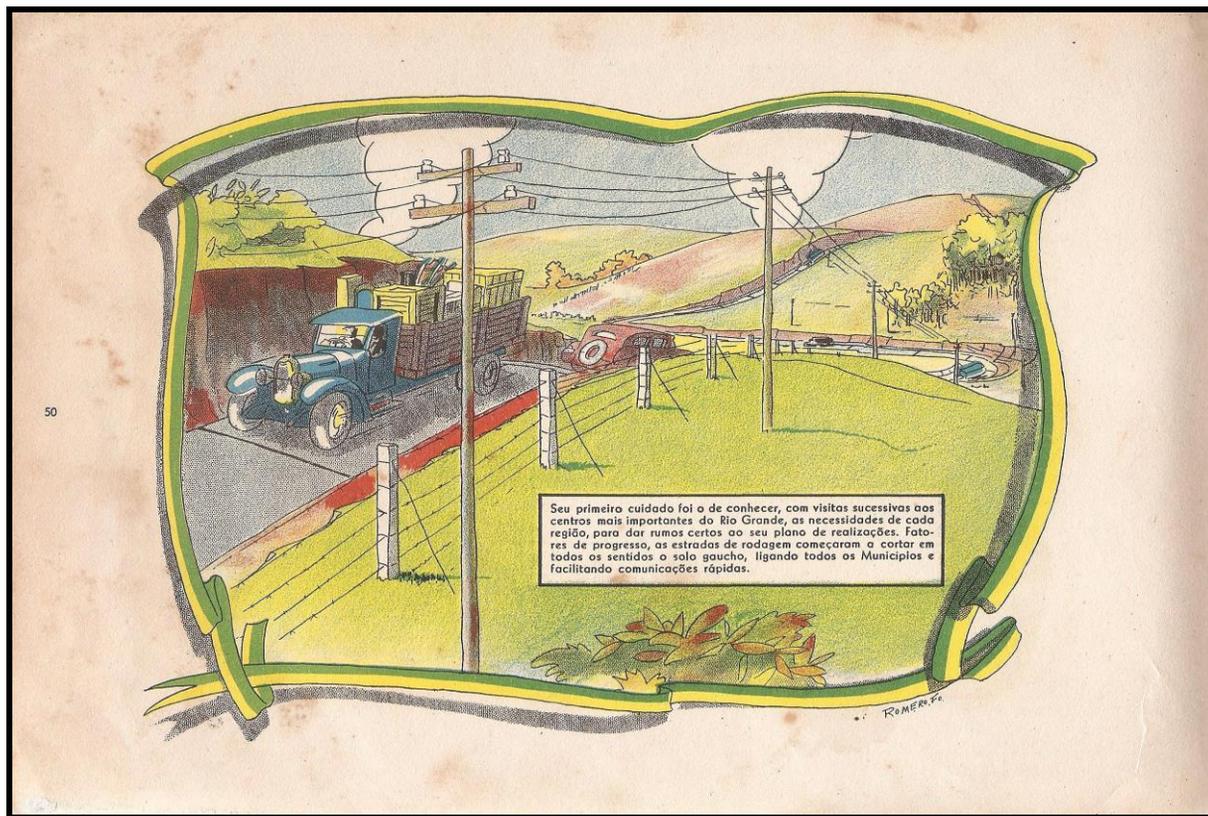
Essa gravura e sua respectiva legenda revelavam uma certa inspiração intimista, apresentando apenas a silhueta de Getúlio Vargas passeando pela noite do ambiente urbano da capital federal. Era identificada a moradia do político naquele período em que ele servia na Câmara de Deputados, bem como revelado o seu gosto por caminhar pelas ruas, refletindo um dos tópicos mais recorrentes nas representações acerca do homem público já durante o Estado Novo, época na qual os órgãos de propaganda ressaltavam que ele, inclusive ludibriando seu estafe de segurança, compartilhava com o cotidiano citadino, deslocando-se tranquilamente em meio aos transeuntes. Nesse caso, Vargas aparecia solitário, e não em meio ao povo, com a intenção de mostrá-lo profundamente reflexivo, a meditar sobre os “graves problemas nacionais” e os “erros dos administradores e dos políticos”, que estariam atrasando os caminhos do país. A ideia era demonstrar que, a partir de tais reflexões, nasceriam os germens do pensamento de combate ao modelo tradicional oligárquico que viria a se manifestar desde a formação da Aliança Liberal.



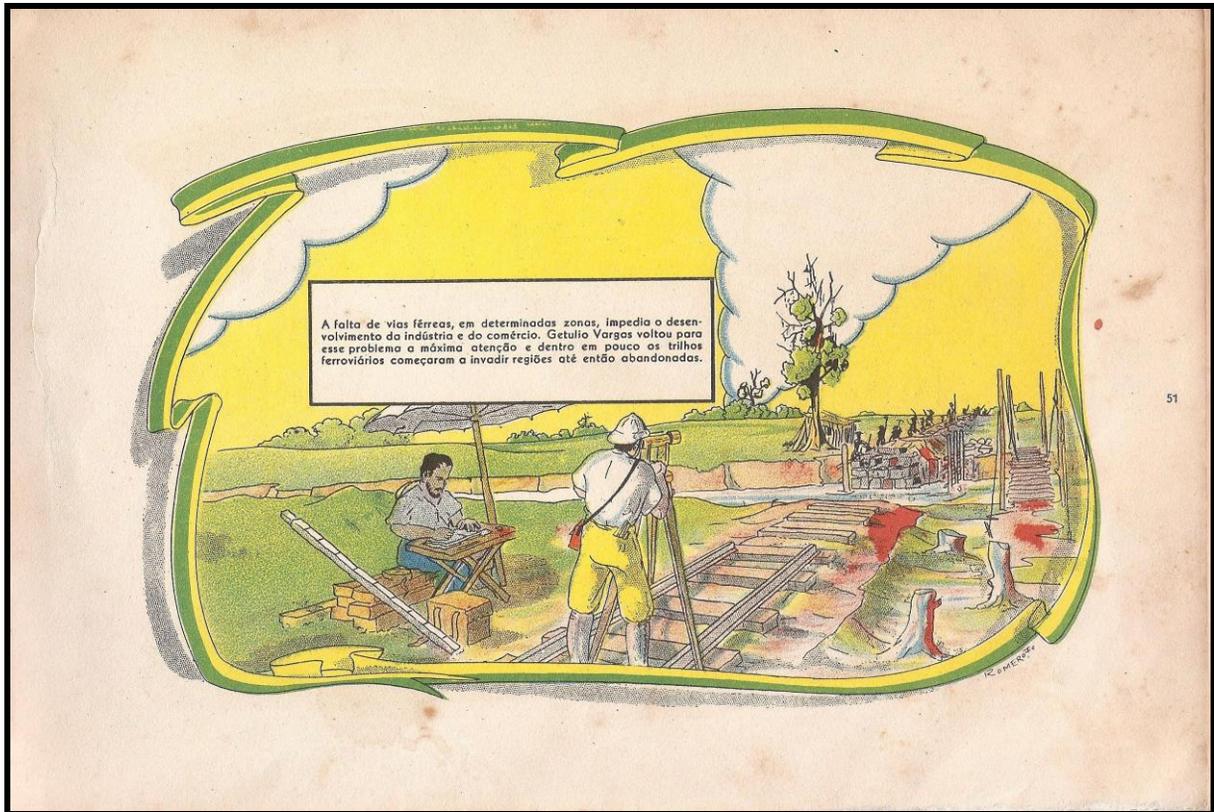
O cenário em pauta buscava demonstrar o reconhecimento e a chegada de Getúlio Vargas ao poder na esfera federal, não mais como um membro do parlamento, mas fazendo parte do Executivo. A imagem de Vargas despachando atrás de sua escrivaninha, que seria por diversas repetidas em registros desde 1930 e, mormente durante o Estado Novo, trazia consigo uma suposta evidência de seu afinco pelo trabalho e sua capacidade administrativa. O texto também enfatizava a sua “competência” para os temas de natureza econômico-financeira, utilizando por argumento a experiência adquirida na Câmara dos Deputados e que, uma vez no poder, depois de 1930, seria repetida recorrentemente, com a apresentação de um Presidente com pleno conhecimento de tais assuntos, de modo a nortear o país em direção à modernização econômica. O conteúdo textual e iconográfico, entretanto, não fazia nenhuma alusão ao fato de que a presença de Vargas em uma pasta ministerial, revelava exatamente o seu vínculo ao modelo oligárquico típico da República Velha, precisamente o seu maior alvo de combate a partir da formação da Aliança Liberal e daí em diante. Além disso, Getúlio Vargas aceitara ser auxiliar no governo Washington Luís, exatamente o mandatário que seria apeado do poder com a Revolução de 1930.



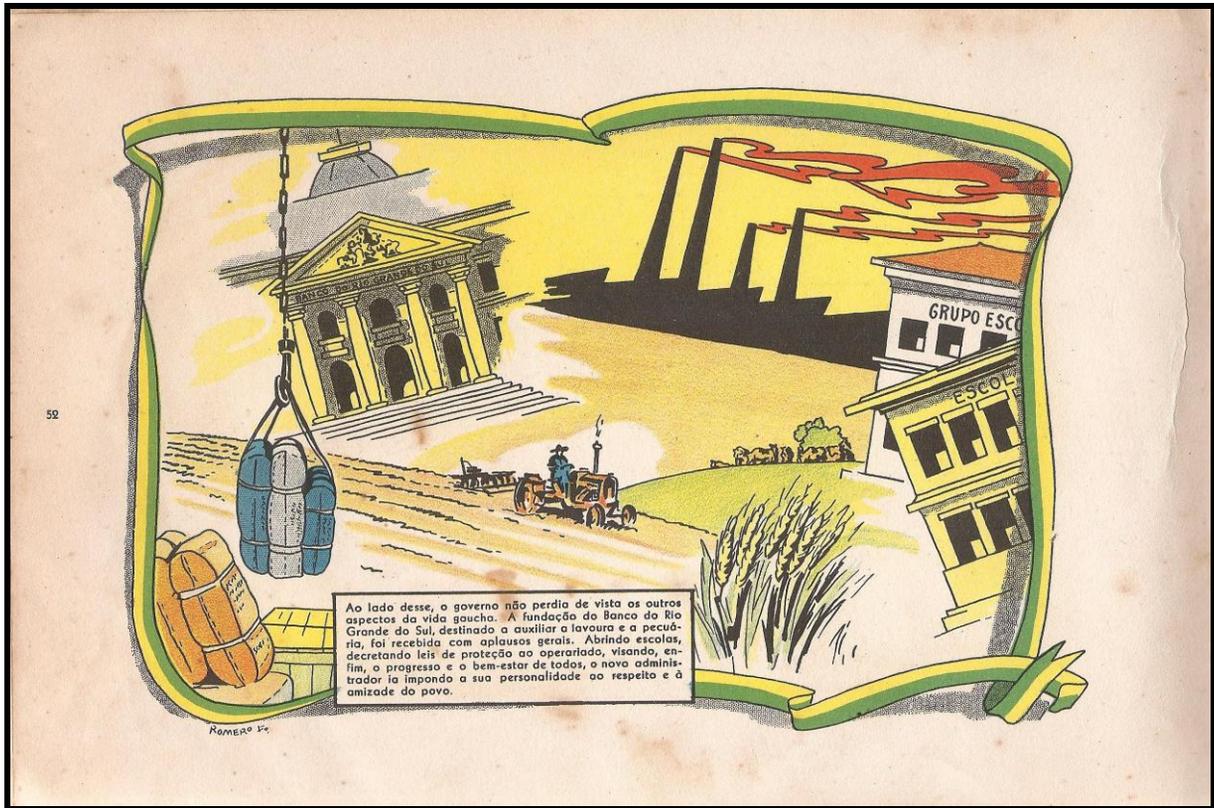
A paisagem da ilustração marcava a presença do Palácio Piratini, erguido havia pouco tempo, e que marcava a representação do poder estadual no Rio Grande do Sul, demarcando a eleição de Getúlio Vargas para o governo gaúcho. A sede governamental recebia significativo afluxo de público, como designação do propalado apoio popular que estaria recebendo o governante recém-empossado. Ao alto do prédio tremulava a bandeira brasileira, sem a presença da sul-rio-grandense, como seria normal, em se tratando de uma solenidade estadual. Entretanto, o Estado Novo extinguiu a existência dos pavilhões estaduais, substituindo-os apenas pelo nacional, demarcando a eliminação dos regionalismos, em prol do nacionalismo, bem ao gosto do regime. O texto mais uma vez fazia alusão a um Vargas movido por um suposto altruísmo, deixando de lado os interesses pessoais para realizar uma espécie de sacrifício em nome da causa. Nesse sentido, era apontado que ele fora “obrigado” a abandonar o cargo federal para ocupar o Executivo rio-grandense, além de ser realçada uma “esperança de renovação” a partir de sua posse, de acordo com o espírito “modernizador” que ele sustentaria por diversas vezes, a partir da formação da Aliança Liberal.



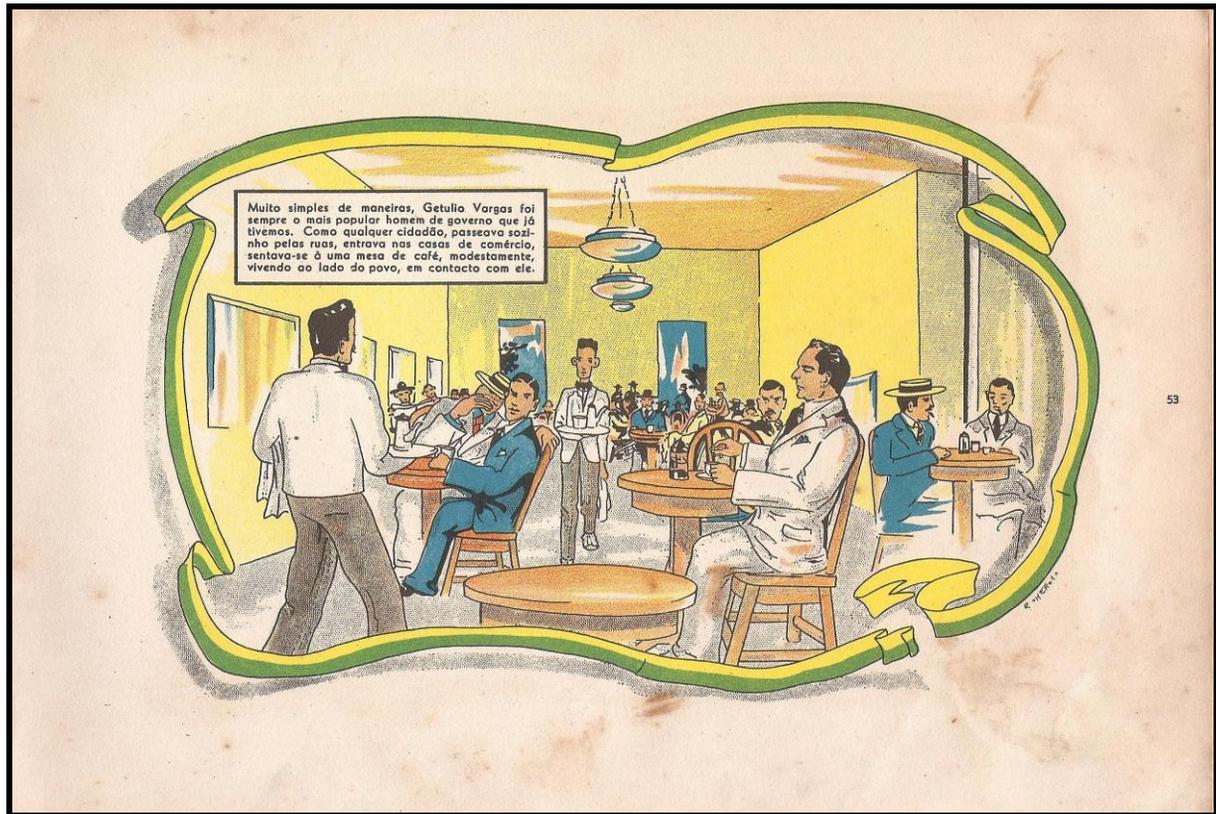
Reforçando a perspectiva da antevisão, a composição textual e iconográfica intentava demonstrar que as medidas governamentais realizadas por Getúlio Vargas, quando Presidente da República, já haviam sido antecipadas quando de sua presença no governo sul-rio-grandense, reforçando a tese tão defendida pela propaganda estado-novista, de que ele era o homem certo, na hora e no lugar certo. Nesse sentido, era apresentado um Vargas viajante, realizando praticamente um governo itinerante, ao visitar várias localidades gaúchas, de modo a desenvolver um conhecimento de causa, que possibilitaria maior eficácia nas medidas a ser tomadas. Tal estratégia seria fortemente repetida nas ações governamentais de Getúlio Vargas no Governo Provisório e no Constitucional, e, notoriamente, no Estado Novo. A gravura e o texto davam especial atenção aos trabalhos executados em torno da construção de estradas, consideradas fundamentais para o desenvolvimento econômico e a integração regional, projeto que posteriormente seria colocado em prática para o país como um todo, à época do Estado Novo.



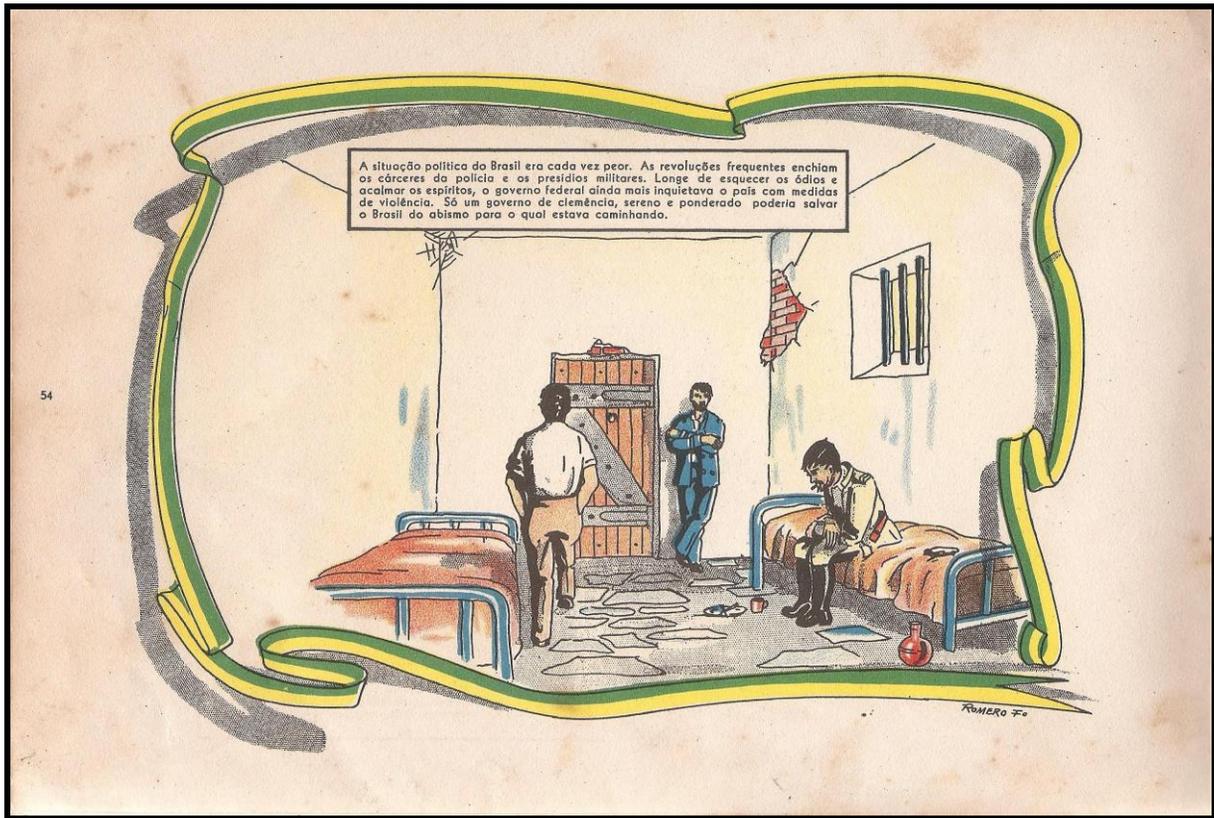
O levantamento topográfico, o planejamento e a execução de obras para aprimoramento do transporte ferroviário eram o tema de outra ilustração, no sentido de demonstrar que as preocupações varguistas iriam além das estradas de rodagem, contemplando também os caminhos férreos. O texto fazia referência ao plano modernizador, destacando que os progressos em termos de linhas férreas trariam consigo o “desenvolvimento das indústrias e do comércio”, ou seja, o avanço econômico tão desejado para aquela época que viria a demarcar a profunda crise que assolaria o mundo. Esse era assim considerado como mais um “problema” que recebera a “máxima atenção” do governante, na busca da integração regional, visando a incluir na perspectiva do desenvolvimento zonas “até então abandonadas”. Posteriormente esse projeto integracionista seria retomado, como foi o caso da Marcha para o Oeste, plano de integração econômica das regiões de baixa densidade demográfica, executado durante o Estado Novo.



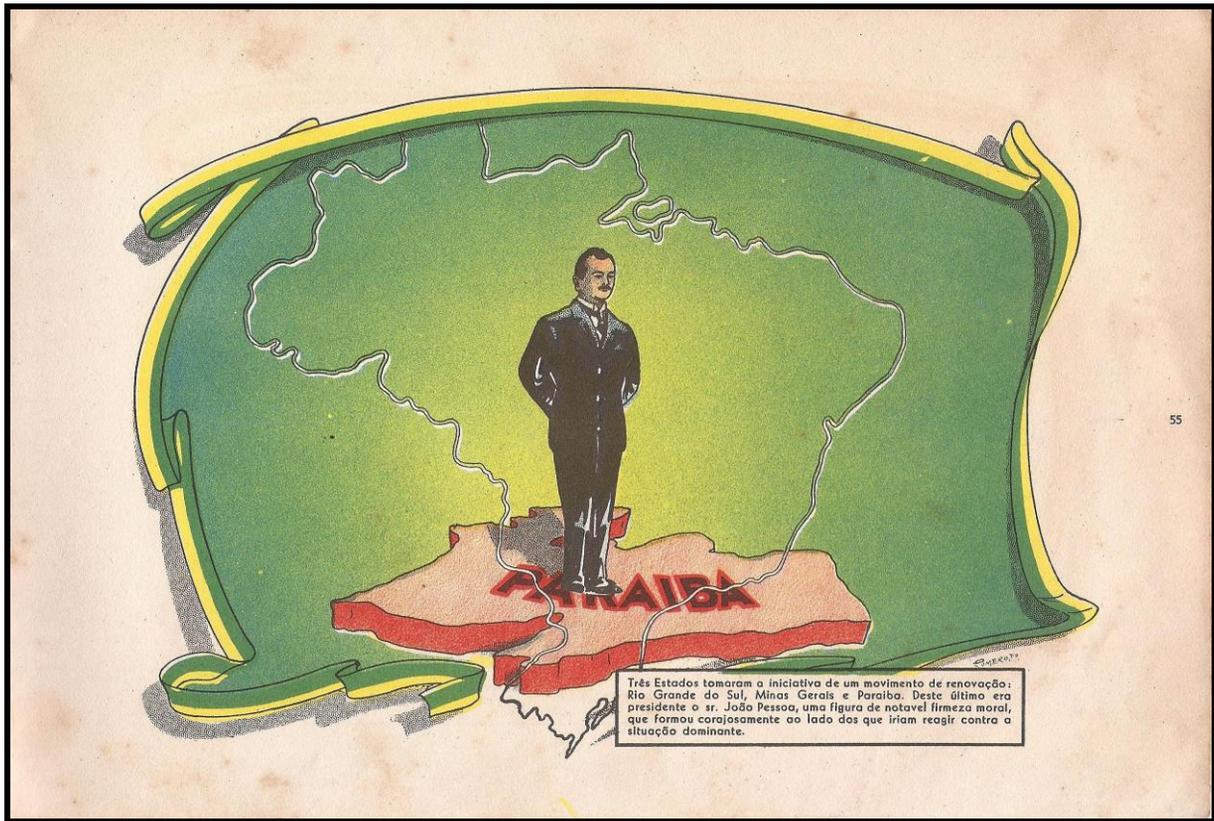
Essa representação intentava apresentar a perspectiva que a visão de progresso sustentada por Getúlio Vargas seria múltipla e abrangente, em oposição à política econômica predominante até então, normalmente articulada com a monocultura e com a produção mais restritiva. O desenho fazia referência a esse amplo desenvolvimento econômico que teria sido implementado por Vargas, ainda no governo do Rio Grande do Sul, envolvendo setores como o transporte de mercadorias, a produção agrícola, a industrialização, o fomento às instituições financeiras e o investimento em entidades educacionais. Além desses aspectos, o texto trazia relevância a outro segmento da política governamental varguista no Rio Grande do Sul, com a divulgação de que ele, já nessa época, providenciara legislações trabalhistas e a defesa dos operários, pressupostos que se tornariam carros chaves da propaganda de Getúlio Vargas a partir de 1930 e, ainda mais enfaticamente, durante a execução do Estado Novo.



A construção mítica em torno de Vargas como um homem simples, sempre afeito a compartilhar suas vivências com a população em geral, de modo a ser apontado como “o mais popular homem de governo”, já teriam iniciado quando de sua presença no governo rio-grandense-do-sul, tanto que na gravura ele aparecia como um cidadão qualquer, ao lado dos demais, compartilhando com eles uma refeição em um restaurante. Essa foi uma prática extremamente recorrente durante o Estado Novo, durante o qual Getúlio Vargas deixou-se fotografar à extenuação, nesse tipo de situação em que compartilhava cenas do cotidiano com qualquer cidadão comum. Além disso, havia o reforço de outros preceitos que se cristalizariam no Estado Novo, como a propalada modéstia e a afeição do Presidente da República para com o povo, com o qual permanecia a viver “ao lado” e “em contato”.

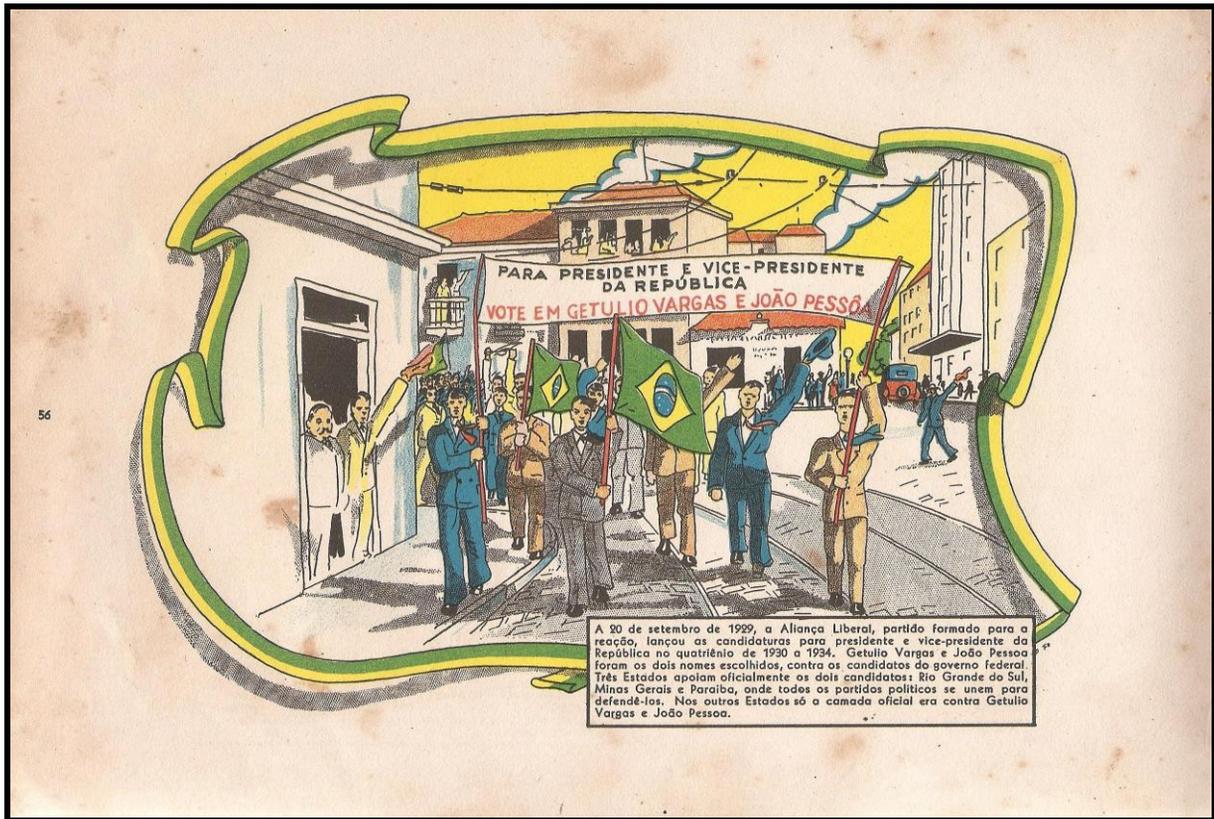


Ainda que Getúlio Vargas tivesse pertencido recentemente ao *establishment*, a cartilha deixava de lado tal detalhe e tecia profundas críticas ao modelo político vigente. A gravura se referia à repressão governamental, mostrando os presos políticos que teriam perdido a liberdade apenas por terem discordado do regime vigente. A ideia era trazer o desespero e o abandono que tais indivíduos estariam sofrendo no cárcere. Em tom censório, a publicação se referia a uma “situação cada vez pior”, ao referir-se à crise e às rebeliões contestatórias que sacudiam o país. O governo federal era acusado de utilizar-se da “violência”, coibindo tais movimentos, bem como era sugerida a presença de um “governo de clemência” para “salvar o Brasil do abismo”. Nesse sentido, um dos pontos fundamentais da plataforma política da Aliança Liberal, liderada por Vargas, era exatamente o da anistia e a revisão das denominadas leis compressoras, que coíbiam as liberdades individuais. A partir dessa perspectiva a intenção do texto e da ilustração era demonstrar um caráter supostamente benéfico do grupo alçado ao poder a partir de 1930.

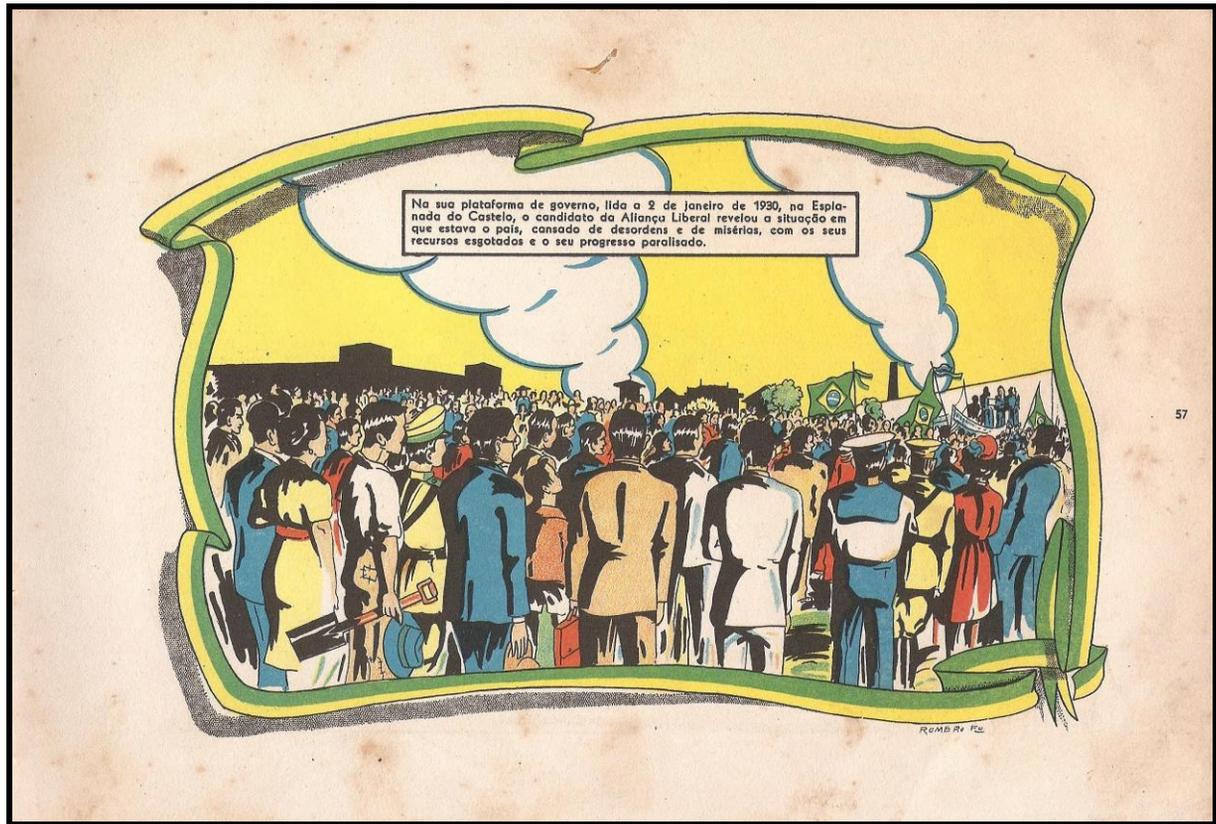


55

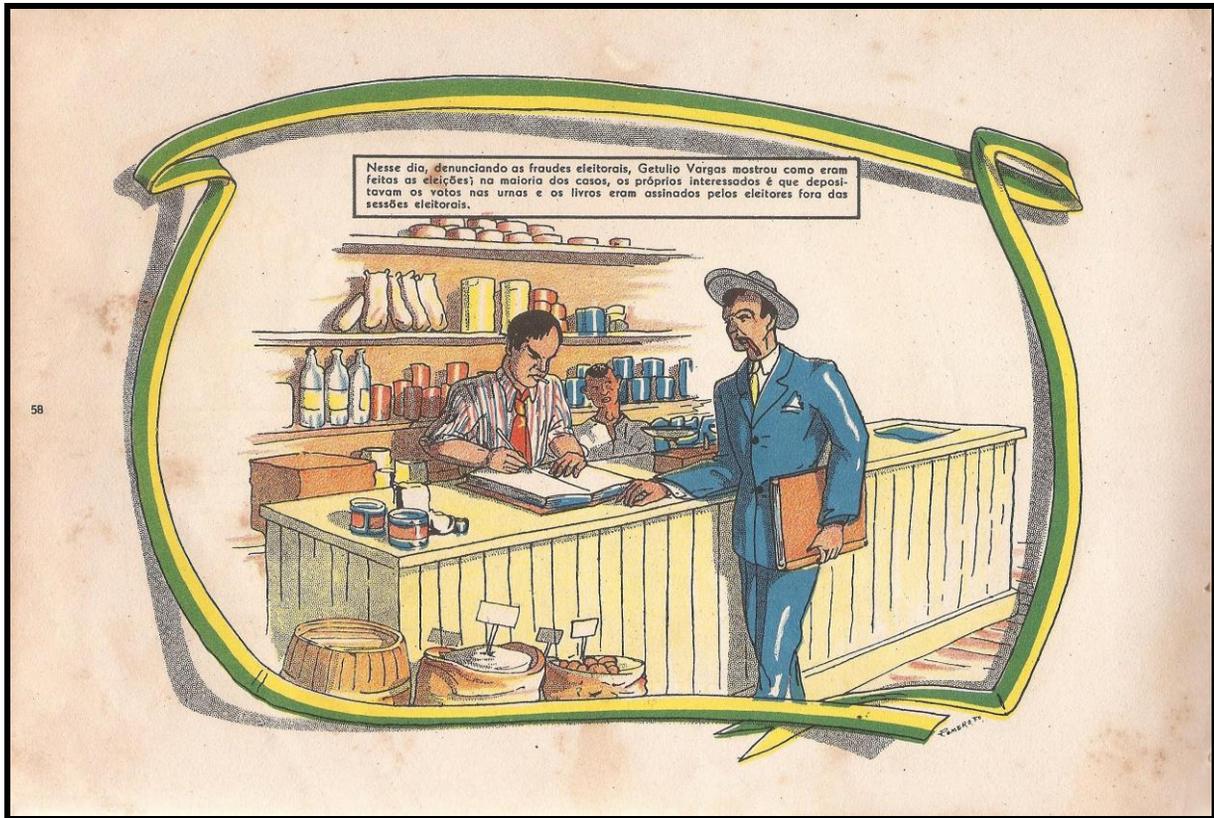
A partir daí, a Aliança Liberal passaria a constar como pauta das próximas páginas do livro destinado ao público infantil, visando à valorização da ação varguista, no sentido de promover a derrubada do modelo vigente à época da República Velha. Para tanto a legenda fazia referência à união entre Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, na formação de um grupo oposicionista, denominado de “movimento de renovação”, em alusão ao projeto aliancista embasado na modernização e, supostamente, de ruptura com o sistema político vigente. Como obra de propaganda estado-novista, não havia qualquer menção às idas e vindas na construção da Aliança Liberal, nem mesmo era levado em conta que os membros de tal frente, compartilhavam com o regime oligárquico vigente até o momento da elaboração da chapa. Na construção iconográfica e textual, Vargas chegava a perder o protagonismo que era repassado, provisoriamente, a João Pessoa, retratado em postura de magnanimidade e qualificado como “figura de notável firmeza moral”. Essa troca transitória do protagonismo devia-se a busca pelo destaque a Pessoa, que viria a ser considerado como o mártir da agremiação oposicionista.



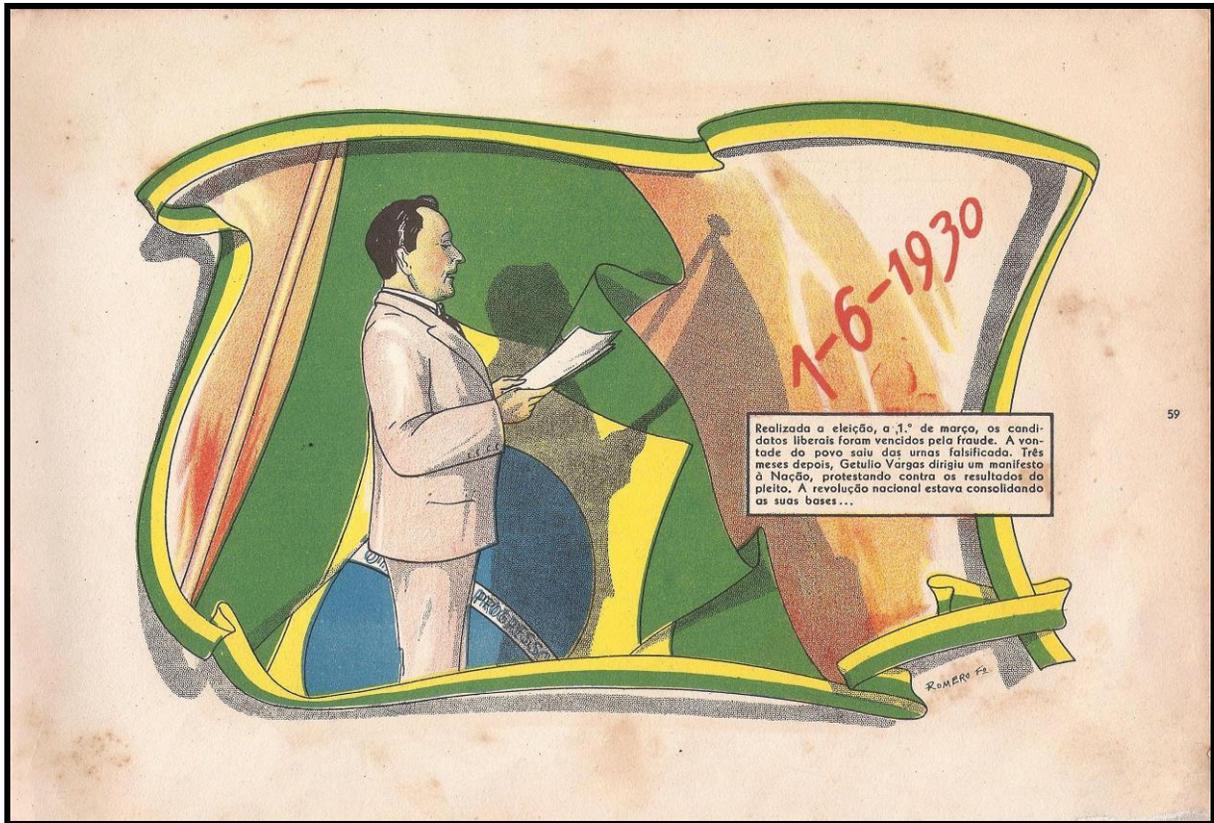
De acordo com seu caráter didático-pedagógico, a cartilha reforçava a ação da Aliança Liberal, chegando a repetir textualmente os Estados que a compunham, de modo a fixar o máximo possível tal informação. Havia referência a uma união plena entre gaúchos, mineiros e paraibanos, na execução da frente oposicionista, mais uma vez suprimindo as dúvidas que cercaram a criação da agremiação. Ainda assim, a Aliança Liberal era apresentada como a chapa de oposição que só teria contra si a “camada oficial” de todos os outros Estados, fazendo referência à candidatura governista. A gravura antecipava um fenômeno que viria a se cristalizar no período pós-1930 e, mormente à época do Estado Novo, com a presença do povo nas ruas, em apoio a Getúlio Vargas, no caso aos candidatos aliancistas. A perspectiva era a de demonstrar o propalado amplo apoio popular que haveria para a Aliança Liberal, com a aclamação por parte da população em geral e dos indivíduos que desfilavam com a faixa de propaganda e com a bandeira brasileira, em alusão à nacionalidade.



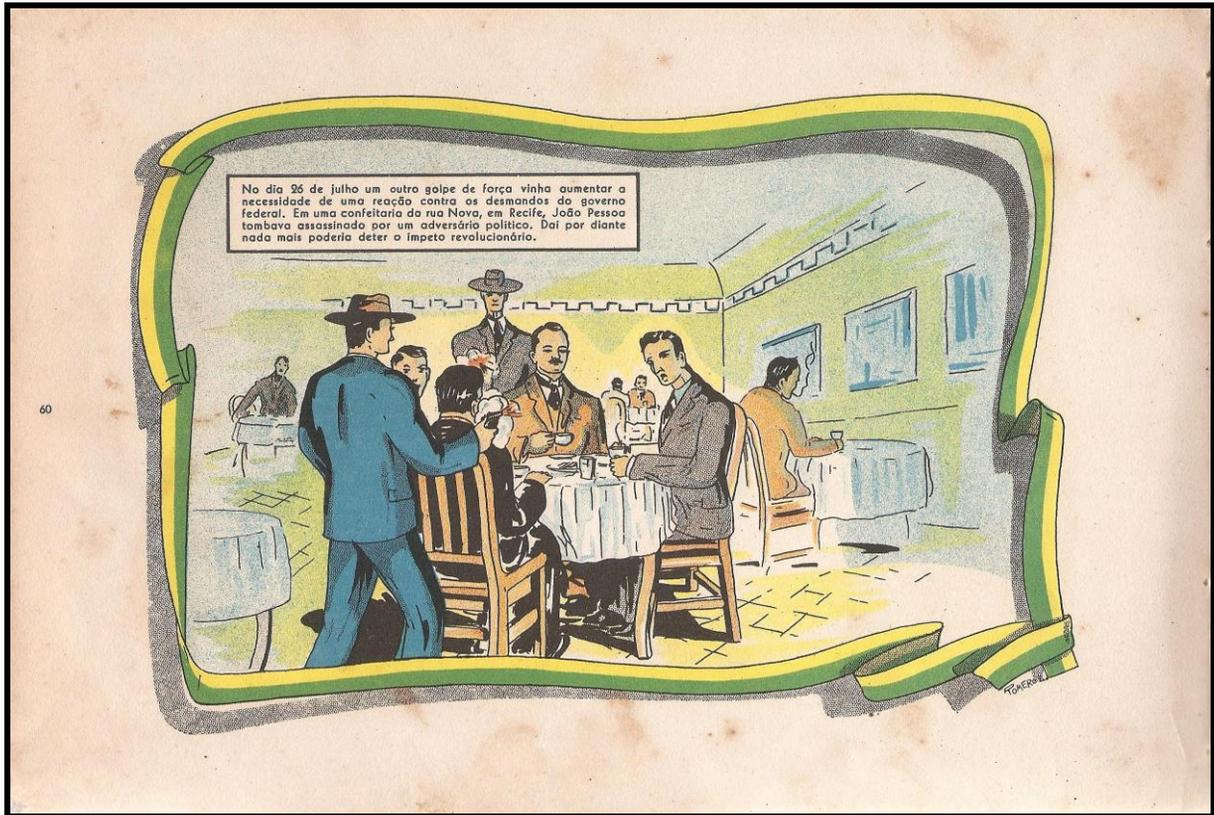
A ilustração legendada trazia ao público leitor a leitura da plataforma da Aliança Liberal, realizada por Vargas na Esplanada do Castelo, no Rio de Janeiro, intentando demonstrar a enorme presença de público, ainda mais para os padrões das disputas eleitorais da República Velha, o que supostamente viria a demonstrar a massiva base popular em relação à candidatura oposicionista. Essa atividade pública e o discurso pronunciado seriam constantemente rememorados pela propaganda estado-novista, servindo, no campo discursivo, como uma espécie de ponto de partida para as denominadas “realizações” governamentais, as quais, segundo os detentores do poder, viriam a ter o seu auge no Estado Novo. A ideia seria a de que a proposta aliancista teria condições de salvar o país, que estaria “cansado de desordens e de misérias”, sem recursos e sem perspectivas de progresso. A gravura intentava demonstrar que o conjunto da população estaria ao lado da Aliança Liberal, uma vez que o público era composto de várias categorias diferenciadas entre si, fosse profissionalmente, fosse em termos sociais. Assim apareciam homens e mulheres, cidadãos comuns e militares de diferentes forças. Não poderia faltar a figura do trabalhador, com a roupa remendada e de pá à mão, em alusão à política assistencialista que Vargas viria a executar ao longo de sua estada no poder.



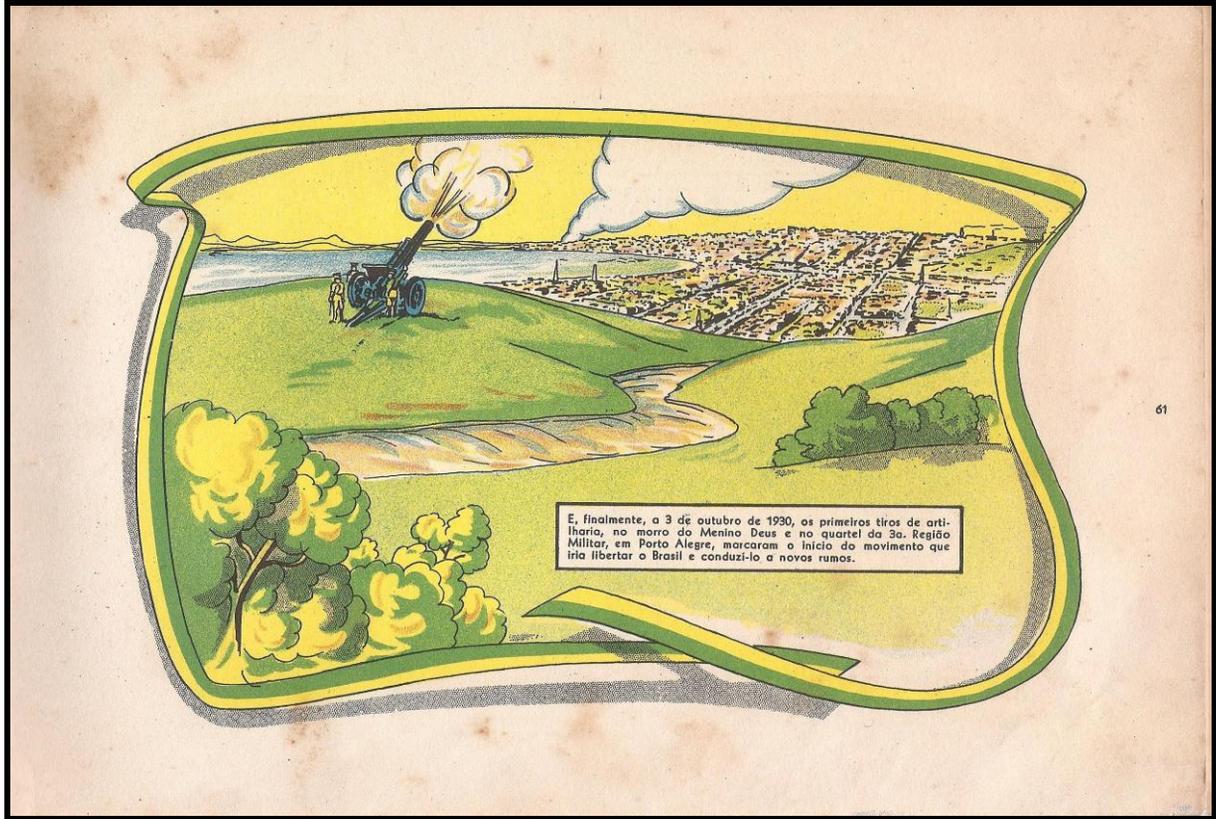
As críticas ao sistema eleitoral brasileiro à época do predomínio do modelo oligárquico, um dos alvos principais da Aliança Liberal, que propunha o voto secreto e a organização de dispositivos isentos na execução das eleições eram o tema desse quadro do livro infantil. A referência mais uma vez era a do discurso de propaganda eleitoral promovido por Getúlio Vargas, ao apresentar a plataforma aliancista, no qual o político teria demonstrado os erros e malfeitos que cercavam o processo eleitoral no Brasil, com inserção de votos falsos depositados nas urnas e boletins de registro de presença dos eleitores, que se tornavam na prática volantes, pois viriam ao encontro dos possíveis interessados. A cena da gravura buscava exatamente repetir esse ato ilícito, ao mostrar dois indivíduos mal-encarados providenciando assinaturas em livros que deveriam estar nas sessões eleitorais. O ocorrido era assistido por um jovem, provavelmente o auxiliar do armazém, que servia de cenário, o qual trazia um olhar de estranheza diante do que via, sem poder tomar maiores providências. Essa última figura seria a representação do povo, que não teria condições de ir além da passividade perante a corrupção eleitoral.



A derrota da Aliança Liberal foi justificada como resultante da fraude eleitoral, de modo que “a vontade do povo” teria sido ultrajada, pois o resultado verdadeiro seria o da vitória dos aliancistas, de modo que a vontade dos eleitores fora eliminada diante de “urnas falsificadas”. A reação dos derrotados era apresentada como um ato eloquente, revelando a não aceitação do ocorrido, por meio das manipulações que teriam levado a desvios no processo eleitoral. A personificação ficava evidenciada ao trazer o protagonismo de volta para Getúlio Vargas, ao dirigir um manifesto à Nação, revelando a não aceitação do resultado de urnas fraudadas. No desenho Vargas pronunciava um discurso, ficando em evidência a data do ato e a plena associação do líder aliancista com a nacionalidade, demarcada a partir da destacada presença da bandeira brasileira. Ainda que tivessem ocorrido marchas e contramarchas, até que as oposições se decidissem pelo caminho revolucionário, a cartilha buscava demonstrar que não houvera hesitações, de modo que, segundo tal versão, estariam desde então firmes as bases da “revolução nacional”.



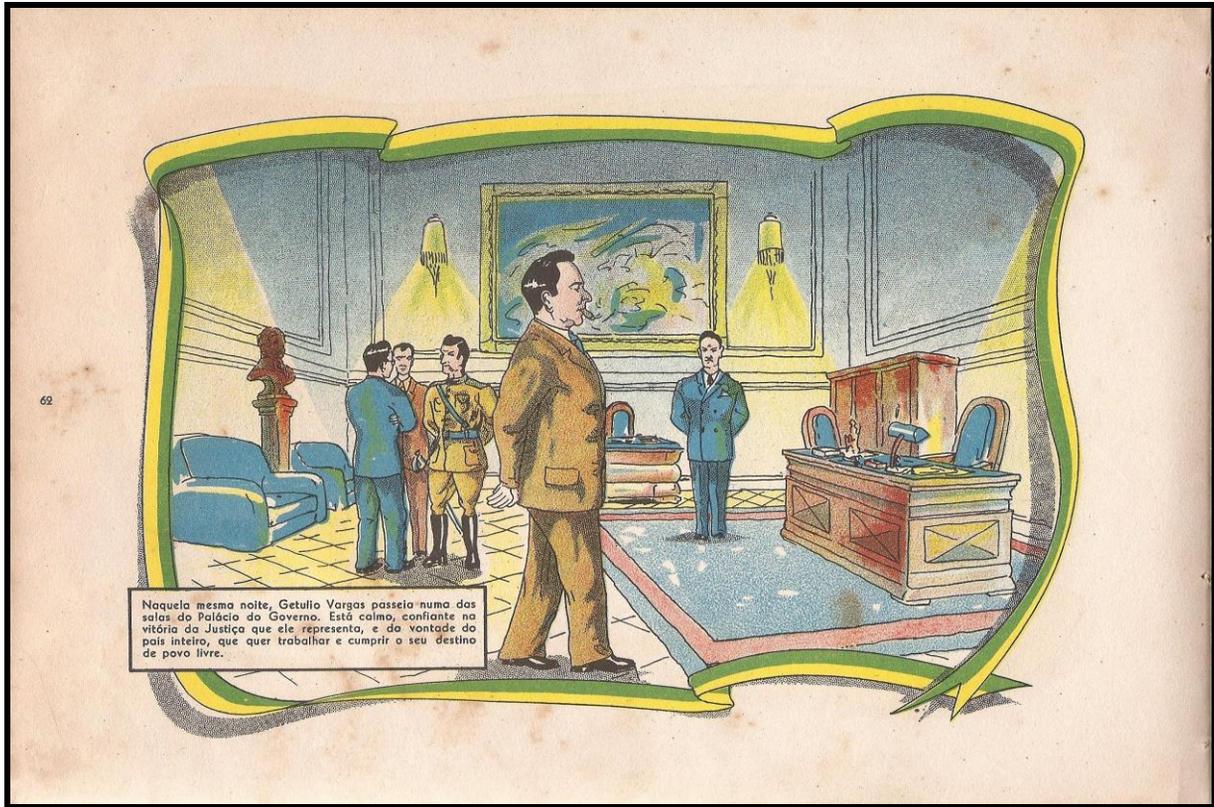
O assassinato de João Pessoa, integrante da chapa da Aliança Liberal, acontecimento que foi considerado como o estopim definitivo para o espocar da revolta, constituiu mais uma das peças que compunham *O Brasil Novo – Getúlio Vargas e sua vida para a criança brasileira*. Mais uma vez era deixado de lado o fato de tratar-se de um livro destinado ao público infantil, com a apresentação sem filtros da perpetuação de um crime violento, com a morte do político a tiros. Esse ato era apontado como um “golpe de força”, que teria servido para recrudescer a busca por uma “reação” em oposição aos “desmandos” governamentais. Sem levar em conta as causas primordiais do assassinio, ficava imputado que se tratava de um fato criminoso realizado por um “adversário político”, o que viria a justificar os efeitos desencadeados. João Pessoa era guindado ao panteão dos “heróis nacionais”, como o mártir pela causa da revolução, de modo que serviria seu sacrifício para acelerar o “ímpeto revolucionário”.



E, finalmente, a 3 de outubro de 1930, os primeiros tiros de artilharia, no morro do Menino Deus e no quartel da 3a. Região Militar, em Porto Alegre, marcaram o início do movimento que iria libertar o Brasil e conduzi-lo a novos rumos.

61

Revelando uma certa preocupação com o público alvo, o que não ocorreu em outras oportunidades, a cartilha preocupou-se em amenizar o conflito bélico, restringindo a imagem que representaria a Revolução de 1930, apenas a um de seus atos iniciais, ou seja, um canhão disparando para o alto, referindo-se a um acontecimento que ocorrera em Porto Alegre, um dos berços da revolta. Havia assim, também a perspectiva de reforçar o protagonismo sul-rio-grandense – e com ele o de Getúlio Vargas – na eclosão do movimento. A ideia fundamental era ainda a de glorificar o evento que se desencadeava, vindo o mesmo a ser guindado ao rol de “datas nacionais”, as quais deveriam ser enaltecidas com base nos princípios do civismo e na exaltação da fé patriótica, ainda mais no caso da Revolução de 1930, ponto de partida para a chegada ao governo dos novos detentores do poder, que caracterizaram o evento revolucionário como aquele que viria a trazer a liberdade para o Brasil – por mais que esta tivesse sido suprimida durante o Estado Novo – e mesmo que conduziria o país a “novos rumos”, em alusão ao projeto modernizador.



Vargas voltava a ser imaginado como protagonista, ao andar calmamente pelo palácio que servia de sede ao governo rio-grandense-do-sul, na tentativa de demonstrar sua serenidade diante dos destinos que vinham sendo traçados para o país. Enquanto um pequeno grupo, que incluía um militar, debatia sobre os acontecimentos, o governante gaúcho se mostrava impávido e “confiante na vitória da justiça”, a qual seria representada pelo próprio personagem. Segundo a legenda o homem público trazia consigo a representatividade de toda a população brasileira, a qual só tinha por metas o trabalho e o cumprimento do “destino de povo livre”. Mais uma vez aparecia a incongruência centrada na questão da liberdade, pois o livro infantil defendia que os brasileiros queriam estar livres em relação ao regime oligárquico dominante à época da República Velha, no entanto, tal “povo livre” acabaria sendo submetido pelo arbítrio ditatorial estabelecido pelo aparelho político-ideológico, repressivo, coercitivo e censório que foi criado durante o Estado Novo.



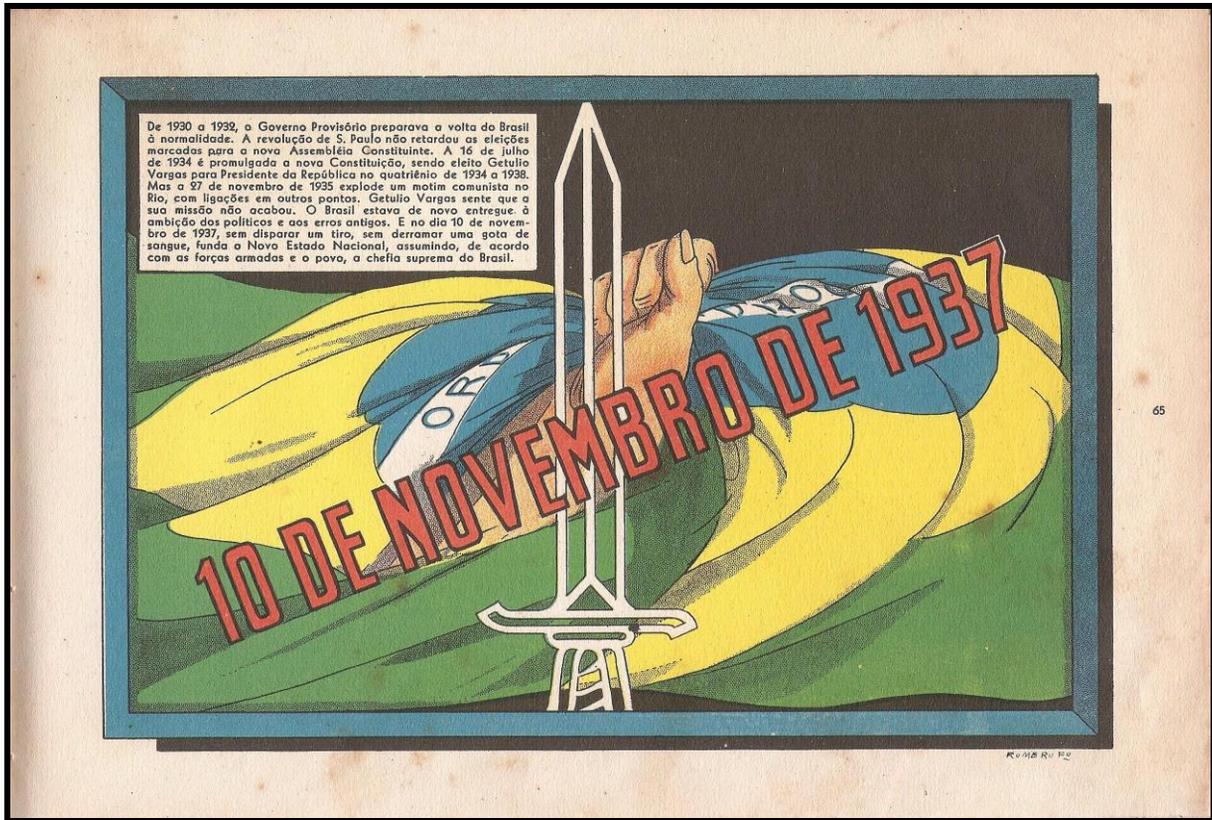
A vitória revolucionária foi simbolizada iconograficamente por uma ilustração que trazia certa inspiração na pintura “Liberdade guiando o povo” de Eugène Delacroix, havendo, entretanto, o detalhe de que a figura feminina, alusiva à liberdade propriamente dita, foi suprimida. Na gravura, militares de diferentes forças e cidadãos comuns – todos do sexo masculino – marchavam de armas em punho, um deles carregando à frente do pelotão, além de outro no flanco direito, a bandeira brasileira, presença obrigatória em se tratando do regime estado-novista, como símbolo máximo da nacionalidade e da unidade, além do conteúdo cívico-patriótico. Havia referência à curta duração da guerra, com a derrubada de Washington Luís, sem deixar de citar o apoio militar na execução daquela ruptura institucional. Um dos preceitos mais defendidos pelos novos detentores do poder quanto a um amplo apoio popular à Revolução de 1930, foi repetido na construção, textual, a partir da consideração de que o país em sua totalidade estaria “ao lado dos revolucionários”.



64

A 3 de novembro de 1930
o Sr. Getulio Vargas se
empossou na chefia do
governo provisório da
Republica

A chegada ao poder dos revolucionários foi simplesmente representada pela exibição da faixa presidencial, em alusão plena à figura de Getúlio Vargas, que não aparecia no desenho, mas que passaria a ter a posse daquele objeto, símbolo do poder governamental. A epígrafe era breve e puramente informativa, embora ganhasse relevo gráfico, uma vez que, ao contrário das demais, não se restringia ao retângulo, lugar habitual da legenda ao longo da maioria das páginas do livro, mas, isto sim, se sobrepunha ao próprio desenho. Tal caráter lacônico do texto e a simplicidade do desenho, apesar do forte sentido simbólico, devem-se à intenção da propaganda estado-novista de simplificar um processo que teve complexidades. Assim, naquela versão para as crianças ficavam suprimidas as negociações para a chegada ao poder dos aliancistas, as quais foram entabuladas entre os vitoriosos da Revolução de 1930 e os militares, que se anteciparam àqueles e derrubaram o Presidente da República. Para o aparelho propagandístico do regime o mais indicado seria simplesmente falar da ascensão de Getúlio Vargas ao poder, bem de acordo com o processo de mitificação estabelecido em torno do líder político, ou seja, era o “homem predestinado” que chegava ao cargo que seria seu “por direito”.



Ainda na busca de apresentar uma versão simplificada e pasteurizada da formação histórica brasileira, o período entre 1930 e 1937 foi sintetizado em uma única gravura/legenda. Toda a complexidade dessa época, inclusive com contestações aos novos donos do poder foi suprimida/resumida a simples itens. Toda a luta pelo processo de redemocratização deixou de ser abordada, permanecendo apenas a visão dos vencedores. Os principais “inimigos” apontados como causas para supostamente legitimar o regime não deixaram de ser lembrados, no caso, os políticos tradicionais, os regionalismos e o comunismo. A ilustração era preta em simbolismo, pois uma mão, representando o poder, enfeixava a nacionalidade – a bandeira brasileira – em um punho cerrado, ao passo que a espada, em alusão ao poder militar, aparecia em posição de destaque, assim como a data da implantação do Estado Novo.



A questão da unidade nacional, vital para a concepção do Estado Novo, de acordo com seus criadores e articuladores, era o tema dessa ilustração, que trazia a lembrança do ato simbólico da queima das bandeiras regionais, promovido pelo regime, na primeira comemoração do Dia da Bandeira, já durante a vigência da ditadura estado-novista. A elaboração da gravura optou mais pelo simbolismo, pois poderia ter sido mais rebuscada e detalhada, uma vez que o ato solene foi realizado com pompa e circunstância, com o intento de tornar-se uma manifestação marcante de fé patriótica e civismo. Desse modo, ao invés de representar a caminhada de diversas jovens carregando os pavilhões até a pira, para incinerá-las, prevalecendo a presença de enormes bandeiras nacionais, o desenhista realizou uma criação mais simples, mas carregada de sentido em torno do nacionalismo e ao amor pátrio, de maneira que aparecia apenas a pira, com os pavilhões estaduais já queimados, ao passo que, a partir da fumaça resultante, surgia a bandeira nacional, com toda a sua carga de nacionalismo. A legenda descrevia a solenidade, reforçando a ideia da unidade nacional, em oposição aos partidos e facções, inimigos declarados do Estado Novo, que os considerava desagregadores, promovendo a desunião.



A epígrafe “O Brasil novo e seu desenvolvimento geral”, trazia uma guinada no norte editorial do livro *O Brasil Novo – Getúlio Vargas e sua vida para a criança brasileira*, pois, além de constituir uma página de abertura de um outro segmento da publicação, o qual corresponderia também a uma nova etapa da formação brasileira sobre o comando varguista, ocorreu também que o caráter biográfico, que era a orientação geral da cartilha, foi praticamente deixado de lado. Desse modo, Vargas não perdia o papel de protagonista, entretanto, o enfoque deslocava-se essencialmente da descrição das vivências do personagem, para a propaganda de suas “obras”, ou seja, das denominadas “realizações” governamentais por ele comandadas. Até mesmo o número de presenças do governante nas representações iconográficas diminuiu significativamente, diante da nova abordagem, mas, ainda assim, o livro não deixava de ser centrado em torno da figura presidencial, uma vez que o percurso traçado visava a demonstrar a vida de Getúlio Vargas, e o caráter de predestinado a ele atribuído, até chegar ao Estado Novo, o qual significaria o ápice de sua carreira política.

Nessa linha um dos pontos de enfoque desse novo segmento do livro destinava-se a tratar especificamente do Estado Novo, buscando abordar uma das pautas fundamentais das forças governativas, vinculada à questão do desenvolvimento. Desde a plataforma da Aliança Liberal, o progresso e a diversificação das atividades econômicas faziam parte do programa da frente, levando em conta a proposta modernizante do grupo político que a comandava. A perspectiva geral em relação a esse fundamento era promover um

desenvolvimento calcado na evolução do processo industrial do país, de modo que o mesmo conseguisse superar a sua tradicional base econômica, embasada na agroexportação. Havia desde então um pensamento desenvolvimentista, que dominou o Estado Novo, bem como se fez presente com veemência nas várias décadas que se seguiram, no seio do qual prevalecia uma perspectiva etapista, ou seja, o Brasil precisaria vencer etapas – superando-as ou eliminando-as – de modo a atingir o adiantamento alcançado pelos países mais avançados.

A liberdade da criação artística, a serviço do regime, trouxe a possibilidade da apresentação de uma figura na qual o próprio mapa do Brasil era metamorfoseado, assumindo um aspecto humano, sendo a ele incorporados braços e pernas. Ainda que não fosse um dos símbolos nacionais, como a bandeira, o hino ou as armas, o mapa contava com um reconhecimento gráfico da população, que, ao se deter diante da imagem, compreendia plenamente que se tratava do Brasil. Para completar a perspectiva patriótica/nacionalista, o mapa carregava em suas mãos o pavilhão nacional, que pairava na posição superior da ilustração. Já a posição dos pés dava uma ideia de movimento, de avanço, ou seja, de uma marcha para o progresso, versão que era complementada pelas datas de 1930 e 1940, demarcando o decênio do governo de Getúlio Vargas, desde a Revolução de 1930 até o então tempo presente, demarcado pela consolidação do Estado Novo. O mapa brasileiro era representado em verde, em alusão mais uma vez à nacionalidade, mas também lembrava, de forma estilizada, um uniforme militar, concepção complementada pelas botinas que calçavam os pés do mesmo, complementando a ideia daquela

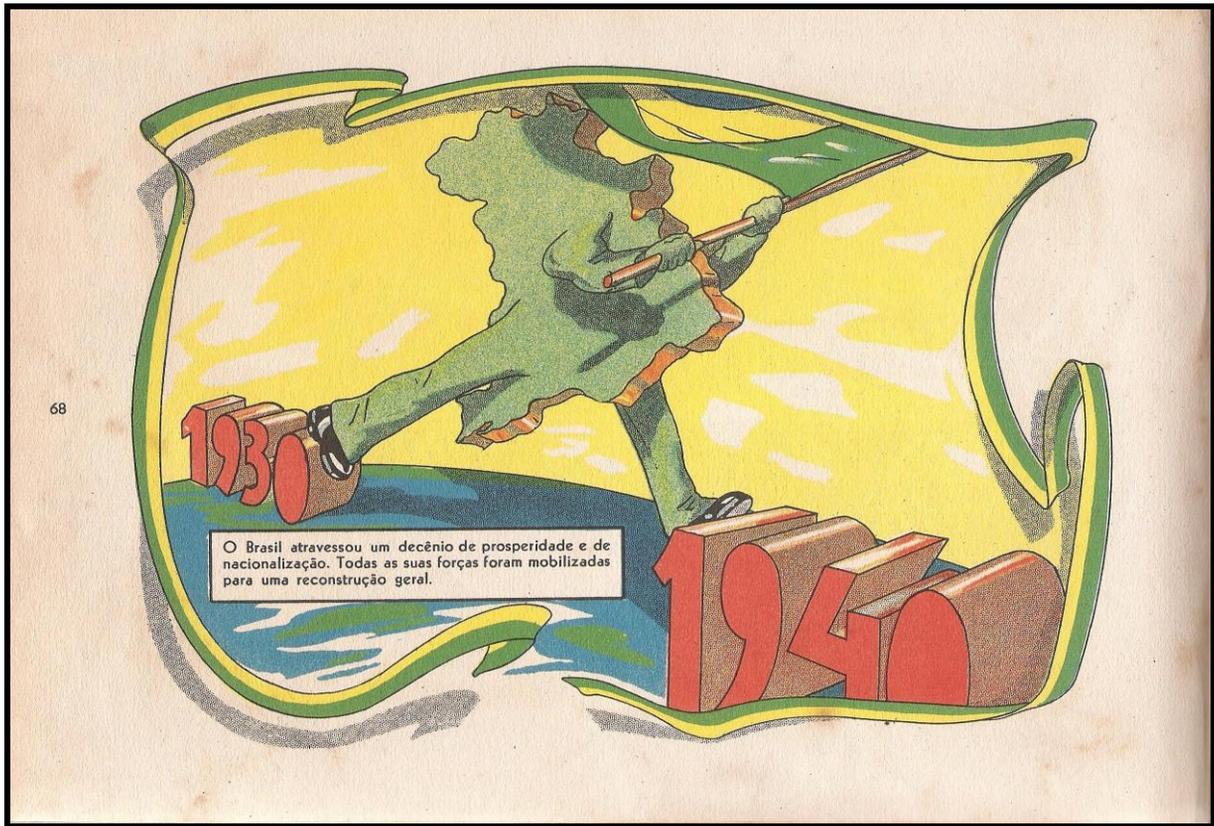
indumentária, reforçando a visão estado-novista de valorização das forças armadas. A legenda complementava o pensamento geral utilizando-se de palavras-chave como “prosperidade”, “nacionalização” e “reconstrução”.

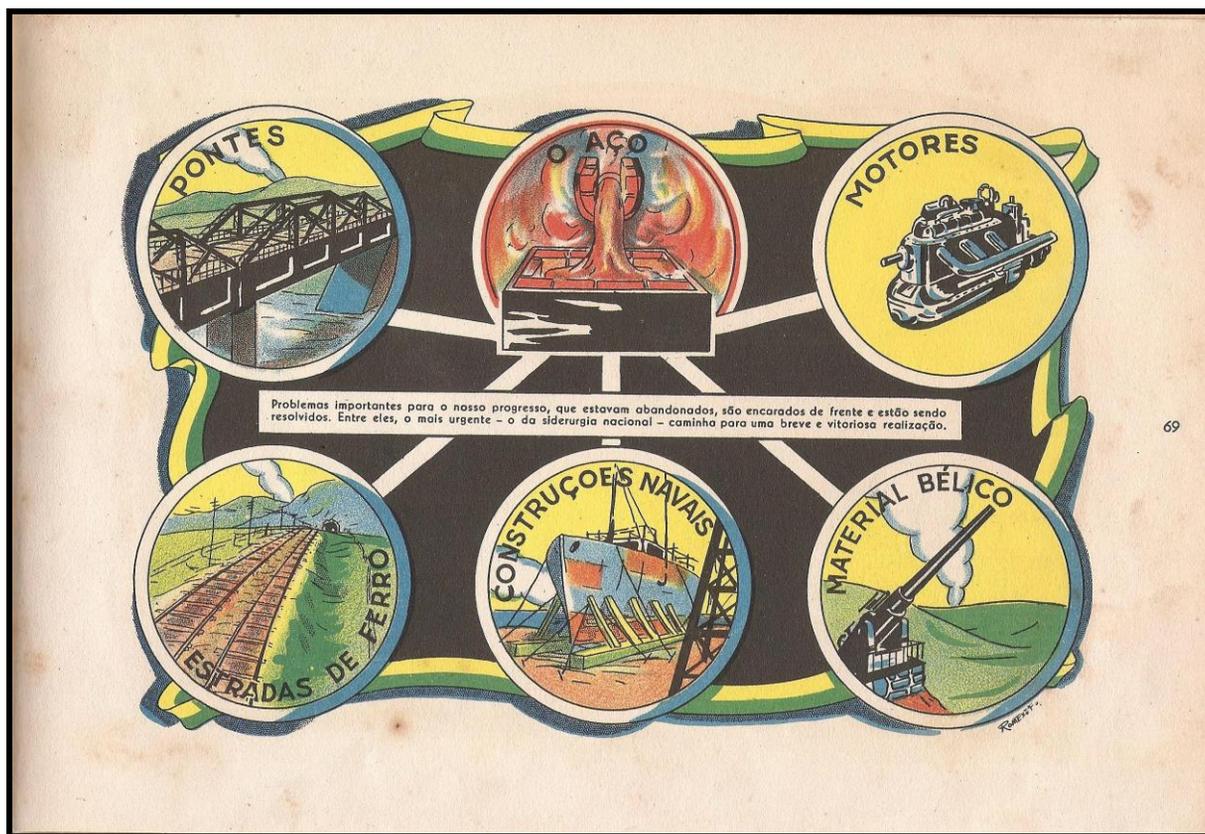
Um dos pontos chaves da propaganda estado-novista, de acordo com a concepção modernizante, era promover a publicidade das anunciadas “realizações” governamentais no campo econômico, lançando mão, normalmente, de diversos dados estatísticos. Entretanto, como se tratava de um livro destinado ao público infantil, o órgão propagandístico optou pelas representações gráfico-visuais para demonstrar tais avanços. Em uma das legendas havia outra das marcas registradas da publicidade do regime, ou seja, promover comparações entre o período da administração Vargas e o dos governos que o antecederam, de modo que era dito que “problemas importantes”, até então “abandonados”, passaram a ser enfrentados e “resolvidos”, a partir de 1930. O carro-chefe do ideário desenvolvimentista governamental, embasado na industrialização e, mais especificamente, na indústria pesada, representada pela siderurgia, constituía o ponto principal de uma das construções textuais, uma vez que ela seria fundamental para o progresso de outros setores econômicos no país. Esses outros segmentos eram apresentados na concepção iconográfica, ao buscar demonstrar que o crescimento no campo siderúrgico traria consigo avanços no setor de transportes, com pontes, estradas de ferro e construções navais, bem como na modernização militar, com a elaboração de material bélico, além do próprio incremento industrial, com o aproveitamento do aço como matéria-prima transformada e a fabricação de motores.

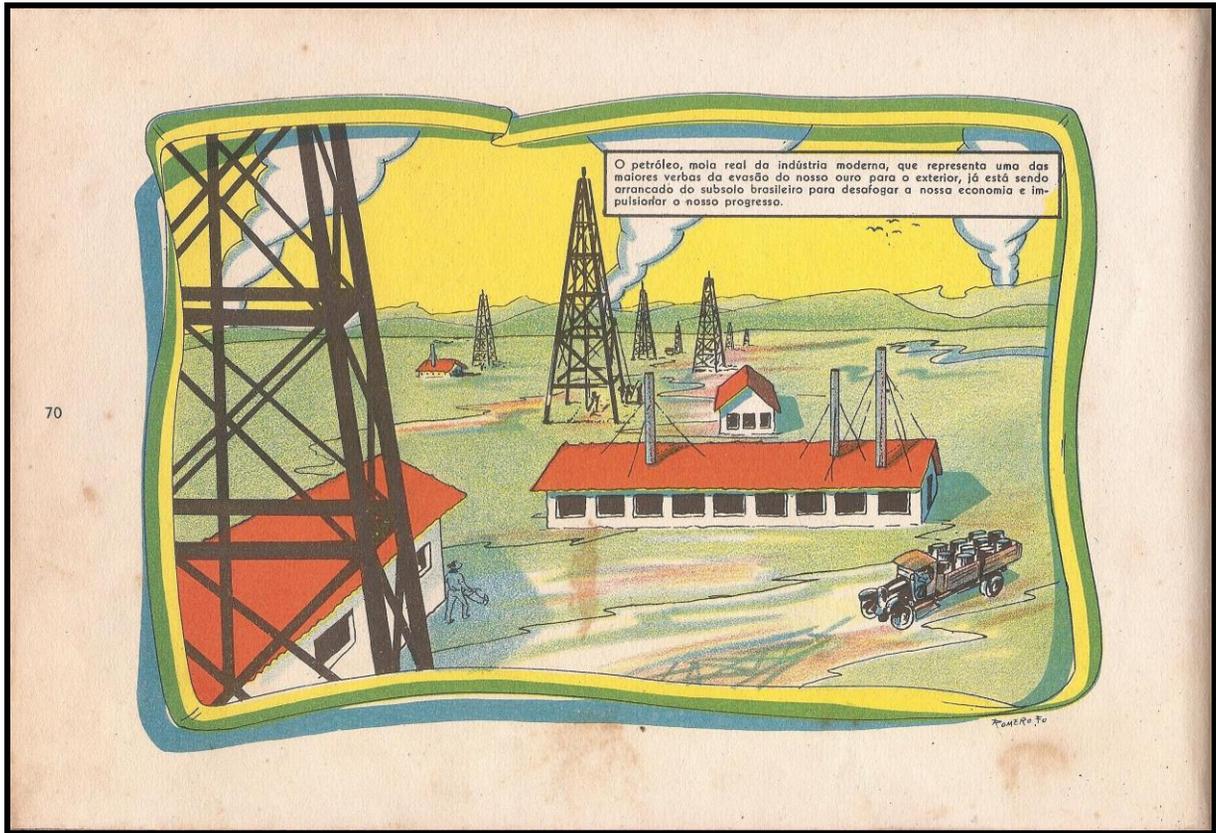
A exploração do petróleo foi outra recorrente peça de propaganda dos órgãos especializados do Estado Novo, com o propósito de demonstrar que o país havia avançado também nesse campo. Segundo essa concepção, os progressos no campo petrolífero trariam avanços de natureza industrial, uma vez que tal substância compreenderia a “mola real da indústria moderna”, mas também representariam uma medida de natureza econômico-financeira, pois serviria para amenizar possíveis desequilíbrios na balança de pagamentos nacional, sendo apontado que a importação de petróleo consistia em pesada “evasão do ouro para o exterior”. A ideia era apresentar às crianças a representação gráfica da forma pela qual era promovida a extração do petróleo, em consonância com a legenda que, com certo júbilo, declarava que, a partir das providências governamentais, o país já começara a arrancar o ouro-negro do subsolo brasileiro, fenômeno que serviria para “desafogar a economia” e “impulsionar o progresso”.

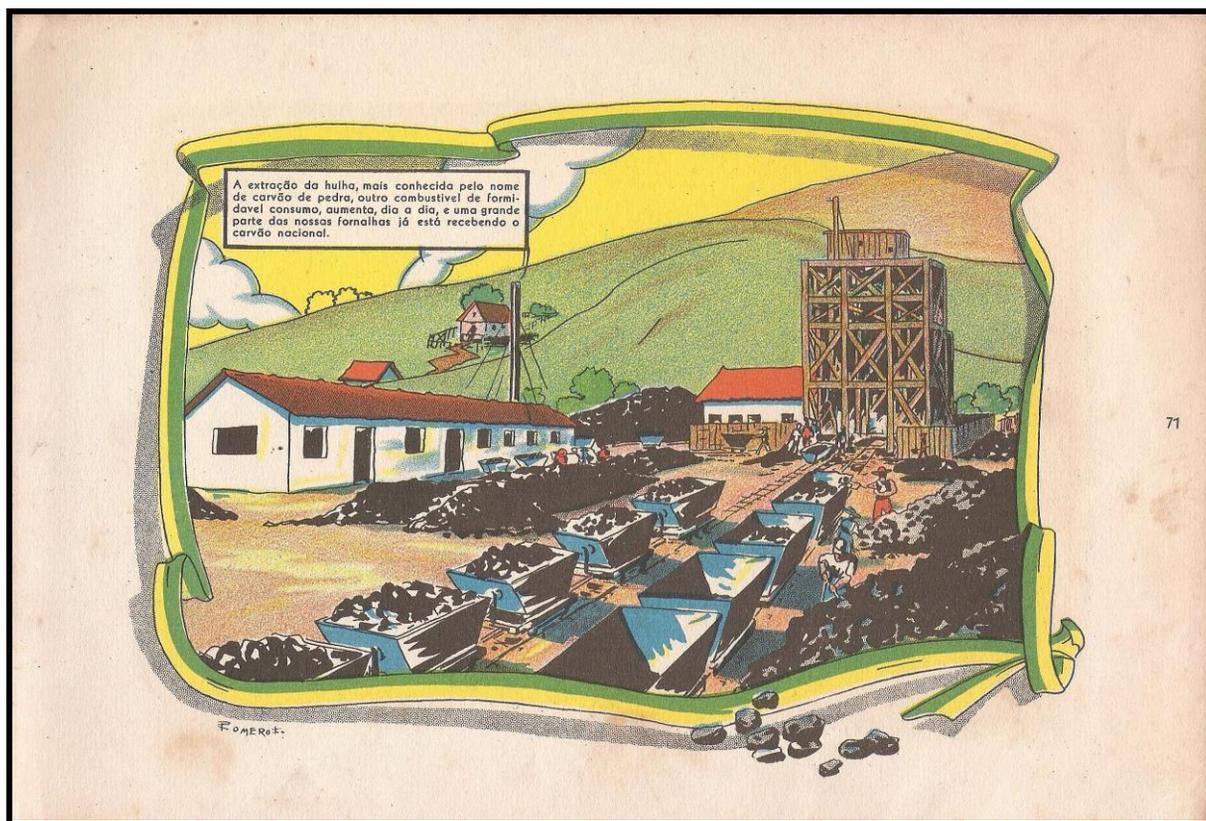
Outro combustível enfatizado pela cartilha foi o carvão de pedra, cujo modo de exploração foi também didaticamente representado iconograficamente e, em termos de legenda. Bem de acordo com os princípios nacionalistas, típicos do regime, foi ressaltada a já grande utilização de carvão produzido no Brasil. Em outra representação imagética, um mapa do Brasil era atravessado por grandes estradas, uma de ferro, outra de rodagem, de modo que a propaganda governamental visava a enaltecer os avanços que teriam sido obtidos no campo de transportes, fator que promoveria o progresso econômico, com a condução de mercadorias, além de auxiliar no deslocamento das pessoas em viagem, bem

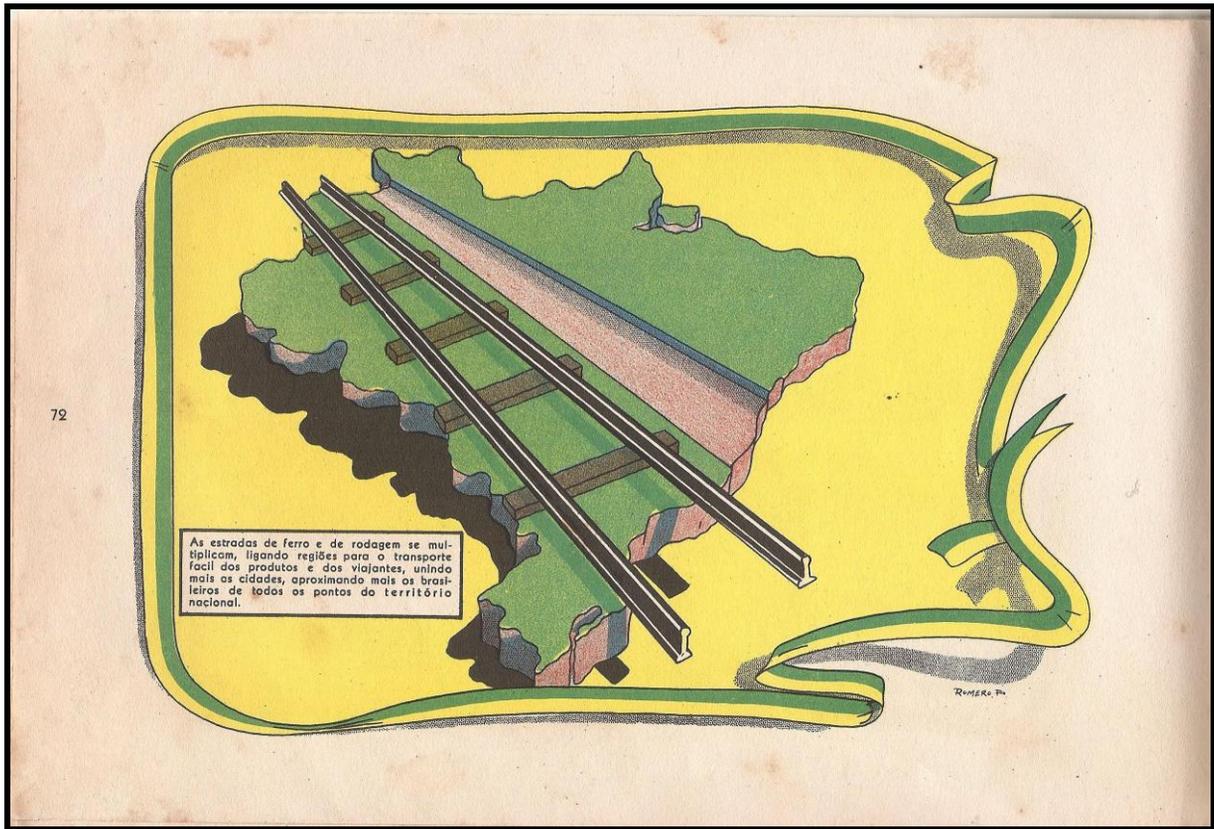
como de promover a integração nacional, umbilicalmente ligada à questão da unidade, verdadeira pedra de toque do pensamento estado-novista. Também quanto ao conteúdo econômico, era apresentado o embarque de sacas de café, em referência ao principal produto de exportação brasileiro. O enfoque unipessoal em torno de Vargas se fazia mais uma vez presente, pois teria sido exatamente ele que, “com medidas sábias e inteligentes”, soubera vencer a crise que cercava a cafeicultura nacional, possibilitando, a partir disso, o “equilíbrio financeiro” do país. Uma das atitudes governamentais para tentar vencer os efeitos da Crise de 1929 foi a diversificação da produção e isso foi representado na cartilha, com o desenho de uma lavoura algodoeira, legendada com o argumento de que Getúlio Vargas, “com sua grande visão de administrador”, observara “os prejuízos da monocultura”, de maneira que não poupou esforços para promover o aprimoramento de outras culturas, dentre elas, o algodão. O cultivo do trigo e a extração do látex eram outras atividades representadas no livro, as quais teriam recebido “atenções especiais do governo”, de modo que, ambas viriam a dar “frutos em benefício da economia nacional”.

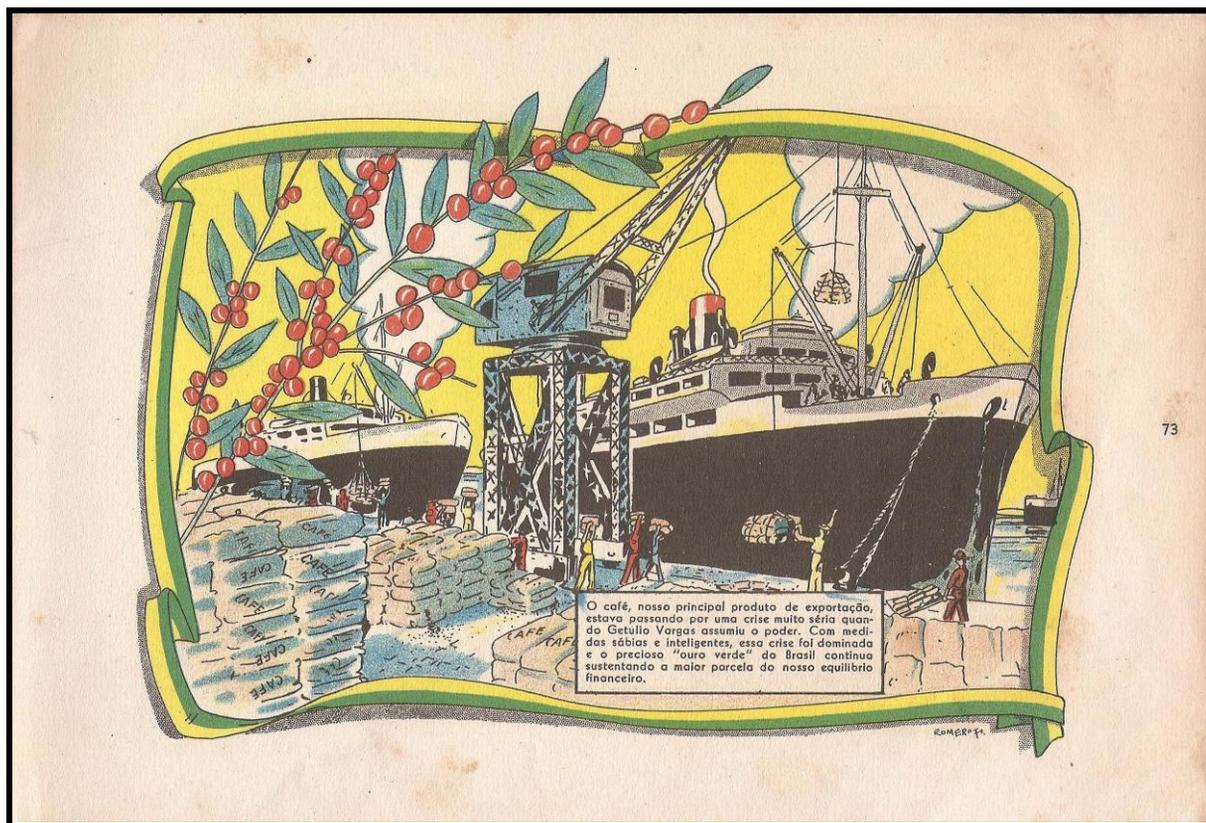






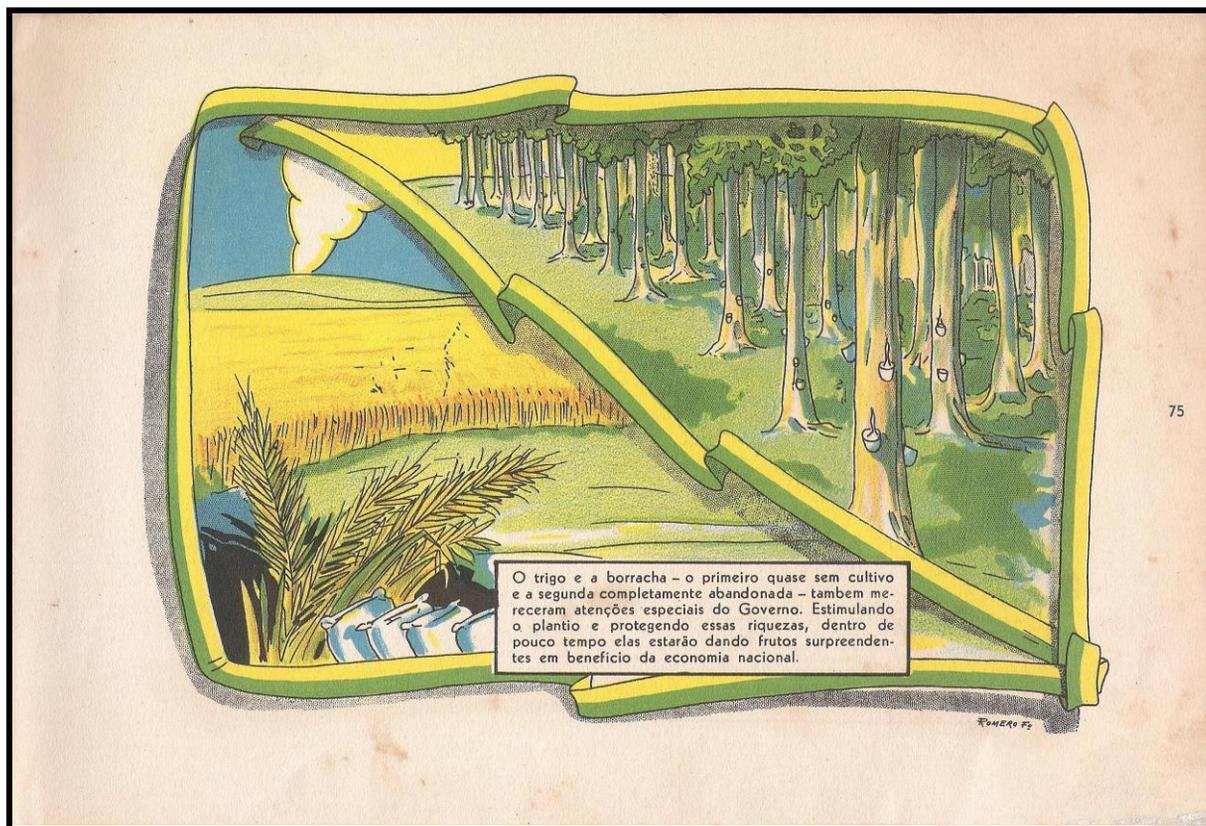


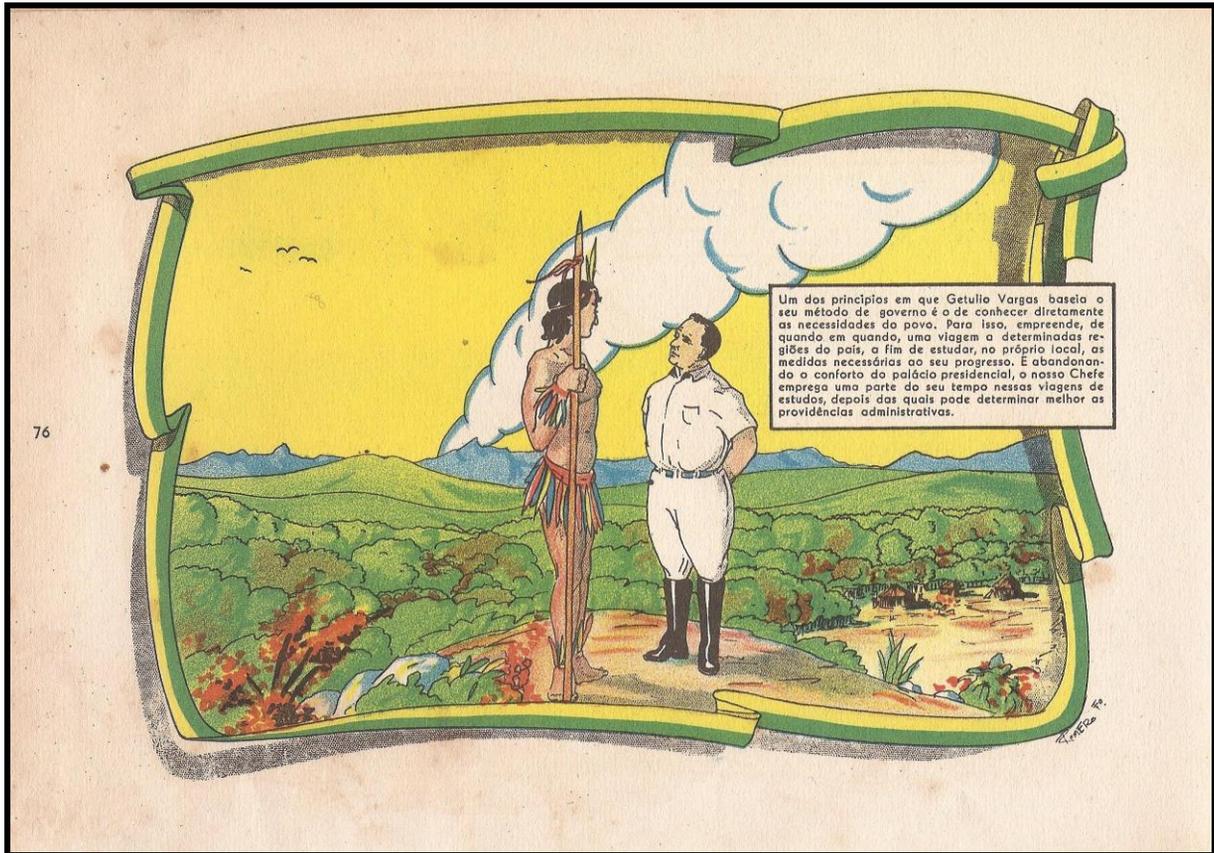




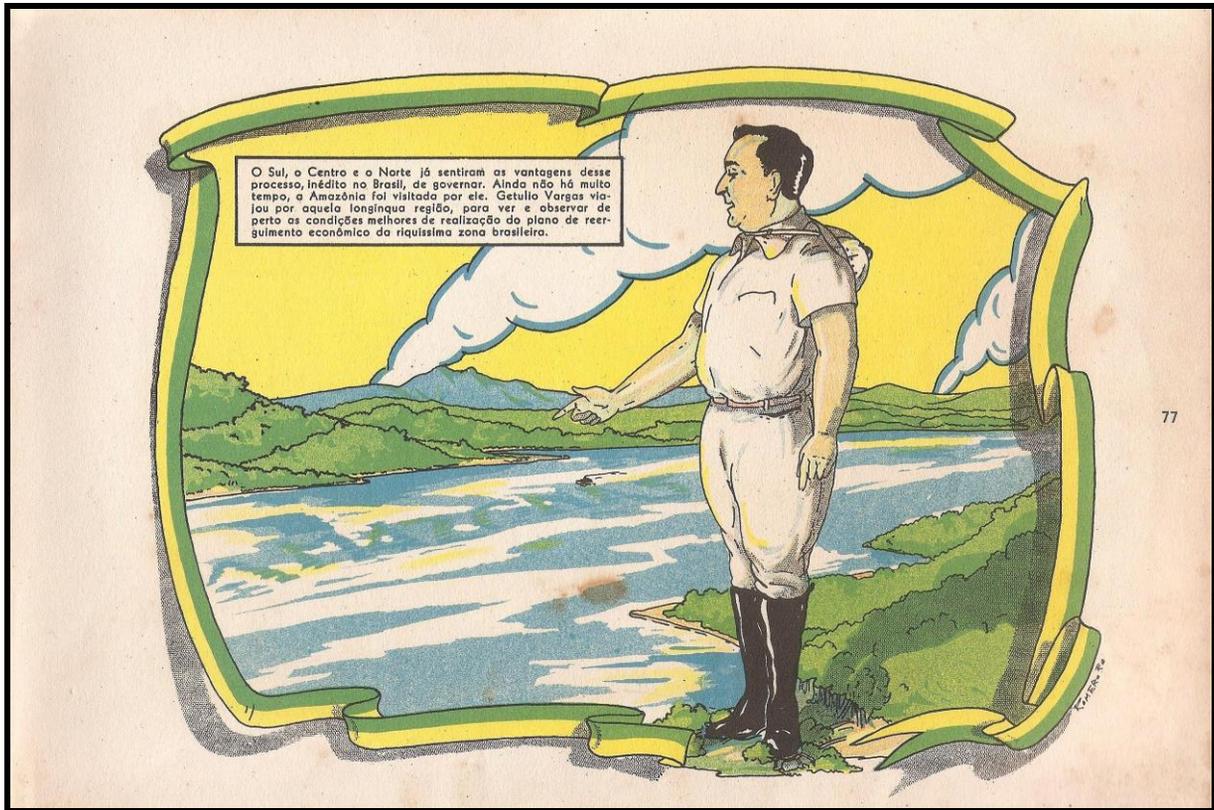
73







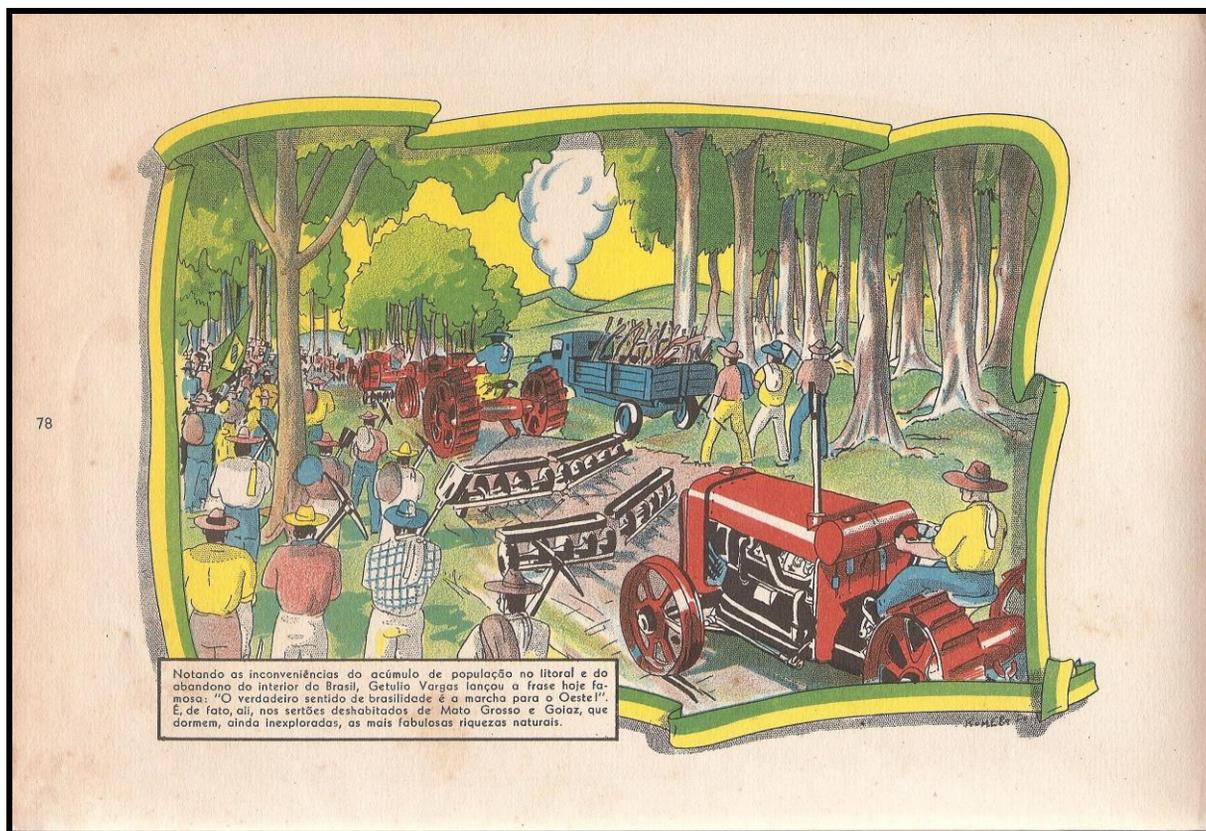
Getúlio Vargas voltaria a aparecer nas ilustrações da cartilha, dessa vez em traje de explorador, em meio aos sertões brasileiros, conversando com um indígena, bem de acordo com a perspectiva propagandística estado-novista, segundo a qual o Presidente estava sempre pronto a atender os anseios dos vários segmentos da população brasileira. Outra qualidade atribuída a Vargas era a onipresença, no sentido de que o líder do Estado Novo não se restringia a permanecer encastelado na capital federal, mas, ao contrário, se dispunha a promover deslocamentos pelas mais diversas localidades brasileiras, de modo a travar conhecimento das tantas realidades do país. Daí, em relação à propalada proximidade entre o governante e as massas, aparecia a afirmação de que o “método de governo” presidencial se baseava em “conhecer diretamente as necessidades do povo”. Já quanto à suposta ubiquidade de Vargas, havia a referência às inúmeras “viagens de estudos”, as quais propiciariam as melhores “providências administrativas”.

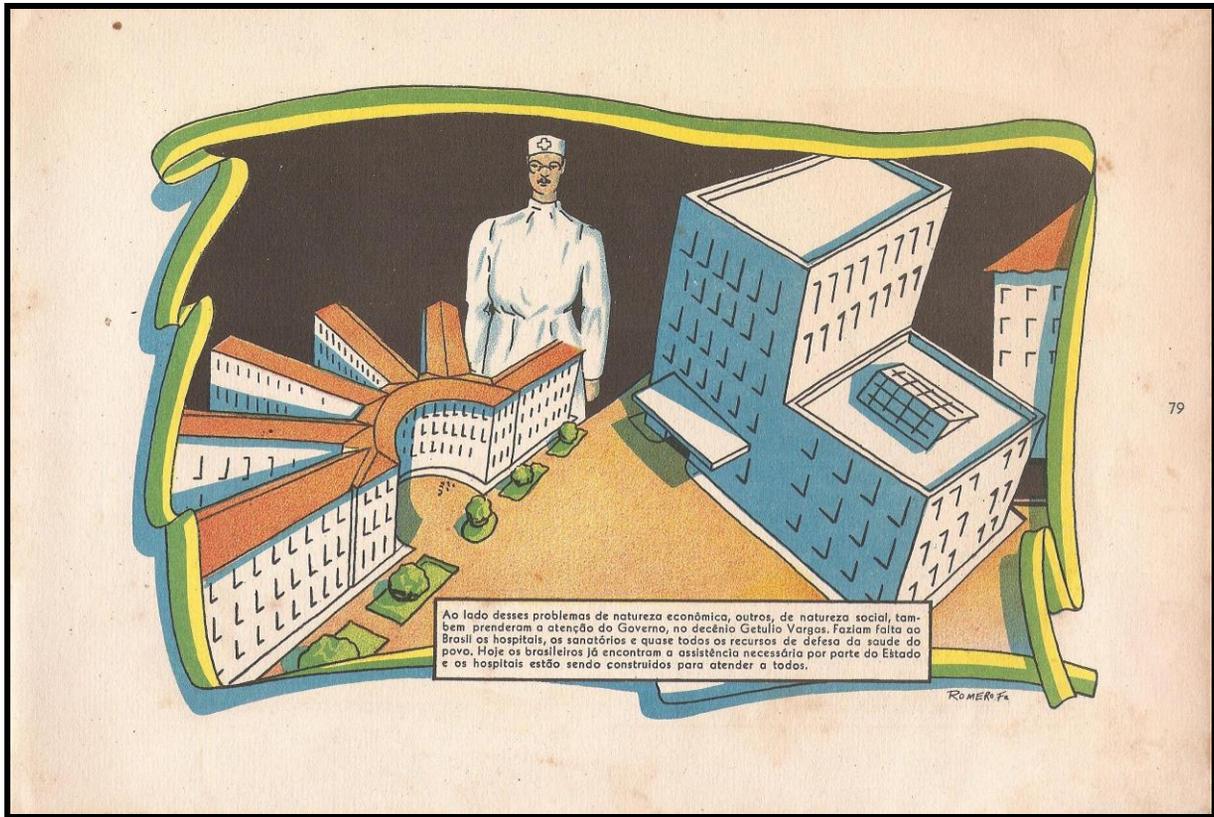


Em outra aparição de Vargas, a temática continuava a ser o conjunto de viagens aos mais recônditos lugares do Brasil, no caso a região amazônica, de modo que na gravura, o Presidente utilizava a vestimenta à moda safari, com o chapéu pendurado às costas, reproduzindo um dos deslocamentos por ele realizados, e dos quais resultariam registros fotográficos para demonstrar o quão longe poderia ir a sua suposta vontade de realizar uma boa administração e trabalhar pelo bem do país, em consonância com a propaganda governamental. Na imagem Getúlio Vargas assumia uma postura que, além da ubiquação, visava a demonstrar o homem providencial, que, em meio à floresta e diante do majestoso curso de água, apontava os caminhos a ser seguidos. Nessa linha, era confirmada a propalada vontade sem limites do governante no sentido de conhecer o Brasil, ao sul, ao centro e ao norte, e, especificamente quanto à Amazônia, ele também estivera na “longínqua região”, com o intento de planejar o seu “reerguimento econômico”.

Ainda quanto às regiões interioranas e de baixa densidade demográfica, a cartilha lembrava um dos projetos centrais do Estado Novo, vinculado à integração regional, peça chave para a execução da unidade nacional, ponto fundamental na edificação ideológica do regime. O caráter unipessoal permanecia, com a declaração de que o próprio Getúlio Vargas constatara o quanto seria inconveniente o “acúmulo de população no litoral”, enquanto o interior do país permanecia abandonado. Havia destaque para uma frase proferida por Vargas, que viria a transformar-se em verdadeiro slogan, que traduzia o plano integracionista, ou seja, a “Marcha para o Oeste”, no sentido de

ocupação populacional e aprimoramento da exploração econômica dos “sertões desabitados” presentes nos Estados do Brasil Central. A perspectiva essencial era a de aproveitar as “fabulosas riquezas naturais” da região, exatamente o que demonstrava a gravura que representava o deslocamento de trabalhadores, caminhões, tratores e máquinas agrícolas para avançarem em direção às florestas e destruírem-nas, de forma a colocar em seu lugar as atividades agrícolas e pastoris, bem de acordo com a visão de progresso da época. Ao canto esquerdo da ilustração, como não poderia deixar de ser, em se tratando de Estado Novo, aparecia uma bandeira brasileira, designando que aquela presença humana fazia parte do projeto de integração e unidade nacional. Para demonstrar que o desenvolvimento planejado pelo governo não seria apenas restrito à natureza econômica, o livro trazia uma outra imagem, que equivalia a dizer que a ideia profundamente desenvolvimentista também poderia prever medidas no campo social, no caso à questão da assistência à saúde, havendo referência às “realizações” nessa área ao longo do “decênio Getúlio Vargas”, com a gravura trazendo a figura de um médico e de prédios recém-construídos voltados aos cuidados com a saúde.



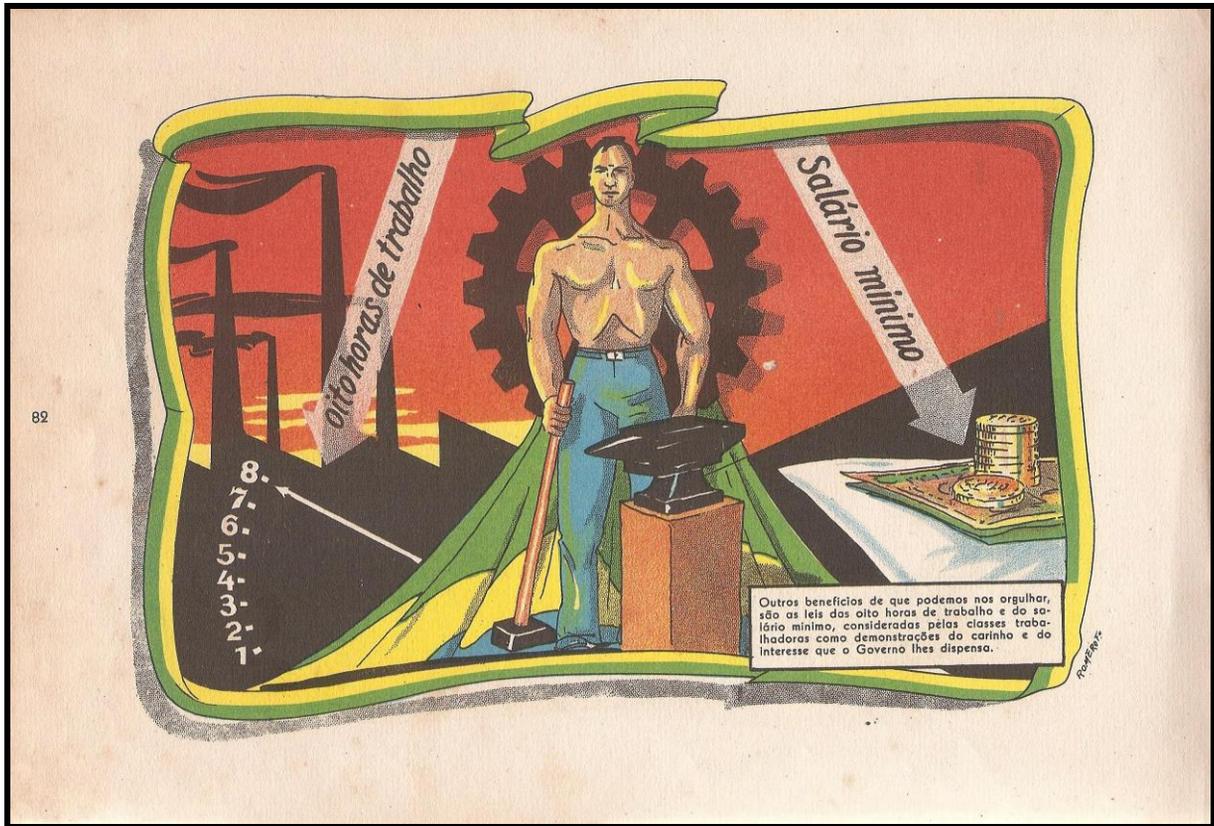




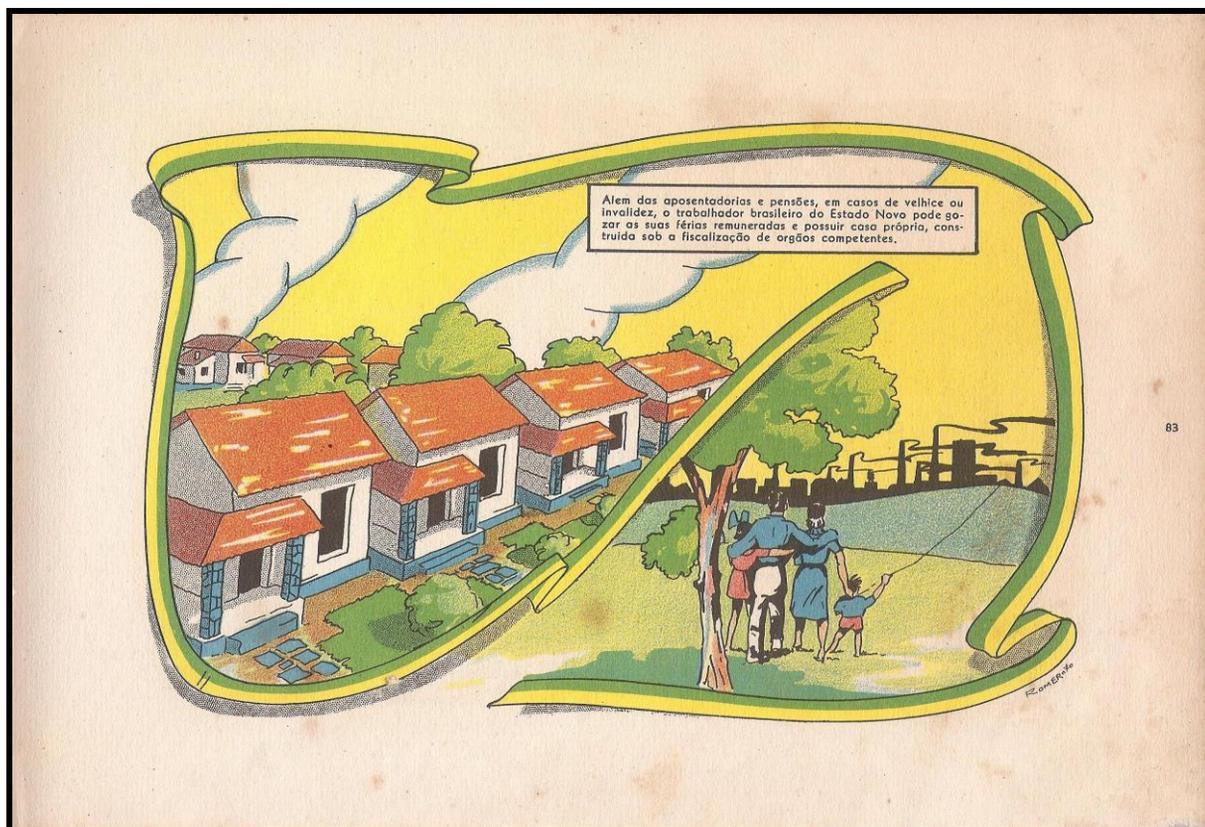
Um outro segmento do livro era referente ao tema “O Brasil Novo e o trabalhador”, o qual abordava um dos carros-chefes da propaganda estadonovista ligado à perspectiva da “concessão governamental” da legislação trabalhista. Nesse tópico, um dos mais recorrentes da publicidade governamental, já no título a representação gráfica da cartilha fazia a alusão ao trabalho, demarcada pelo martelo, o qual se encontrava associado ao nacionalismo, pois o cabo daquele instrumento servia como mastro para sustentar a bandeira brasileira. As várias medidas governamentais no campo social eram exaltadas nas diversas inserções do livro, com a explicação de que “leis e providências de grande alcance foram decretadas pelo Governo Getúlio Vargas”, como o caso da regulamentação do trabalho feminino e infanto-juvenil, considerada como “das mais adiantadas no mundo”. Era enfatizado também o apoio governativo à alimentação do trabalhador, fator que, segundo a propaganda do regime, colocava “o Brasil entre os países vanguardeiros no amparo e proteção ao proletariado”. O prédio ministerial com a bandeira nacional adornava a ilustração. Em outra gravura, aparecia um trabalhador portando o martelo, diante da bigorna, com o pavilhão brasileiro em suas proximidades, havendo a referência à implantação das oito horas de trabalho e do salário mínimo. Eram ressaltadas ainda aposentadorias, pensões, férias remuneradas e construção de casas populares, as quais apareciam na gravura, com a imagem de um trabalhador acompanhado de sua família, em um quadro de felicidade, segundo a concepção propagandeada pelo governo.



81



82

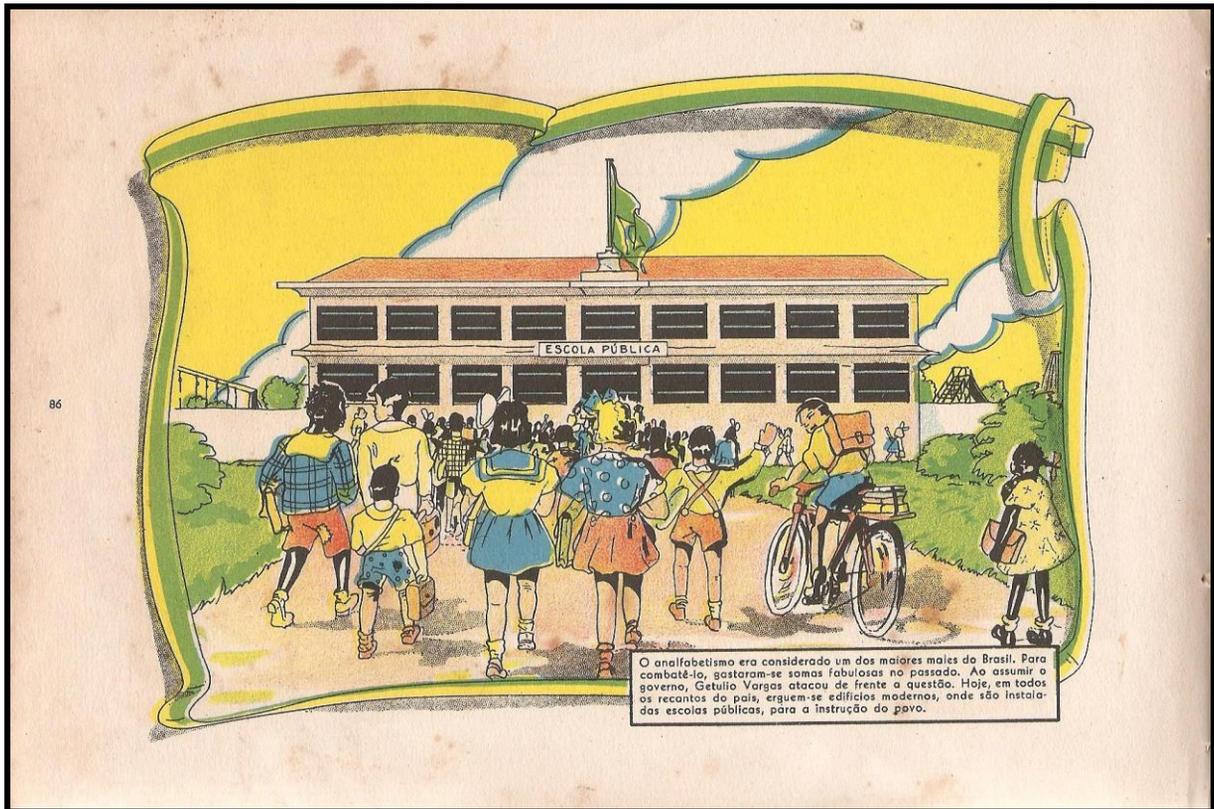


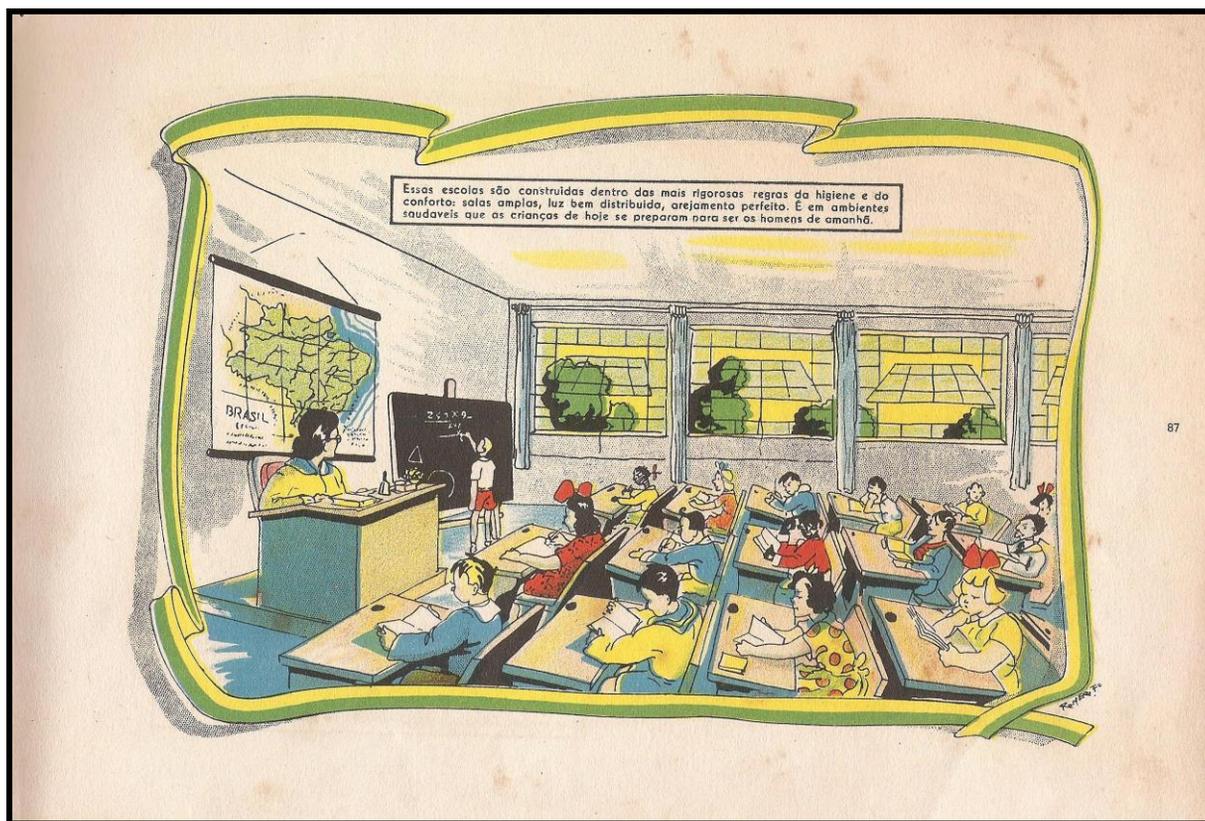


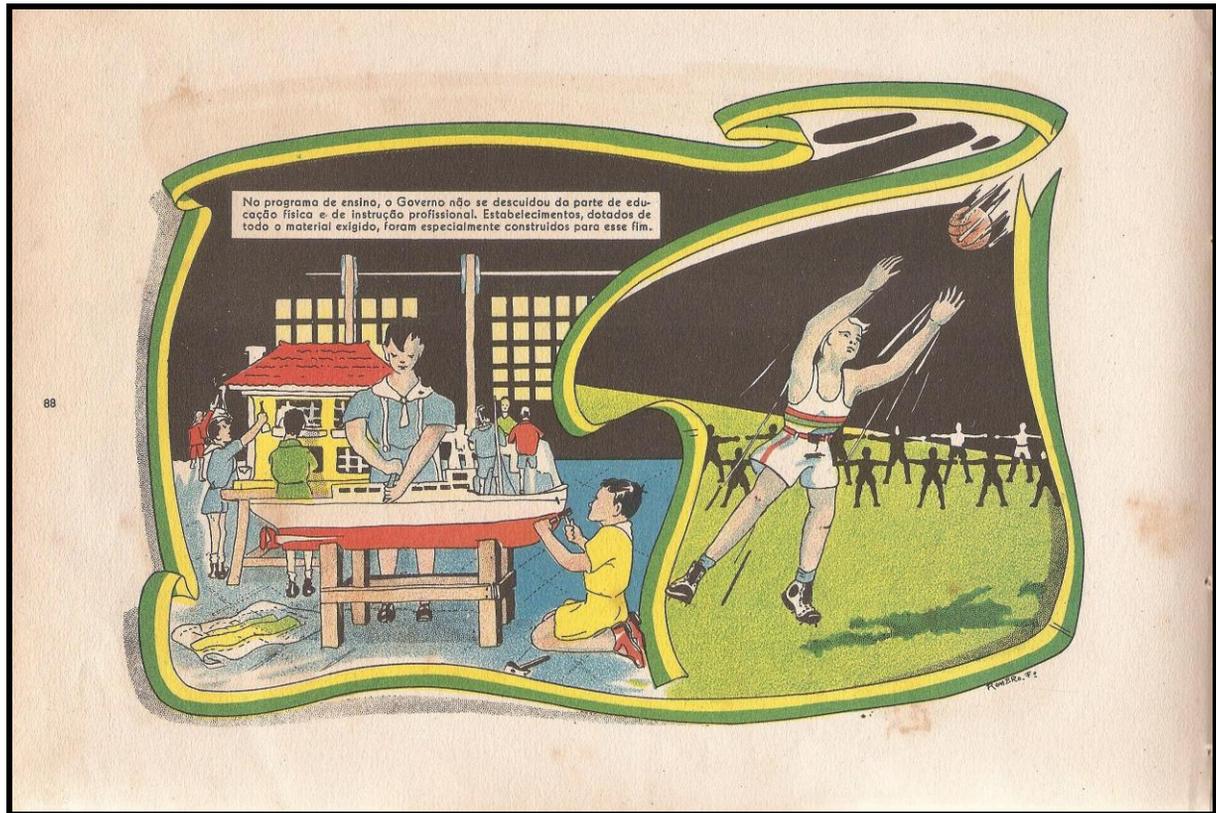
No segmento voltado às propaladas “concessões trabalhistas”, a figura de Getúlio Vargas se fazia mais uma vez presente, cumprimentando um trabalhador rural, cercado por sua família. Era uma das tantas representações entabuladas pelos órgãos propagandísticos que insistiam em demonstrar a suposta proximidade do Presidente da República com os segmentos mais populares da sociedade brasileira, convivendo em harmonia com os mesmos. O enaltecimento era aos colonos, que ocupavam e cultivavam a terra, os quais também teriam recebido a visita de Vargas. Tal presença era descrita como tendo ocorrido nas “casas humildes” daqueles trabalhadores, que estariam a receber um estímulo do homem público, de modo que esse ato de “altruísmo” do político acabaria por constituir o “melhor prêmio” que aqueles “anônimos colaboradores do progresso” poderiam receber.



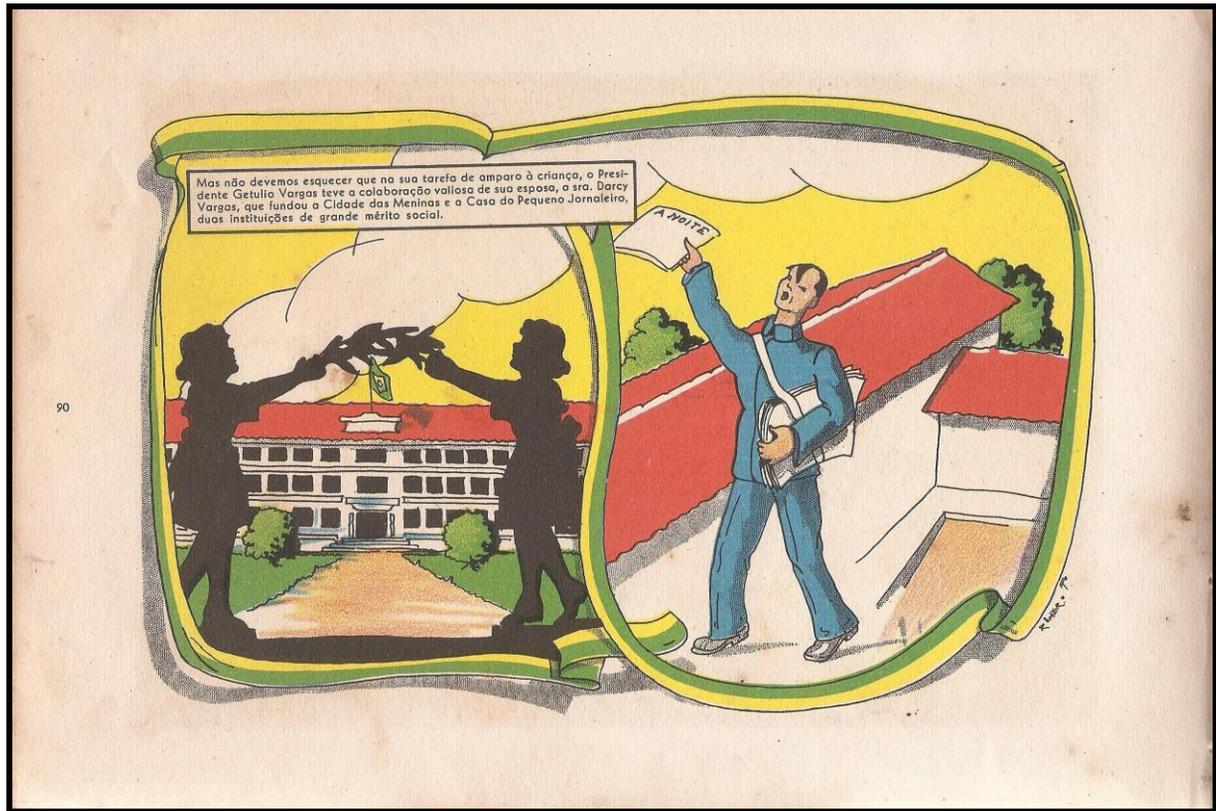
Outra seção do livro vinha ainda mais ao encontro do público alvo da publicação, a partir da denominação de “O Brasil Novo e a criança”. O teor infantil do segmento ficava demarcado na construção gráfica da própria página que compunha o título, no qual o termo “Brasil” era substituído pelo mapa brasileiro e o “a” pela figura de um triângulo, lembrando os brinquedos de encaixes de figuras. Tal quadro era complementado por um soldadinho de chumbo, uma bola e um trenzinho, além de um livro, em alusão à perspectiva de que os infantes poderiam brincar, mas sem que fossem esquecidas as obrigações para com o estudo. O combate ao analfabetismo foi um dos tópicos abordados, salientando-se que Vargas havia atacado de frente a tal questão, dotando o país de edifícios modernos para comportarem escolas públicas que servissem à instrução do povo. Nesse sentido, era apresentadas: a chegada das crianças, com aparência feliz, ao estabelecimento escolar, sobre o qual tremulava a bandeira nacional; uma sala de aula, identificada como contendo as melhores condições de atendimento aos alunos; e as práticas do ensino técnico e profissional, fundamental para a qualificação da mão-de-obra, e a educação física, bem de acordo com as tendências eugênicas vinculadas à saúde das crianças. Um grupo de crianças em marcha, carregando pavilhões nacionais, fazia referência à Juventude Brasileira, instituição criada pelo governo para promover, a partir do civismo e da fé patriótica, o engajamento infanto-juvenil à causa do regime. Finalmente aparecia também a ação da Primeira Dama, em “sua tarefa de amparo à criança”, mas especificamente quanto às meninas e aos jornaleiros.

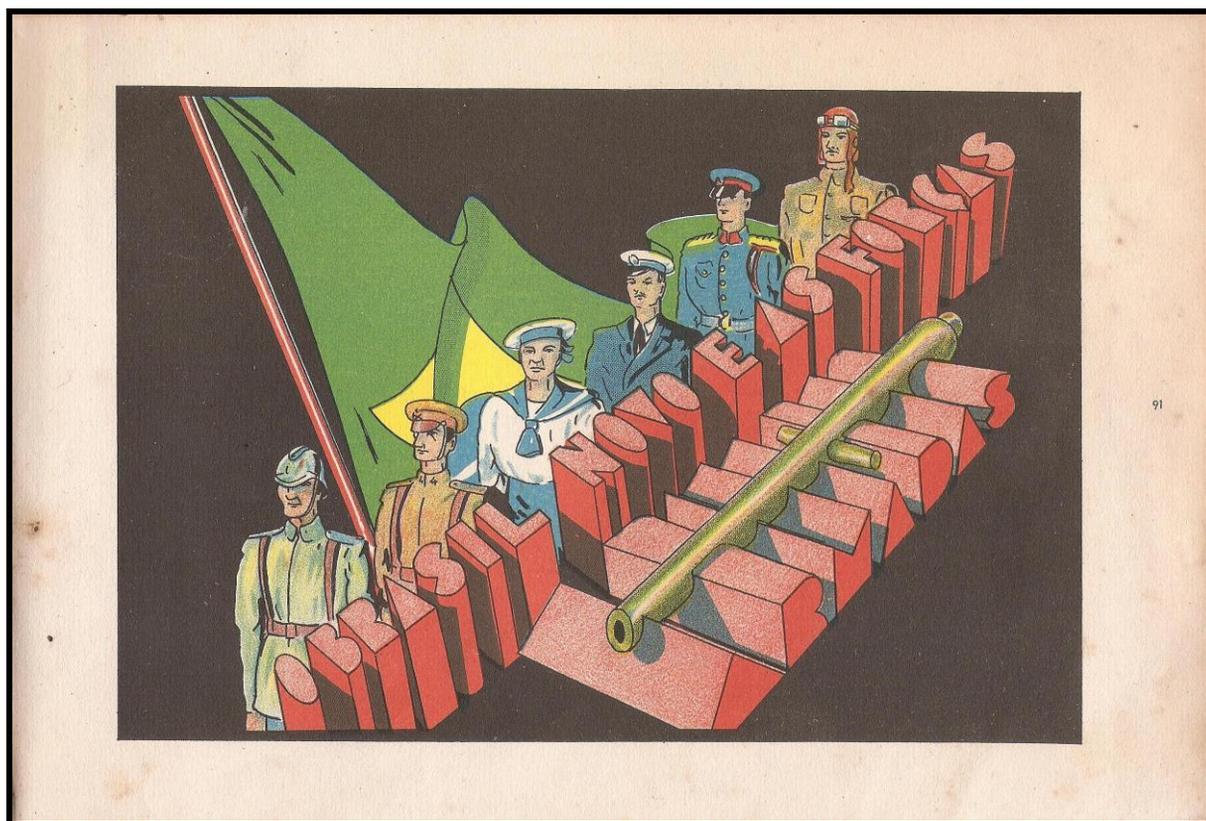






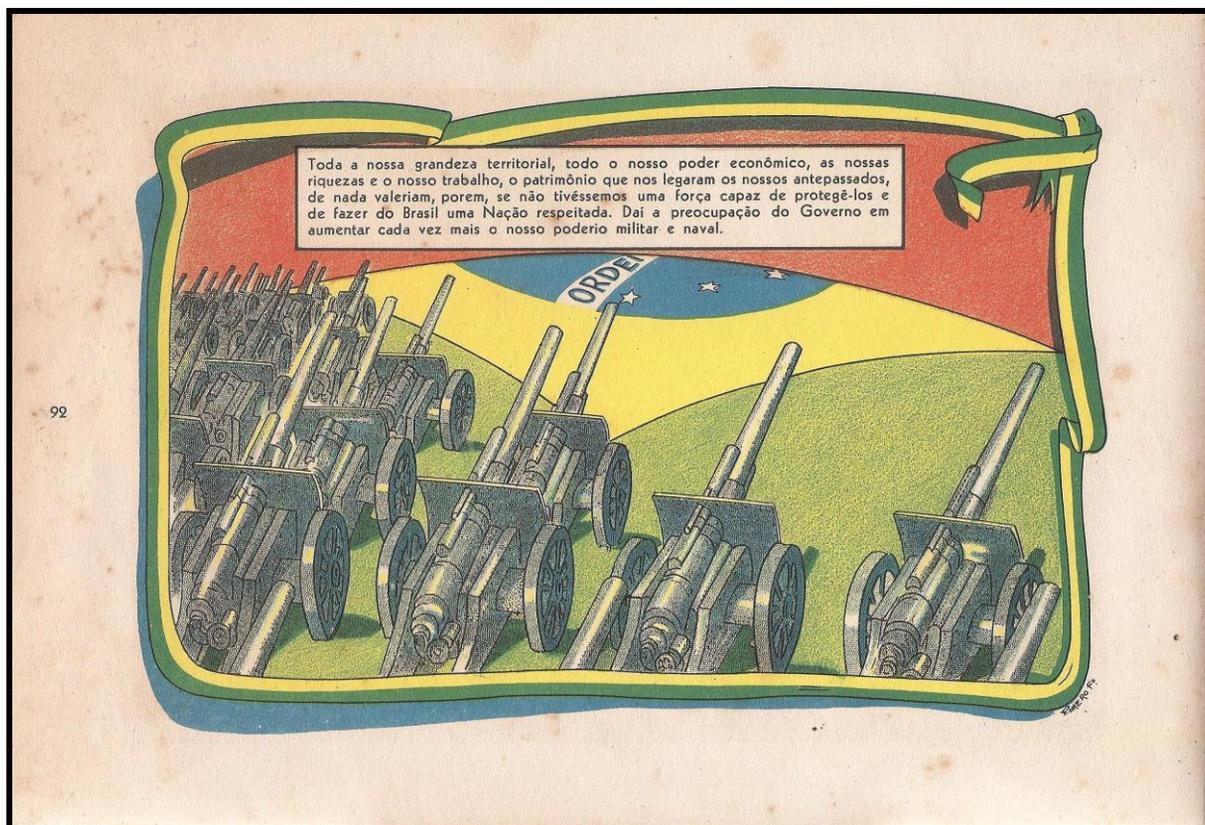


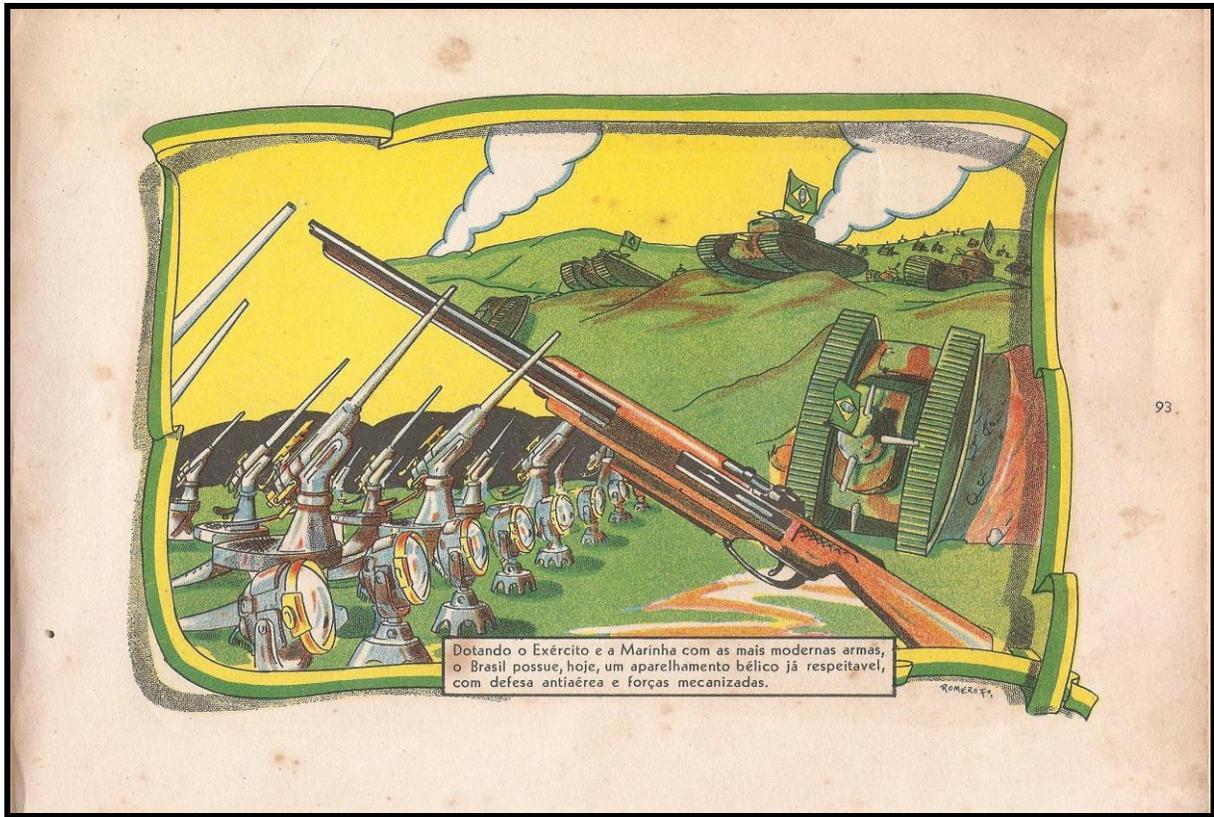


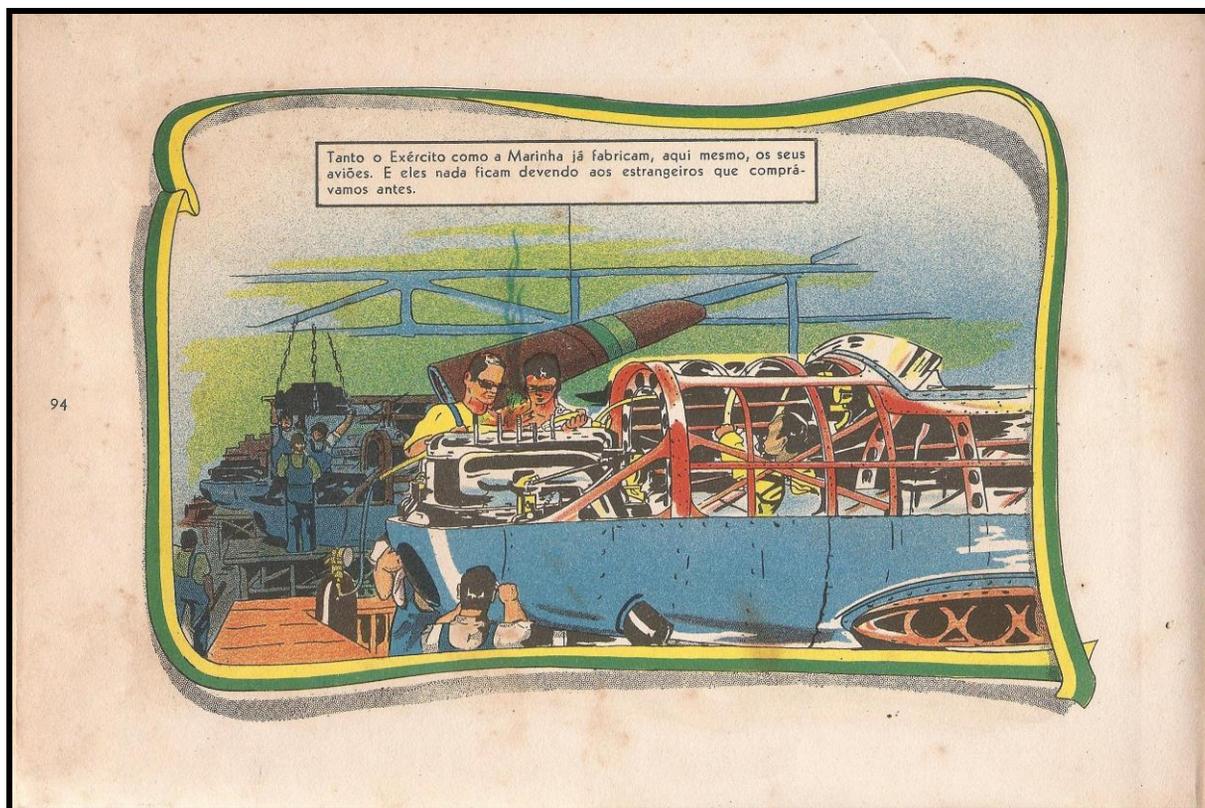


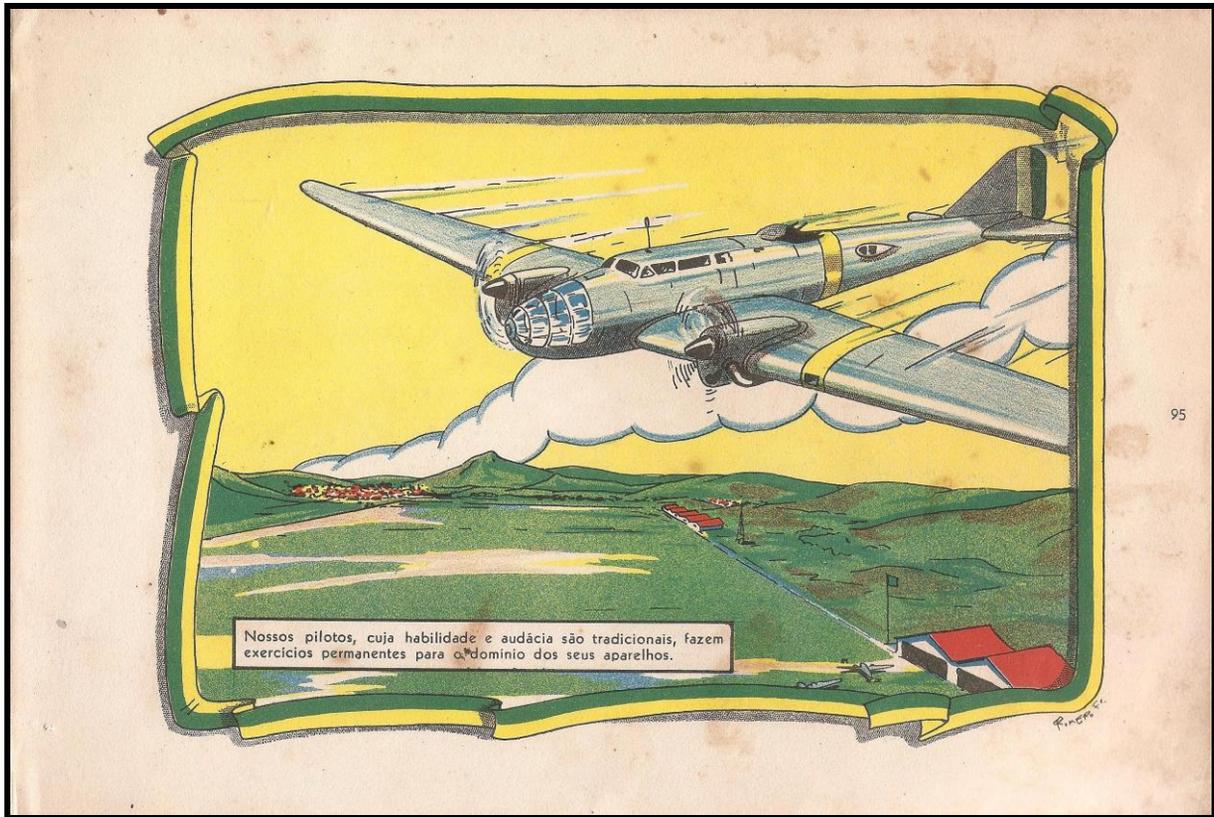
91

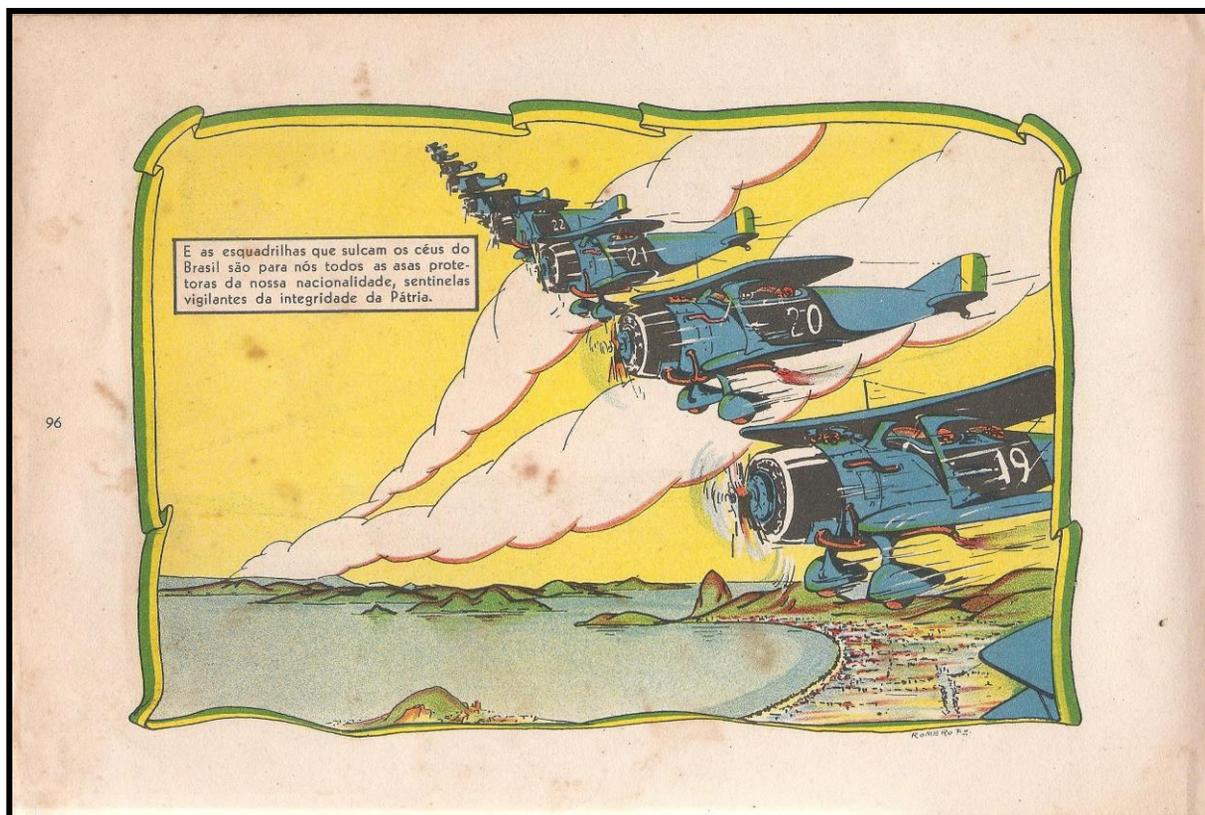
Outro dos pilares do Estado Novo representado pelos militares também teve um espaço específico na cartilha, sob o título “O Brasil Novo e as Forças Armadas”, contendo representantes dessas diferentes armas, junto a um canhão, sem que pudesse faltar a bandeira nacional. Em outra gravura, o solo era coberto pelo pavilhão brasileiro, sendo defendido por um conjunto de canhões, acompanhando a ideia de que o governo mantinha-se preocupado em aumentar o poderio militar e naval do país. Já outras ilustrações traziam: tanques de guerra e aparelhamento bélico para defesa antiaérea; a fabricação de aviões nacionais; a “audácia” dos pilotos brasileiros; uma esquadrilha apresentada como “asas protetoras da nacionalidade” e “sentinelas vigilantes da integridade da Pátria”; estaleiros que promoviam a renovação da Marinha; uma esquadra, fruto de “esforço patriótico”; e os progressos das forças de terra, mar e ar, que serviriam para demonstrar a “grandeza” nacional e os “altos destinos” do país. A evidência a tanto material bélico e ao suposto papel dos militares, ainda que não fosse tão coadunada com o público infantil ao qual o livro era destinado, servia para enaltecer o segmento da sociedade que tivera participação decisiva na implantação e na manutenção do regime estado-novista, bem como estava em consonância com o contexto reinante de conflagração mundial.



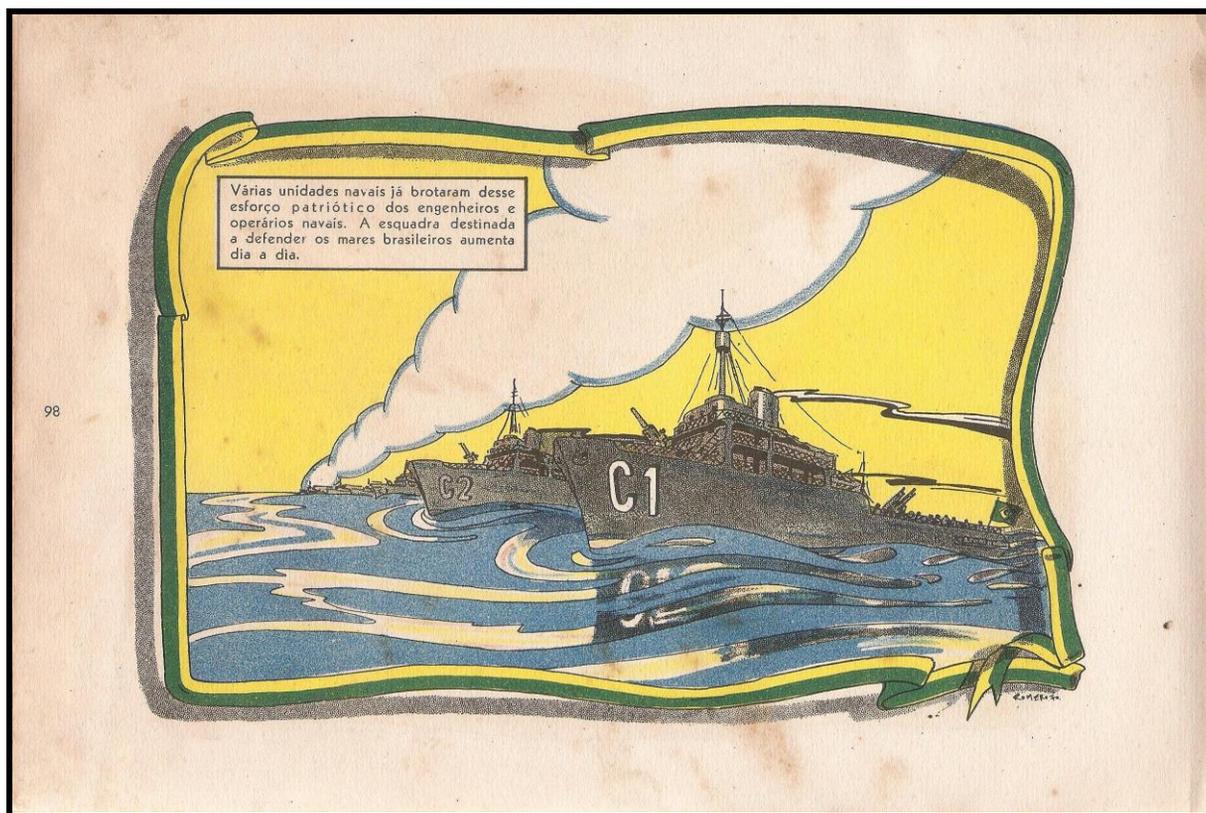


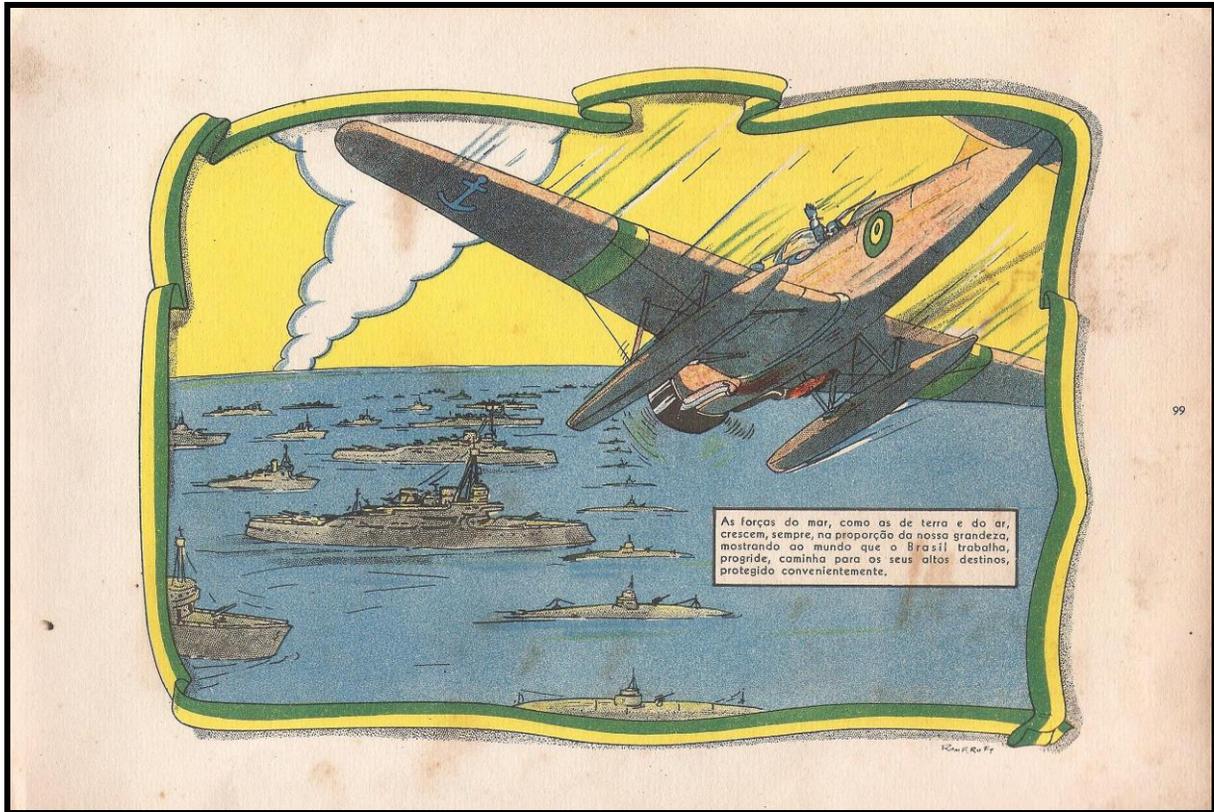
















As duas últimas gravuras eram carregadas de ideário nacionalista e da deliberada intenção de personalizar o regime na figura de Getúlio Vargas, surgindo como uma culminância daquela abordagem que iniciara com um caráter biográfico e, depois, confundia-se com a predominância do enaltecimento dos “feitos” governamentais – e, por conseguinte, do governante. Nesse sentido, o Estado Novo aparecia como o ponto alto da vida de Vargas, representando uma retomada de todos os pressupostos dos enfoques biográficos de natureza panegírica, que serviram de pauta à edificação da cartilha. Em uma delas, o Presidente da República aparecia ao centro da bandeira e do mapa brasileiro, a primeira o símbolo nacional mais difundido pelo regime, e o segundo, uma das representações gráficas mais conhecidas do país. A partir dessa imagem, o texto concluía que os brasileiros permaneceriam “fortes e unidos”, comandados pela “grande trindade nacional”, ou seja, “a pátria, a bandeira e o chefe”. Já a derradeira ilustração trazia a “marcha triunfante pela grandeza e pelo progresso do Brasil”, a qual era liderada por Getúlio Vargas, em traje de gala, portando a faixa presidencial, junto de vários indivíduos que designavam a população brasileira, aparecendo um representante de cada uma das Forças Armadas, um membro do Judiciário, um profissional da área da saúde, um trabalhador, com o martelo à mão, além de várias outras pessoas, homens e mulheres, que, imparáveis, permaneceriam seguindo o líder máximo do Estado Novo.



A **Coleção Documentos** tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.




Coleção
Documentos
46

A **Coleção Documentos** tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.

CENTRO DE
LITERATURAS
E CULTURAS
LUSÓFONAS
E EUROPEIAS
CLEPUL
Faculdade de Letras da
Universidade de Lisboa



FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



**BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE**



edicoesbibliotecariograndense.com



ISBN: 978-65-89557-18-0